



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

A FORMAÇÃO DA PRINCESA DO SUL:
primórdios culturais e literários

SIMONE XAVIER MOREIRA

RIO GRANDE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

SIMONE XAVIER MOREIRA

A FORMAÇÃO DA PRINCESA DO SUL:
primórdios culturais e literários

Dissertação apresentada como requisito parcial e
último para a obtenção do grau de mestre em Letras.
Área de concentração: História da Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Artur Emilio Alarcon Vaz

Data da defesa: 20 de fevereiro de 2013

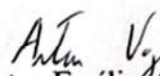
Instituição depositária:
SIB Sistema de Bibliotecas
Universidade Federal do Rio Grande FURG

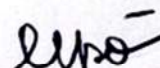
Rio Grande, fevereiro de 2013

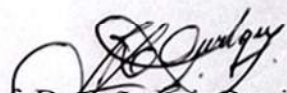
SIMONE XAVIER MOREIRA

**A FORMAÇÃO DA PRINCESA DO SUL:
PRIMÓRDIOS CULTURAIS E LITERÁRIOS**

Dissertação aprovada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de História da Literatura, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande. A Comissão de Avaliação esteve constituída pelos seguintes professores:


Prof. Dr. Artur Emilio Alarcon Vaz
(FURG - Orientador)


Prof. Dr. Mauro Nicola Póvoas
(FURG)


Prof. Dr. João Luis Pereira Ourique
(UFPeI)

Ao tratar de uma possível analogia entre o crítico literário e o historiador da literatura com a figura do caçador, Luiz Costa Lima (1992, p. 158) afirma que esta só tem valor, “se lembrar que um e outro não só perseguem rastros, mas que, assim fazendo, produzem outros rastros: os rastros do rastreador”¹.

Dedico este trabalho, portanto, ao professor Artur Vaz, cujos rastros, modestamente me ponho a seguir.

¹ LIMA, Luiz Costa. Concepção de história literária na formação. In: D’INCAO, Maria Ângela; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Orgs.). **Dentro do texto, dentro da vida**: ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992, p. 153-169.

Agradecimentos

Este texto, mais do que o resultado de um trabalho de conclusão do curso de mestrado, é a concretização, ainda que parcial, de um dos projetos que foram sendo delineados ao longo de anos pelo professor Artur Emilio Alarcon Vaz como parte do projeto maior “Dicionário de autores do Rio Grande no século XIX” e que após tornar-se meu objeto de pesquisa, requereu dois anos de estudo, resgate e análise de fontes primárias para receber os contornos de um trabalho acadêmico. Mais do que informações, ele abarca uma série de concepções e questionamentos acerca da história da formação cultural e literária da cidade de Pelotas.

O seu desenvolvimento e conclusão não teria sido possível sem o apoio incondicional de meu orientador, que dispôs generosamente de seu tempo, atenção e dedicação para acompanhar-me ao longo de todo o processo, compartilhando sua experiência enquanto pesquisador, enviando-me as referências que localizava, indicando-me caminhos...

Agradeço, acima de tudo, pela grande oportunidade de pesquisa que me possibilitou e pela responsabilidade e segurança com que me orientou.

Agradeço ao meu noivo Caio Ribeiro, que me acompanha desde o início da graduação em Letras quando a Literatura começou a ocupar um espaço significativo na minha vida. Meu companheiro de todas as horas, agradeço imensamente pelos cafés, pelos chocolates, pelas ideias trocadas, pelas críticas pertinentes, pelas sugestões, pelos livros, pelo incentivo e pela compreensão e paciência infinitas.

Agradeço ao professor João Luís Pereira Ourique, meu primeiro orientador, que incentivou-me a continuar na vida acadêmica e apontou-me caminhos que me propiciaram investir na seleção para o mestrado. Obrigada por continuar acompanhando e apoiando a minha trajetória e por contribuir para a qualificação de mais um estudo meu.

Agradeço ao pesquisador Adão Fernando Monquelat pelo incentivo, pelos materiais disponibilizados gentilmente, pelas indicações de leitura e, principalmente, pelos caminhos que vem abrindo para novas pesquisas acerca da História de Pelotas.

Por fim, agradeço ao professor Mauro Nicola Póvoas, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições apresentadas a partir de comentários que foram essenciais para o aprimoramento deste texto.

*As cidades como os sonhos, são construídas por desejos e medos,
ainda que o fio condutor do seu discurso seja secreto, que as suas
regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas
as coisas escondam uma outra coisa.*

As cidades invisíveis, Ítalo Calvino

Resumo

MOREIRA, Simone Xavier. **A formação da Princesa do Sul:** primórdios culturais e literários. 2013. 153 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Letras: Mestrado em História da Literatura. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

Este estudo objetiva apresentar uma análise do processo pelo qual se formou e consolidou, nos termos propostos por Itamar Even-Zohar (1990), o sistema literário da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Para tanto, foram verificados os primórdios da leitura e produção cultural e literária da região onde hoje se situa o município, abrangendo o período que se inicia com a expulsão dos espanhóis e a estabilização político-militar da região nas últimas décadas do século XVIII, até a fundação da Bibliotheca Pública Pelotense, em 1876. Desta forma, pretende-se contribuir com o resgate da história da literatura em Pelotas ao reunir e analisar informações relacionadas principalmente ao período anterior a 1851 – ano da publicação do primeiro jornal na cidade –, o qual ainda é pouco estudado em dissertações e teses acadêmicas.

Palavras-chave: Sistema literário. Pelotas. História da Literatura. Cultura.

Resumen

MOREIRA, Simone Xavier. **La formación de la Princesa do Sul**: principios culturales y literarios. 2013. 153 f. Disertación – Programa de Posgrado en Literatura: Maestría en Historia de la Literatura. Universidad Federal de Rio Grande, Rio Grande.

Este estudio tiene como objetivo presentar un análisis del proceso por el cual se formó y consolidó, según lo propuesto por Itamar Even-Zohar (1990), el sistema literario de la ciudad de Pelotas, en Rio Grande del Sur. Así, fueron verificados los comienzos de la lectura y de la producción cultural y literaria de la región donde hoy se encuentra el municipio, abarcando el periodo que comienza con la expulsión de los españoles y la estabilización político-militar de la región en los últimos decenios del siglo XVIII, hasta la fundación de la Bibliotheca Pública Pelotense en 1876. Por lo tanto, tenemos la intención de contribuir para el rescate de la historia de la literatura en Pelotas reuniendo y analizando informaciones relacionadas principalmente con el periodo anterior a 1851 – año de la publicación del primer periódico de la ciudad – que todavía es poco estudiado en disertaciones y tesis académicas.

Palabras clave: Sistema Literario. Pelotas. Historia de la Literatura. Cultura.

Sumário

A título de introdução	09
1 Os primórdios literários e culturais de Pelotas	16
1.1 No princípio	16
1.2 As primeiras manifestações culturais	20
1.3 A época da luz	24
1.4 O nascimento de uma “princesa”	26
2 Um sistema literário em Pelotas: apontamentos teóricos	39
2.1 Sobre a historiografia literária e outras teorias	39
2.2 Sistema literário segundo Candido	42
2.3 Sistema literário segundo Even-Zohar	47
3 Três passos para tornar-se a “Princesa do Sul”	51
3.1 Os primeiros registros de livros e leituras em Pelotas	52
3.2 São Francisco de Paula pelas páginas d’O Noticiador (1832-1835)	73
3.3 Pelotas pelas páginas de sua imprensa	91
A título de conclusão	117
Referências	127
Anexos	136
Anexo 1: Poesias de Antônio José Caetano da Silva Filho	137
Anexo 2: Poesias de Mateus Gomes Viana	139
Anexo 3: Poesias de L. S. Flores e “O Inimigo dos Restauradores”	141
Anexo 4: Poesias inéditas de Antônio José Domingues n’O Noticiador.....	142
Anexo 5: Primeira referência ao termo “Princesa do Sul”	153

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Se não te agradar o estylo, e o methodo, que sigo, terás paciência, porque não posso saber o teu génio, mas se lendo encontrares alguns erros, (como pode suceder, que encontres) ficar-tehey em grande obrigação se delles me advertires, para que emendando-os fique o teu gosto mais satisfeito.
Bento Morganti²

Em 1999, teve início o projeto de pesquisa **Literatura, Jornal e Cultura: autores pelotenses (1851-1889)**, vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), coordenado pelo professor Dr. Rildo Cosson, e com a participação de diversos professores e pesquisadores das áreas de Letras e História. Realizado em duas fases (de 1999 a 2001 e de 2001 a 2003), o projeto fomentou uma série de pesquisas acerca da literatura produzida em Pelotas e veiculada pela imprensa local a partir da publicação do primeiro jornal pelotense em 1851. Além de artigos acadêmicos, comunicações e publicações em eventos, o projeto deu base para o desenvolvimento de alguns trabalhos de maior desenvoltura, dentre esses destaca-se a tese de doutorado de Jaqueline Rosa da Cunha, apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2009.

Com **A formação do sistema literário de Pelotas: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul**, Cunha propôs-se a, a partir do material jornalístico coletado através do referido projeto de pesquisa e de investigações focalizadas em seu objeto de estudo, recuperar os textos literários publicados nos jornais da época, assim como algumas informações biográficas sobre os sujeitos que contribuíram para o desenvolvimento sociocultural de Pelotas.

Assim como as pesquisas realizadas pelo projeto **Literatura, Jornal e Cultura: autores pelotenses (1851-1889)**, o recorte temporal de Cunha tem início em 1851, partindo de textos veiculados pela imprensa local, em especial os jornais literários que circularam no final do século XIX. Dessa forma, foi realizado um estudo a respeito do sistema literário que ganhava expressão na cidade, abordando a participação de instituições como a imprensa, as editoras, as associações literárias, os livreiros e os críticos, para relacioná-lo com os outros modelos e buscar identificar possíveis trocas de influência e imbricamentos. Essa pesquisa é de grande valia para os estudos acerca da literatura em Pelotas, especialmente pela quantidade de dados que reúne.

² Do prólogo "A Quem Ler" da obra **Numismologia** de Bento Morganti (Lisboa, 1737).

Dois anos antes, em 2007, o pesquisador pelotense Luis Borges havia trazido a público seu **Breviário da prosa romanesca em Pelotas**, que segundo o mesmo “representa um esforço na direção de estabelecer uma síntese, organizada de maneira sistemática, da história da prosa romanesca em Pelotas no século XIX” (BORGES, 2007, p. 11). A obra de Borges, além de reflexões acerca dos desafios que envolvem o ensino de literatura em Pelotas, também apresenta dados biográficos de alguns de seus mais importantes romancistas do século XIX – quais sejam: Caldre e Fião, Carlos Eugênio Fontana, Carlos de Koseritz³, Colimério Leite de Faria Pinto, Alberto Coelho da Cunha, Paulo Marques de Oliveira Filho, Francisco de Paula Pires, além dos mais conhecidos, Francisco Lobo da Costa e João Simões Lopes Neto – e algumas considerações sobre suas mais relevantes produções. Desta forma, embora com uma abordagem restrita à prosa romanesca e ao século XIX, Borges avança nos estudos acerca da literatura na cidade.

Essas duas obras sobre os primórdios da literatura em Pelotas, a tese de Jaqueline Cunha e o manual didático de Luis Borges, colaboraram significativamente através do mapeamento da produção literária na cidade, da reunião de informações esparsas e do levantamento de dados; contudo, muitas questões permanecem obscuras, visto que tais obras não tinham como foco o período anterior à década de 1850. Talvez uma delas pudesse ser: que elementos deram suporte para a produção dos primeiros escritores em Pelotas? Ou, ainda, que formação tiveram estes sujeitos que possibilitou a elaboração de suas obras?

Poder-se-ia pensar, por exemplo, no que liam os moradores de Pelotas (à época freguesia e logo vila de São Francisco de Paula) antes do advento da imprensa. Que livros circulavam na região nessa época? Quais foram as primeiras manifestações literárias em Pelotas, antes mesmo da publicação em jornal? Quais influências externas ocorreram no início desse sistema literário? Quais foram os atores que trouxeram ou estimularam as manifestações artísticas e literárias na região? Foi em busca destas e de tantas outras respostas que se iniciou a presente pesquisa.

O primeiro passo, portanto, foi trilhar o caminho de outros pesquisadores sobre a literatura local, investigando os inúmeros esforços que vêm sendo realizados, ao longo dos últimos cem anos, na investida de registrar a história do desenvolvimento literário e cultural de Pelotas.

³ Assim como os artigos publicados pela pesquisadora Juliane Cardozo de Mello, optou-se pela grafia brasileira “Carlos de Koseritz” – diferente da forma mais usual “Karl von Koseritz” –, pois assim consta na maioria das fontes primárias consultadas ao longo desta pesquisa, principalmente nos textos que o próprio Koseritz assinou e publicou.

No fim da década de 1920, Alberto Coelho da Cunha⁴ (1853-1939) já publicava no jornal **Opinião Pública** uma série de artigos nos quais buscava descrever a forma como a vida cultural, política e econômica da pequena freguesia vinha se desenvolvendo. Embora só tenha sido publicado em 1928, o trabalho de Coelho da Cunha data de 1908, como explica Eduardo Arriada:

Apesar do trabalho só ter sido publicado em 1928, a maior parte do mesmo foi escrita em 1908, conforme observação do próprio autor: “A nossa terra que já há 73 anos subiu à suprema categoria de cidade (...)”. Esse trabalho passou a ser fonte obrigatória de referencia sobre Pelotas, sendo inclusive glosado trechos imensos por outros autores (ARRIADA, 1994, p. 10).

Notadamente, estes artigos, assim como os publicados por João Simões Lopes Neto na **Revista do 1º Centenário de Pelotas** (1911-1912), vieram a ser as principais fontes de pesquisa do professor Fernando Luís Osório Filho, quando este assumiu a tarefa de reunir a história da cidade em livro. O resultado é uma das obras mais recorridas até o momento atual pelos pesquisadores de qualquer aspecto da história do município, **A cidade de Pelotas**, publicada pela primeira vez em 1922, com reedições em 1962 e em 1997.

Esta produção tem seus onze primeiros capítulos focalizados na formação de Pelotas, sua elevação de pequeno povoado a cidade, destacando seus aspectos econômicos, geográficos e políticos. No entanto, nos demais capítulos, embora não haja nenhum tratamento específico à arte literária, é possível encontrar algumas informações que vão desde a análise de dados mesológicos até abordagens que tratam das tradições, da educação, da arte, entre outros, porém, sem aprofundar em nenhum aspecto, visto tratar-se de uma obra que se pretendia um panorama geral da história desta cidade até o momento de sua edição.

Nessas obras, constam elementos que ajudam a remontar o contexto a partir do qual surgem os primeiros traços de expressões literárias em Pelotas. Diversos outros pesquisadores tematizaram, ou ao menos referiram-se a tais questões. Guilhermino Cesar, ao abordar as primeiras atividades literárias no estado em sua **História da Literatura do Rio Grande do Sul** (1971), menciona a participação de pelotenses (ou de indivíduos radicados em Pelotas), que contribuíram, seja por meio de poesias publicadas na imprensa, seja através da promoção da instrução e da cultura, para a formação da literatura no Rio Grande do Sul.

⁴ Segundo Pedro Villas-Boas (1974, p. 155), Alberto Coelho da Cunha – conhecido também como Vítor Valpírio, seu principal pseudônimo – foi um cronista e contista pelotense, membro do Partenon Literário e diretor do Arquivo da Prefeitura Municipal. Guilhermino Cesar acrescenta ainda que o escritor “foi propagandista da República e morreu afastado das atividades literárias a que se entregara com tanto brilho na mocidade” (CESAR, 1971, p. 319).

Ao mencionar essa produção literária, Guilhermino Cesar pondera que, embora se saiba que contos e casos circulavam junto à população – como as histórias que mais tarde foram recolhidos da memória coletiva por escritores como João Simões Lopes Neto –, houve uma demora significativa para que dentre os pelotenses surgissem “homens de letras”. Fato que o crítico atribui à falta de investimento na instrução por parte do império, não só em Pelotas, mas em toda a província.

No entanto, registra que, em relação às demais localidades da província, “Pelotas não se fez esperar. Em 1857, lá parecia o **Araribá**, revista igualmente de feição literária, fundada pelo Barão do Arroio Grande⁵, Francisco Antunes Gomes da Costa, com a cooperação de Torres Crohuet e Machado Filho” (CESAR, 1971, p. 181). Além disso, dedica-se ao resgate das informações biográficas de contribuidores como os poetas envolvidos com a revista literária **O Guaíba**, João Vespúcio de Abreu e Silva (1830-1861), redator do semanário, que “exerceu o magistério secundário na cidade de Pelotas” (CESAR, 1971, p. 155) e Pedro Antônio de Miranda (1843-1900), que residiu em Pelotas, e exerceu nesta cidade o jornalismo profissional (CESAR, 1971, p. 162).

Também são abordados Antônio José Gonçalves Chaves e sua obra **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**, Antônio Joaquim Dias, fundador do **Jornal do Comércio** em Pelotas e mentor da ideia de criação da Bibliotheca Pública Pelotense, entre outros.

Outra usual fonte que abarca informações acerca do desenvolvimento literário de Pelotas é **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1860-1890)**, resultado da dissertação de mestrado do historiador Mario Osório Magalhães. Nessa obra, publicada em 1993, Magalhães buscou resgatar alguns elementos que explicassem o apogeu econômico e cultural da cidade, que ele situa entre as décadas de 1860 e 1890. Recuperando muitas informações contidas em **A Cidade de Pelotas**, de Fernando Osório, e em outras suas publicações, pouco avança na apresentação de dados sobre a vida cultural e literária da cidade. Talvez uma das contribuições mais significativas de Magalhães neste aspecto esteja em **Pelotas: toda a prosa**, publicada em dois pequenos volumes – de 1809 a 1871 e de 1874 a 1925 – nos quais reúne trechos de crônicas, cartas e diários de viajantes que passaram por estas terras e registraram suas impressões acerca de sua economia, sua organização e dos costumes de seu povo.

⁵ Cabe salientar que à época Francisco Antunes Gomes da Costa contava apenas 19 anos e que o título de barão só lhe foi concedido por D. Pedro II em 1884.

Heloisa Assumpção Nascimento, em **Nossa cidade era assim**, coletânea de crônicas publicadas em três volumes (1989, 1994, 1999), retrata cenas do cotidiano da população pelotense e compila informações, assim como as obras de Mario Magalhães e Fernando Osório, sobre o início do povoamento da cidade. Além de uma perceptível intenção de valorizar as personalidades locais que tiveram destaque na sociedade, esta obra apresenta relatos sobre as manifestações culturais da cidade, dedicando várias páginas às artes, à educação, aos hábitos sociais como saraus, esportes, festejos populares e religiosos e à política.

Em **Pelotas na tarca do tempo**, igualmente publicada em três volumes (1988, 1989, 1990), Angelo Pires Moreira, a partir de diversas pesquisas em fontes primárias como os livros de atas da Câmara Municipal, apresenta um interessante panorama do processo de desenvolvimento da vila e, logo, freguesia de São Francisco de Paula, as primeiras providências administrativas, a dificuldade que encontrava a cidade diante da falta de escolas e sua rivalidade com a cidade vizinha de Rio Grande, da qual, à época, era um distrito.

Os três volumes de **Pelotas, casarões contam sua história**, de Zênia de León (1993, 1994, 1998) pouco agregam para o conhecimento da cultura e literatura pelotenses como um todo. Embora a questão cultural seja insistentemente referida pela autora, tal abordagem é feita por um viés demasiadamente elitista e etnocêntrico, de forma que a obra inteira direciona-se ao enaltecimento de vultos pelotenses e ao destaque de seus feitos. As informações são as mesmas das obras anteriores, inovando apenas pela organização dos mesmos em torno da história de prédios imponentes.

No meio acadêmico, os dados históricos e culturais de Pelotas também são fruto de pesquisa nos últimos decênios. Na área de educação, destacam-se os estudos dos professores Eduardo Arriada e Elomar Tambara, ambos da UFPel, os quais resgataram importantes informações acerca dos primórdios da impressão de livros e materiais didáticos, das primeiras tipografias e livrarias no estado.

Das pesquisas direcionadas especificamente aos estudos literários, destacam-se as dissertações **Arauto das Letras (1882-1883): uma amostra da expressão literária da região sul-rio-grandense** (FURG, 2004), de Jaqueline Rosa da Cunha – fruto do já mencionado projeto de pesquisa **Literatura, Jornal e Cultura: autores pelotenses (1851-1889)**, que muito contribuiu para a recuperação da produção literária e cultural da cidade de Pelotas no período do Império a partir do acervo de periódicos da Bibliotheca Pública Pelotense – e **Romance-folhetim de um escritor provinciano: Bernardo Taveira Júnior no Progresso Literário**, de Mitizi de Miranda Gomes (PUCRS, 2002).

Nos últimos anos, constam ainda as dissertações **O alvorecer do Naturalismo na prosa do Rio Grande do Sul: Paulo Marques e *Vênus ou o dinheiro***, de Reinaldo Araújo de Moura (FURG, 2009) e ***O homem maldito, de Carlos Eugênio Fontana: o início do romance sul-rio-grandense***, de Sheila Fernandez Garcia (FURG, 2012), além das teses **Livros e leitura na cidade de Pelotas/ RS no final do século XIX: um estudo através dos jornais pelotenses (1875-1900)**, de Renata Braz Gonçalves (UFPel, 2010) e **“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)**, de Dalila Müller (UNISINOS, 2010).

Esses trabalhos cumprem uma função essencial ao resgatarem personagens e obras que, embora tenham um papel importante no processo de formação do sistema literário de Pelotas, foram sendo relegadas ao esquecimento. Ao analisá-los, foi possível perceber que praticamente todos estabelecem como ponto de partida o período no qual se iniciaram as atividades de imprensa nesta cidade. Além disso, perseguem seus principais fatos e atores até o final do século XIX ou início do século XX, quando a economia do charque perde seu espaço e a cidade passa por um processo gradual, econômico e cultural, de decadência.

Diante desse contexto, compreende-se uma significativa lacuna na história da literatura e da cultura em Pelotas, de forma que este trabalho propõe-se a reunir as informações dispersas sobre as décadas iniciais e busca identificar em que momento forma-se nesta cidade um sistema literário. Mais objetivamente, com este estudo, pretende-se obter dados mais exatos sobre os primórdios da leitura e produção cultural e literária na cidade de Pelotas através da verificação de fatos e eventos que podem ter contribuído para a formação de tal sistema, realizando uma análise crítica do material relativo ao período que se inicia com a expulsão dos espanhóis e a estabilização político-militar da região nas últimas décadas do século XVIII, até a década de 1870, considerada o auge da opulência pelotense.

Para compreender este processo, foi necessário retomar a história da cidade, desde os primeiros registros de sua vida cultural. Assim, com o capítulo *Os primórdios literários e culturais de Pelotas*, objetivou-se, por meio de um resgate do contexto histórico da região, desde sua origem no século XVIII até meados do século XIX, refletir sobre as condições através das quais a freguesia de São Francisco de Paula tornou-se a cidade de Pelotas, percebendo as condições sócio-históricas que foram cenário deste rápido crescimento, assim como, dos constructos ideológicos que atribuíram-lhe o título de Princesa do Sul.

No capítulo *Um sistema literário em Pelotas: apontamentos teóricos*, buscou-se detalhar teorias que visam dar conta do conceito de sistema literário e de outras questões interessantes a esta reflexão. A partir dos estudos de Antonio Candido (1959) e Itamar Even-

Zohar (1990), foi possível perceber muitas aproximações quando estabelecem os critérios para determinar a existência de um sistema literário, assim como do próprio conceito de literatura como sistema.

No capítulo *Três passos para tornar-se a “Princesa do Sul”*, buscou-se reunir e analisar o material referente aos primórdios da leitura, da educação e da produção cultural e literária em Pelotas, no intuito de compreender através do resgate das etapas que elevaram esta cidade de uma freguesia e a constituíram como uma capital cultural. Ou seja, buscou-se responder como se deu na prática a formação de seu sistema literário.

Tratando-se de um período extenso e do qual restaram escassos registros, este trabalho, de cunho bibliográfico e documental, propôs-se a recuar um pouco mais na história e rastrear os primeiros indícios de manifestações culturais na região, através da análise das principais etapas que constituem os primórdios da literatura na cidade de Pelotas.

1 OS PRIMÓRDIOS LITERÁRIOS E CULTURAIS DE PELOTAS

*São ricos e não ambicionam se não enriquecer mais;
sua fortuna, porém, pouco contribui para lhes tornar mais agradável a existência;
[...] A maioria é ignorante e sem educação.*
Auguste de Saint-Hilaire, 1820

Para compreender as condições através das quais a pequena freguesia de São Francisco de Paula, situada à beira de um arroio no extremo sul do Brasil, torna-se, em menos de um século, uma capital cultural com *status* de “princesa”, faz-se relevante resgatar alguns dados relativos ao contexto da ocorrência desses fatos. Logo, pretende-se retomar a história da cidade, desde a expulsão dos espanhóis e a estabilização político-militar da região nas últimas décadas do século XVIII até a denominada opulência na segunda metade do século XIX, para perceber o cenário da formação da literatura produzida e consumida em Pelotas.

1.1 No princípio...

No século XV, o Tratado de Tordesilhas dividia o mundo entre portugueses e espanhóis, mas com a morte do rei português D. Sebastião em 1578 e pela inexistência de um herdeiro direto do mesmo, Portugal foi anexado ao reino espanhol, formando a União Ibérica, favorecendo um contexto a partir do qual as fronteiras entre os dois reinos tornaram-se cada vez menos nítidas. Assim, as regiões estabelecidas pelo tratado foram sendo invadidas “amigavelmente”, mesmo depois da Restauração de Portugal como Estado independente, em 1640 (CUNHA. In: HOLANDA, 1982).

Em 1680, a coroa portuguesa fundou a Colônia do Sacramento em território espanhol e, em 1737, o brigadeiro José Silva Paes construiu o Forte Jesus, Maria, José – que originou a cidade de Rio Grande –, indicando que Portugal tinha claros planos de avançar a fronteira e, ao contrário do que estabelecia o tratado, ocupar território pertencente à Espanha (MONQUELAT; MARCOLLA, 2010a).

Em 1750, na expectativa de restabelecer a paz e a ordem, foi assinado o Tratado de Madri, tentando novamente fixar as fronteiras entre Portugal e Espanha nesta região e

fundando os campos neutrais. Porém, em 1763, os espanhóis invadiram novamente o território que pertencia a Portugal, sendo expulsos somente em 1776. Só um ano depois, o Tratado de Santo Idelfonso veio a encerrar a disputa pelas fronteiras entre Espanha e Portugal, como tentativa de regularizar uma situação que na prática já havia se consolidado (GOLIN, 1999). Como parte do cumprimento do Tratado de Santo Idelfonso, a Colônia do Sacramento foi entregue à Espanha.

Nesse contexto, a localização privilegiada de uma área que foi rota de tropeiros que contrabandeavam gado do Uruguai e da Argentina para São Paulo fez com que, no entorno do Arroio Pelotas, fixassem-se vários charqueadores. Embora não exista nenhum documento ou registro de qualquer natureza para comprovar o fato, a maioria dos pesquisadores da História de Pelotas (LOPES NETO, 1912; OSÓRIO, 1997; MAGALHÃES, 1993; LEÓN, 1996, entre outros) afirma que o primeiro deles foi José Pinto Martins, o qual teria chegado à região em 1780 e que, de tão bem sucedido em seu negócio, fez com que, em pouco tempo, outras charqueadas fossem criadas.

No entanto, registros históricos descobertos recentemente por Adão Fernando Monquelat e Valdinei Marcolla (2012) indicam que Pinto Martins não estava na região no referido período. Além disso, os pesquisadores afirmam que “charquear, no Continente do Rio Grande, já era prática estabelecida desde os primórdios do Século XVIII” (MONQUELAT; MARCOLLA, 2012, p. 82) e comprovam esta assertiva por meio de um excerto da carta enviada pelo brigadeiro José da Silva Paes a Gomes Freire de Andrade em 12 de março de 1737, na qual Paes comenta sobre uma praga de traças e relaciona a origem destas ao “charque que aqui faziam” (apud MONQUELAT; MARCOLLA, 2010a, p. 96). Fato comentado também por Aurélio Porto (1954), consultado pelos autores, o qual afirma que no início do século XVIII já havia charque produzido no Rio Grande sendo exportado por Laguna. Outra pesquisadora a reforçar esta informação é Helga Piccolo no prefácio da obra **República Velha Gaúcha**, de Sandra Pesavento. Segundo a historiadora, “pela documentação conhecida sabemos da existência de charqueada no Rio Grande do Sul antes de 1738” (PICCOLO. In: PESAVENTO, 1980, p. 10).

Segundo João Simões Lopes Neto (REVISTA..., 15 out. 1911, p. 7), o cearense José Pinto Martins foi quem trouxe para a região os segredos para preservação da carne através da utilização do sal, embora não indique a procedência das informações apresentadas em seus artigos publicados entre os anos de 1911 e 1912, na **Revista do 1º Centenário de Pelotas**⁶.

⁶ Em nota, Simões Lopes alerta que "a ausência do arquivo da I. Matriz, recolhido ao Bispado, em Porto Alegre, muito dificulta certa ordem de verificações" (REVISTA..., 15 out. 1911, p. 7).

Esta mesma versão infundada dos acontecimentos históricos foi mantida por Fernando Osório, em **A cidade de Pelotas**, livro publicado em 1922.

Nos padrões historiográficos do início do século XX, esses procedimentos ainda eram comuns. Assim, diante da ausência de informações, as lacunas eram preenchidas pelas inferências que parecessem mais plausíveis ao historiador. O que se aponta como questionável e problemático neste processo, porém, é o fato de, após um século, o mesmo relato infundado e lendário continuar sendo reproduzido por pesquisadores da História de Pelotas.

Dos contemporâneos, o mais conhecido e reconhecido provavelmente seja Mario Osório Magalhães, o qual foi inúmeras vezes questionado quanto à versão por ele sustentada. Já em seus últimos anos de vida e produção teve a oportunidade de corrigir a informação equivocada que repetiu reiteradas vezes – de que teria sido José Pinto Martins o primeiro charqueador desta região, o qual teria trazido para Pelotas a técnica do charqueamento de carne –, mas não o fez. Segundo Magalhães,

existem, é certo, referências de contemporâneos, feitas a Pinto Martins e à sua empresa; nenhuma, porém, menciona datas. Por isso, então, só se sabe, se repete, se propaga que esse pioneirismo remonta a 1780 – e não a 1778 ou a 1782, por exemplo – **porque se deposita inteira confiança na seriedade dos historiadores locais**, dos nossos antigos pesquisadores que transmitiram, para a posteridade, essa informação. Por sinal, sem que se excetue um só deles, de modo absolutamente categórico; mas também **sem nenhuma preocupação (como era usual, até pouco) de revelar em que fonte encontraram**, em que documento se apoiaram para autenticar essa data (MAGALHÃES, 2012a, p. 19, grifos meus).

A perspectiva do historiador é no mínimo preocupante, visto que, a partir dela, o mesmo revela ter relegado a um segundo plano a fundamentação e a comprobabilidade das informações que difundiu em sua numerosa produção, as quais seriam menos relevantes do que as versões deixadas pelos primeiros historiadores de Pelotas.

A primeira questão que se poderia propor é: por que “se repete, se propaga”, se não se sabe se é fato? Também, por que não deveríamos questionar uma informação que já foi comprovada como um equívoco? E como realizar um trabalho historiográfico a partir das inferências dos primeiros homens que escreveram a história de Pelotas e não considerar os trabalhos de pesquisa realizados na atualidade?

Como pode-se perceber, Magalhães reconhece que outros historiadores questionam esta versão e, certamente, conheceu suas descobertas, porém, preferiu reforçar ainda mais uma vez, em **Pelotas Princesa** (2012), a versão de Fernando Osório (1922), seu avô, e de Simões Lopes Neto (1912), pesquisadores que muito contribuíram para a conservação da História da cidade, mas detentores de pouco rigor científico, como era então característico.

Tal versão não recebeu da maioria a devida atenção, mesmo tendo sido, já em 1971, questionada pelo historiador Paulo Xavier, que publicou no **Correio do Povo** um artigo intitulado *Um cearense iniciador de nossas charqueadas?*, no qual afirma que não foi Pinto Martins o responsável por trazer a técnica de charqueamento para a região.

Ao comentar os documentos e informações encontrados e disponibilizados pelos pesquisadores Monquelat e Marcolla, o jornalista do **Diário da Manhã**, Carlos Cogoy pondera que

Pelotas deve seus primórdios a dois fatos: a ocupação castelhana de parte do território do Continente; e ao assentamento dos “Cazaes” feito pelo governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Pelotas teve suas origens no agropastoreio. A importância de José Pinto Martins para o desenvolvimento da indústria saladeiril no Continente do Rio Grande é um mito. A charqueada fundada no ano de 1780 é outro mito. A história da cidade de Pelotas está, desde muito, precisando de um novo olhar e de novas interpretações. Interpretações com menos equívocos e sem mitos (COGOY. In: DIÁRIO..., 2011, p. 12).

Outro dado reproduzido em diversos livros, mas sem comprovação documental, é o recebimento, em 1758, de um grande lote de terras, do então conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, pelo Coronel Tomás Luís Osório (LEÓN, 1996; MAGALHÃES, 1993, 2002; OSÓRIO, 1997; entre outros), o qual teria incentivado a colonização dessa área.

Em **A cidade de Pelotas**, de 1922, primeiro livro oficial sobre a história da cidade, Fernando Osório afirma que viu em um “velho e ignorado mapa de 1777”, desenhada uma extensa região na qual estava assinalado “o rincão ‘extremando-se no Sangradouro da Mirim (São Gonçalo) e arroio Pelotas até topar com o arroio Correntes, e deste até a Lagoa dos Patos no lugar de Canguçu’⁷” (OSÓRIO, 1997, p. 42), porém em nota informa que,

Do emérito diretor do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, dr. Florêncio de Abreu, obtive o autor deste ensaio, através da Intendência de Pelotas, a informação de que “examinados os livros de concessões e registros de terras correspondentes ao período de 1756-1768, não foi encontrado nesse arquivo ou documento referente à carta de doação feita pelo Conde de Bobadela a Luís Osorio”. Entretanto, existe cópia desse documento na Intendência Municipal de Pelotas (OSÓRIO, 1997, p. 42).

O arquivo da Intendência Municipal de Pelotas não foi preservado, portanto não há nenhum vestígio de tal documento. Logo, pode-se perceber de um lado a existência de diversas contradições e lacunas e, de outro, poucos registros documentais para fundamentar a versão existente da História de Pelotas. Pode-se inferir, entretanto, a partir dos documentos

⁷ O trecho destacado com aspas teria sido retirado do referido documento.

existentes, que a chegada – causada pela ocupação castelhana ocorrida em 1763 – de habitantes da então Vila do Rio Grande e também da Colônia do Sacramento, a política de assentamento de casais aplicada pelo então governador⁸, assim como o crescimento das charqueadas e da atividade agropastoril, teriam sido os principais fatores que deram origem à povoação da freguesia de São Francisco de Paula e, mais tarde, à cidade de Pelotas.

1.2 As primeiras manifestações culturais

Já nas primeiras décadas do século XIX, a localidade começa a se organizar em várias instâncias. Quanto ao comércio, em 1832, já se encontrava a divulgação de produtos e lojas pelotenses no jornal rio-grandino **O Noticiador**. Quanto à educação, o professor Antônio Luís Soares publica em 1848 um material didático destinado ao “uso dos estudantes do Collegio de S. Barbara da cidade de Pelotas” (SOARES, 1848, folha de rosto). Quanto à justiça, como indicado por Fontoura (1844 apud MAGALHÃES, 2000), começa a modelar-se enquanto região administrativa⁹, que ganha o *status* de freguesia em 1812, quando deveria ter pouco mais de dois mil habitantes, tomando-se por parâmetro que “o primeiro censo de 1814 acusou 2.419 habitantes” (ARRIADA, 1994, p. 107)¹⁰.

Devido ao regime de padroado, no qual não havia separação institucional entre Igreja e Estado, o que só ocorre com a Proclamação da República, os esforços do padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita (1729-1813), então pároco da Igreja de São Pedro do Rio Grande, foram determinantes para a fundação da freguesia e para a criação da paróquia de São Francisco de Paula ainda no mesmo ano, assim como de seu sobrinho e também padre Felício Joaquim da Costa Pereira, que por diversas vezes foi ao Rio de Janeiro negociar a criação da referida paróquia com o bispo José Caetano da Silva Coutinho.

⁸ Segundo Monquelat e Marcolla (2010), por volta de 1750, por estas terras já havia colonos oriundos dos casais trazidos dos Açores.

⁹ Sobre Pelotas em novembro de 1844: “Tem uma guarnição de 300 infantas e duas peças, uns poucos pequenos vasos a vapor e canhoeriras guarnecendo o rio São Gonçalo. A Câmara Municipal faz suas sessões periódicas; os juizes, delegados e mais funcionários públicos estão em exercício” (FONTOURA apud MAGALHÃES, 2000, p. 100).

¹⁰ Este número viria a crescer rapidamente. Segundo Eduardo Arriada (1994, p. 107) “em 1822 atingia 3.400 habitantes, para, em 1830, chegar aproximadamente a 4.300 habitantes no perímetro urbano, e com mais de 500 casas” e “pelo censo de 1833 acusava uma população urbana de 4.707 habitantes no recinto da Vila” (ARRIADA, 1994, p. 118).

Pedro de Mesquita, conhecido como o “padre doutor”, teve outro papel a ser destacado: o de incentivador da educação dos três sobrinhos – Felício Joaquim da Costa Pereira, Hipólito José da Costa Pereira e José Saturnino da Costa Pereira –, filhos do casal Félix da Costa Furtado de Mendonça e Ana Josefa Pereira, sua irmã. Felício Joaquim da Costa Pereira¹¹, como já referido, empenhou-se pela fundação em 1812 da paróquia São Francisco de Paula, da qual foi o primeiro pároco.

Hipólito José da Costa Pereira¹² fez parte de um pequeno grupo de jovens desta região que na época frequentaram a Universidade de Coimbra (MORAIS, 1940, p. 197) e, posteriormente, em Londres, tornou-se editor do primeiro jornal brasileiro, o **Correio Brasiliense**, recebendo por este feito o título de patrono da imprensa brasileira (PARMAGNANI, 2002, p. 106-107). Guilhermino Cesar (1971, p. 33) refere-se a Hipólito como um dos primeiros agitadores da vida social e política da região, porém opta por não desenvolver em seu estudo a participação deste jornalista, visto que não encontrou registro de nenhuma referência direta ou indireta feita por Hipólito a esta cidade durante sua vida, além do mesmo nunca ter a ela regressado¹³.

José Saturnino da Costa Pereira¹⁴, após ter estudado Ciências Matemáticas na Universidade de Coimbra (MORAIS, 1940, p. 215), regressou ao Brasil ocupando os cargos de Oficial de Engenharia, professor da Escola Militar do Conselho do Imperador, Ministro da Guerra e Presidente de Província (de 1825 a 1828). Entre os anos de 1828 e 1852, exerceu vários mandatos como Senador, além de ter diversos trabalhos publicados nas áreas de engenharia, matemática e militar e ter sido membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (BRASIL, *online*).

Embora tenha demonstrado reconhecer valor na aquisição do conhecimento e na formação acadêmica, ao financiar a educação dos sobrinhos, não constam no inventário do “padre doutor”, em 1815, além de móveis e objetos de uso pessoal, mais do que “um jogo de

¹¹ Conforme Rizzini (1957), Felício Joaquim da Costa Pereira teria nascido em 1777 e falecido em 1819. Segundo Parmagnani (2002, p. 105), o nascimento foi em Buenos Aires em 4 de agosto de 1777 e o falecimento em Pelotas em 11 de outubro de 1818.

¹² Conforme Parmagnani (2002, p. 105), Hipólito nasceu na Colônia de Sacramento em 25 de março de 1774 e faleceu em 11 de setembro de 1823, em Londres.

¹³ Guilhermino Cesar cita que Fernando Osório, em **Ferreira Viana e sua terra natal**, reivindica que Hipólito seja tratado como pelotense, por terem seus pais se estabelecido nesta região, porém tal obra não foi localizada para confirmação da informação original.

¹⁴ Existem algumas controvérsias acerca da data de nascimento de José Saturnino: nos dados biográficos apresentados por Parmagnani (2002), assim como nas informações contidas no Livro de Casamentos n. 3, folhas 124 v., referido por Mecenas Dourado (1957) na biografia de Hipólito, Saturnino teria nascido em 1778 em Rio Grande e falecido em 9 de setembro de 1852 no Rio de Janeiro; Moraes (1940), a partir da matrícula daquele na Universidade de Coimbra, afirma que seu nascimento foi no Rio Grande do Sul em 1773; já o *site* do Senado Federal apresenta a informação de que o mesmo teria nascido na Colônia do Sacramento, em 22 de novembro de 1771. Quanto à data de falecimento não existem divergências.

breviários velhos” e meia dúzia de obras impressas. No entanto, a presença destas obras – as quais serão analisadas no capítulo três deste trabalho – aponta para a existência de uma cultura letrada já neste período, fator também referenciado por diversos viajantes que, como já mencionado anteriormente, ainda no século XIX passaram pela região e registraram detalhes e impressões sobre a Pelotas da época.

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1859), durante o período que esteve em São Francisco de Paula, em 1820, hospedou-se na residência de Antônio José Gonçalves Chaves, português que chegou ao Rio Grande em 1805 e que, em 1810, havia fundado à margem do Arroio Pelotas a charqueada São João, “a mais próspera da capitania no seu tempo” (CESAR, 1971, p. 67). Sobre Chaves, Saint-Hilaire registrou, em seu diário, que era “um homem culto, que sabe latim, francês, com leitura de História Natural e conversa muito bem. Pertence à classe dos charqueadores, fabricantes de carne-seca” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 111). Destaca também que Chaves, que “iniciou como simples caixeiro, possui, hoje, uma fortuna de seiscentos mil francos” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 113-114). Logo, é possível inferir que é a riqueza acumulada por Chaves que lhe permite dedicar-se a atividades culturais, diferenciando-o da maioria dos habitantes da cidade. Como afirma a pesquisadora pelotense Glenda Dimuro Peter (2007, *online*), os charqueadores tinham “vários momentos de ócio e lazer, visto que a safra das charqueadas era curta (de novembro a abril), e teve como resultado estilos de vida urbanos”.

O naturalista comentou suas impressões sobre as condições socioeconômicas da localidade e apresentou-se otimista quanto às suas potencialidades de desenvolvimento econômico e cultural, porém não deixou de registrar o estranhamento que lhe provocou a maneira como os escravos eram tratados nas charqueadas, visto que nesta província, segundo ele, pareciam receber tratamento mais brando: “O Sr. Chaves é considerado um dos charqueadores mais humanos, no entanto ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante dos seus patrões” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 119).

Em outros momentos de sua obra, Saint-Hilaire descreve cenas tocantes acerca do tratamento dispensado aos escravos na propriedade do dito abolicionista Gonçalves Chaves. Desta forma, pode-se perceber que, embora se tenha propagado a ideia de que no Rio Grande do Sul os escravos africanos tivessem recebido um tratamento mais humano, em Pelotas, diante do contexto das charqueadas, a distância estabelecida entre os senhores e seus escravos, vistos como mera mão de obra, tornava-a um dos centros mais cruéis da região.

Ao analisar estas relações dentro do contexto sócio-histórico pelotense no início do século XIX, Peter conclui que,

a população de Pelotas, tal como em uma grande cidade [...] poderia ser identificada como uma elite civilizada e aculturada, emergente e cheia de novos ricos, novos barões, novos bacharéis, mas onde também se percebia uma sociedade escravocrata rude e cruel. Pelotas era uma cidade de contrastes e diferenças sociais, onde a cultura européia ajudou a criar a identidade que hoje possuímos (PETER, 2007, *online*).

Em 1822, Gonçalves Chaves publicou **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**, onde apresenta informações organizadas e apontamentos detalhados acerca da situação social e econômica do Brasil, seu desenvolvimento e suas limitações. Nelas, pode-se encontrar, entre outras questões, a avaliação negativa do autor no que diz respeito ao regime escravista. Chaves aborda também a corrupção da administração portuguesa e critica a política da coroa de doação de sesmarias. Guilhermino Cesar refere-se a esta obra como o “fruto de dezesseis anos de observação e análise das peculiaridades locais do Rio Grande de São Pedro do Sul” (1971, p. 68).

Dez anos mais tarde, em 7 de abril de 1832, a então freguesia de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de vila. Nas comemorações desse feito, destaca-se o nome de Antônio José Domingues (1791-1860), poeta e professor atuante em Pelotas, ao declamar poemas de elogio ao progresso pelotense e pela influência que exerceu na obra de poetas como Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867)¹⁵, Delfina Benigna da Cunha (1791-1857) e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1891?).

Antes de eclodir a Revolução Farroupilha, em 1835, peças teatrais eram produzidas e apresentadas nos teatros locais – o Tetro Sete de Abril, fundado em 1831 e Teatro Sete de Setembro, fundado em 1832 –, revelando o interesse por autores estrangeiros e sua influência sobre a produção local. Em 1835, o presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga outorgou à vila os foros de cidade, com o nome de Pelotas¹⁶, por sugestão do deputado Francisco Xavier Ferreira (1771-1838) em sessão da Assembleia Provincial de 17 de junho de 1835. Na mesma ocasião, outros dois nomes foram propostos: “Próspera Cidade”, pelo

¹⁵ Sobre a pelotense Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867), embora Guilhermino Cesar registre que sua obra é “menos significativa, do ângulo estético, que a de seus contemporâneos”, afirma também que a produção de Clarinda significa um elo entre a “maneira de Araújo Porto Alegre e a geração da revista *O Guaíba*” (CESAR, 1971, p. 165), sob o ponto de vista histórico.

¹⁶ Termo originado das embarcações de varas de corticeira forradas de couro, usadas para a travessia dos rios na época das charqueadas e pelo qual, segundo Monquelat e Marcolla (2012), a localidade já era referenciada naturalmente.

deputado João Batista de Figueiredo Mascarenhas e “Pelotapes”, pelo deputado Antônio Joaquim da Silva Maia (O NOTICIADOR, 20 e 23 jun. 1835).

Ao longo da década seguinte, diversos poetas escreveram tomando partido por republicanos e imperiais, influenciando a literatura oral e escrita gaúcha, inclusive de Pelotas. Porém, devido à ausência de uma tipografia na cidade, a produção crítica e literária dos pelotenses era enviada para os jornais das cidades vizinhas, principalmente Rio Grande.

O primeiro jornal publicado em Pelotas – **O Pelotense** – foi editado apenas em 1851. Fernando Osório (1997), ao referir este fato, destaca o comentário do correspondente do **Diário do Rio Grande**, o qual, segundo ele, felicitava os habitantes de Pelotas “por não terem querido até então sustentar em seu seio um periódico qualquer” (apud OSÓRIO, 1997, p. 362) e completa afirmando: “tal o exemplo, pouco animador, do jornalismo dissolvente da cidade vizinha” (OSÓRIO, 1997, p. 362). Comentário um tanto capcioso, visto que o primeiro jornal de Rio Grande, **O Noticiador** (1832-1836), havia encerrado as atividades há alguns anos, mas desde 1846 os rio-grandinos já publicavam o **Echo do Sul**, que, assim como o primeiro, era amplamente utilizado pelos pelotenses para publicação de atas, notas fúnebres, anúncios comerciais, entre outros. Sendo assim, é no mínimo válido pensar que a rivalidade existente entre as duas cidades pode ter influenciado a opinião explicitada, além de a cidade de Pelotas chegar à era da imprensa apenas na segunda metade do século XIX ser um indicativo de atraso.

Todavia, já ocorria, como será demonstrado no terceiro capítulo, pelo menos desde 1848, materiais impressos na cidade através da tipografia de Luís José de Campos.

1.3 A época da luz

Os pesquisadores que mencionam o início da imprensa pelotense¹⁷ apresentam como marco fundacional a publicação do primeiro exemplar do jornal **O Pelotense**, em 1851, na tipografia de Cândido Augusto de Melo. Esse fato é comemorado na edição de 7 de novembro de 1901 do **Diário Popular**, quando **O Pelotense**, fora de circulação desde 1855, completa

¹⁷ Fernando Luís Osório (1997, p. 128); Mário Osório Magalhães (1993, p. 244), Rildo Cosson (2003, p. 15), Jaqueline Rosa da Cunha (2009, p. 40), Zênia de León (2011, *online*), Beatriz Ana Loner (2010, p. 144), entre outros.

seu primeiro jubileu. Esse período inicial da imprensa na cidade era considerado pelos pelotenses como “A época da luz”, já que compreendiam que,

as grandes iniciativas, as idéas do bem publico, que preocupavam os espiritos estudiosos, perdiam-se, á falta de verdadeiro elemento de propagação, que devia torna-las conhecidas. Só depois que, no meio social dessa epocha, accendeu-se o primeiro pharol, que devia guiar-lhe os passos nas veredas da civilização e do progresso, foi que se começou a comprehender a necessidade de reunir esforços para as pelejas do futuro (DIÁRIO POPULAR, 7 nov. 1901).

Foi nessa mesma tipografia que Antônio José Domingues publicou alguns de seus livros de poemas, como **Coleção de poesias ao mui alto senhor D. Pedro II** (1852) e **Ao senhor D. Pedro V por exaltação ao trono de Portugal** (1856). Melo lançou, ainda na década de 1850, os jornais **O Grátis** (1854), **O Grátis de Pelotas** (1859) e **Diário de Pelotas** (1859).

Em 1854, na tipografia de Luís José de Campos, começou a ser publicado o jornal **Noticiador**, que se manteve até 1868. Em 1855, foi lançado o jornal **Brado do Sul**, editado pelo mineiro Domingos José de Almeida e pelo jornalista alemão Carlos de Koseritz (1834-1890), que, em Pelotas, participou da edição de alguns jornais e publicou, em 1856, nessa mesma tipografia, o material didático **Resumo da história universal** (CESAR, 1971), o qual foi divulgado equivocadamente por Mario Osório Magalhães como “o mais antigo livro editado em Pelotas” (1993, p. 253). Com essa afirmação, Osório desconsiderou, pelo menos, os livros publicados por Antônio José Domingues – talvez pela dificuldade de se obter exemplares dos mesmos – e revelou desconhecer obras como o **Exposição dos elementos de aritmética**, de Antônio Luís Soares (1805-1875), publicada em 1848 na tipografia de Luís José de Campos.

Em 1858, o pelotense Carlos Eugênio Fontana (1830-1896) publicou o romance **O homem maldito**, na tipografia do jornal **Echo do Sul**, em Rio Grande – este foi o primeiro romance publicado por um pelotense. No mesmo ano, Koseritz publicou **A véspera da batalha** e **A donzela de Veneza**, ambos sem exemplares disponíveis em bibliotecas públicas e que são provavelmente os primeiros romances publicados em Pelotas. Antes desses, haviam sido publicados **A divina pastora** (1847) e **O corsário** (1851), do escritor sul-rio-grandense José Antônio do Vale Caldre e Fião, no Rio de Janeiro, e **Um defunto ressuscitado** (1856), do teuto-brasileiro Carlos Jansen, no Guaíba.

Ainda na década de 1850, registra-se a presença do jornal **O Cometa** (1857), sem editor conhecido e dos vários periódicos que foram lançados ao longo da década de 1860, tais

como **Diário de Pelotas** (1860-1862, por Isidoro P. de Oliveira), **Álbum Pelotense** (1861, por Joaquim Ferreira Nunes¹⁸), **Jornal de Pelotas** (1861, por Koseritz), **Mercantil** (1862), **O Comércio** (1862-1865, por Joaquim Ferreira Nunes), **O Mosaico** (1862-1863, por Francisco Policarpo dos Guimarães) e **A Estrela** (1863, Serafim José R. Araújo e João Manoel Marinho da Silva). Além da revista literária **Araribá** (1857, por Francisco Antunes Gomes da Costa, Torres Crohuet e Machado Filho), como afirma Guilhermino Cesar (1971, p. 181).

Na segunda metade dessa década, surgiram **O Progresso Literário** (1865, Teodoro de Souza Garcia e J. J. César), **Onze de Junho** (1868-1889, por Antônio José da Silva Moncorvo Jr.), **Diário de Pelotas** (1868-1889, por Ernesto Augusto Gernsgross), **A Arcádia** (1869-1870, por Antônio Joaquim Dias) e **A Castália** (1869, por Lobo da Costa). Além do **A Arcádia**, no início da década de 1870, Antônio Joaquim Dias¹⁹ publicou também o **Jornal do Comércio** (1870-1882) e o **Correio Mercantil** (1875). Nesse período, registram-se ainda a presença do **Cruzeiro do Sul** (1872, Rodrigues Souza e Arruda), do **Álbum Literário** (1874-1875, Virgolino Rodrigues de Azevedo) e do **Correio do Século** (1875, José Alvares de Souza Soares).

Esses jornais²⁰ e esses autores, entre tantos, foram os que iniciaram a publicação de romances e poesias de autores locais, começando assim a formação da literatura em Pelotas e possibilitando que alguns destes conseguissem projeção na capital gaúcha, inclusive no Partenon Literário.

1.4 O nascimento de uma “princesa”

Os tempos de apogeu econômico e cultural legaram a Pelotas uma aura de glória, sustentada até a atualidade por historiadores e pesquisadores preocupados com a manutenção de uma versão da história que destaca grandes vultos e feitos, embora muitas vezes desapegados de rigor acadêmico e científico, que preteriram documentos em favor de lendas e

¹⁸ Conforme Dalila Muller (2010, p. 124), “Joaquim Ferreira Nunes era natural de Portugal, casado, em 1853 tinha 31 anos, faleceu ‘pobre’ em 17.07.1886, com 64 anos [...]. Foi proprietário de uma tipografia, editando o *Almanak Pelotense* em 1862 e o jornal literário *Álbum Pelotense*, em 1861 e 62”.

¹⁹ Segundo Monquelat e Pinto (2012, p. 75), “o jornalista Antônio Joaquim Dias, português nascido em 1848, chegou a Pelotas em 1869”. Foi ele o grande incentivador e idealizador da criação de uma biblioteca pública na cidade.

²⁰ As informações referentes aos primeiros jornais pelotenses e seus editores foram retiradas da lista organizada pelo Alferes Tancredo de Mello, a qual foi publicada no jornal **O Pensamento**, de 7 nov. 1901. Como informado na mesma, em homenagem ao Jubileu da Imprensa em Pelotas (1851-1901).

memórias pertencentes à elite econômica e política da cidade, a mesma que construiu e sustenta a história de uma Pelotas imponente: a “Atenas Sul-Rio-Grandense”, a “Capital Cultural do Rio Grande do Sul”, a “Princesa do Sul”.

Durante muitos anos acreditou-se que este último – e mais usual – título teria sido atribuído à cidade pelo então estudante Antônio Soares da Silva²¹ por meio de um poema publicado em 1863. Nos últimos versos, o poeta declara “A Pátria orgulhosa de tantos primores/ Te aclama Princesa dos Campos do Sul” (SILVA, 1863 In: IBGE, 1959, p. 40). Após a publicação e conhecimento dos pelotenses, tornou-se corrente essa expressão e o termo foi inclusive incluído no brasão da cidade, elaborado em 1961, em razão dos 150 anos de Pelotas.

Esta versão é citada por Euclides Franco de Castro, editor do periódico **Princeza do Sul**, em 1951; apresentada na **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, em 1959 e reproduzida em **Pelotas: sua História e sua gente**, de Zênia de León, em 1996. Anos mais tarde, pertencente a uma vertente crítica da história da cidade, o pesquisador Adão Monquelat, em um artigo publicado no jornal **Diário Popular**, questiona tal versão.

Monquelat (2000) destaca que a referência feita não é tão clara, visto que a expressão só aparece no último verso e, ainda assim, intercalada com outras palavras. O pesquisador, ao analisar as possibilidades de origem para o termo Princesa do Sul como referência a Pelotas, exclui as versões que atribuem à princesa Isabel, Fernando Osório (pai) ou Olavo Bilac (possibilidades que circulam no imaginário local) a atribuição de tal apelido pela ausência de provas e pela incompatibilidade cronológica, visto que, a princesa Isabel, por exemplo, visitou a cidade em 1885, quando a expressão já havia sido diversas vezes usada pela imprensa local.

Mario Osório Magalhães (1993, 2002, 2012), embora não tenha apresentado nenhum dado capaz de refutar tal informação, afirma: “segundo entendo, a palavra [sic] Princesa do Sul surgiu espontaneamente, e foi adotada pela comunidade, na segunda metade do século 19, incorporando-se desde logo ao imaginário pelotense” (MAGALHÃES, 2012b, *online*). Assim, segundo a opinião deste pesquisador, a poesia de Silva teria a primazia somente de ser a primeira vez que tal expressão fora impressa, embora já fosse utilizada pela população.

Porém, após pesquisas em material digitalizado da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), foi possível acrescentar uma informação que contradiz a tradicional versão, já que o exemplar de 6 de janeiro de 1860 d'**O Brado do Sul** – três anos, portanto, antes da publicação

²¹ Segundo Sérgio da Costa Franco (2004, p. 9), Antônio Soares da Silva fazia parte da turma de 1867 da Academia de Direito de São Paulo. O autor afirma ainda, que Silva nasceu em Bagé em 1842 e era filho de Ismael Soares da Silva e Dorotéia de Medeiros Costa. Foi deputado provincial entre os anos de 1873 e 1876 e exerceu a advocacia em Bagé até seu falecimento em 3 de dezembro de 1898.

da poesia de Antônio Soares da Silva – apresenta uma poesia sem título assinada por um correspondente de Jaguarão, sob o codinome “Alibabá”, que fazia uma referência direta e objetiva a Pelotas como a Princesa do Sul, como pode-se observar na transcrição:

Que bela manhã fagueira e risonha
 Offereces, oh tu **princesa do Sul**
 Tuas bellas campinas, teu todo m'encantam.
 É gentil o teu céu, é gentil seu azul!
 Os bellos trinados de teus passarinhos
 Me lembram saudades que quizera esquecer.
 Recordam-me protestos d'amor innocente
 D'amor que m'inha alma não pôde descrer!
 Recorda-me cá vida completa d'encantos
 No lado d'aquelles, que me deram o ser!
 Recordam-se a patria os proprios amigos
 Se bem que sinceros jamais pude ter!!
 (O BRADO DO SUL, 6 jan. 1860, p. 1, grifo meu).

A partir do conteúdo exposto, poder-se-ia inferir tratar-se de alguém que ou nasceu ou por algum período viveu em Pelotas, visto pela maneira carinhosa e saudosa como se refere à cidade e pela referência à permanência dos pais na mesma: “Recorda-me cá vida completa d'encantos / No lado d'aquelles, que me deram o ser!” (O BRADO DO SUL, 6 jan. 1860, p. 1).

Mario Magalhães (1993, p. 106-107) comenta que o apelido da cidade ganhou tão grande popularidade na década de 1880, que foi utilizado como nome para um bazar. Também, no carnaval de 1882, o jornal pelotense **Correio Mercantil** apresenta a descrição do desfile dos carros alegóricos organizado pelo Clube Demócrito. No quinto carro, “sobre um tronco com escadarias ricamente ornamentado, via-se a princesa do sul [...]. A seus pés um velho acabrunhado, representava o Rio Grande” (CORREIO MERCANTIL, 23 fev. 1882).

Outra citação a essa expressão é realizada pelo correspondente do jornal carioca **Gazeta de Notícias**, ao relatar a “viagem de suas altezas” a Pelotas. Ao apresentar um panorama das condições socioeconômicas da região, expõe algumas impressões e indicativos de crescimento cultural e econômico da região, dentre eles o teatro, a biblioteca, a arquitetura, o comércio, refere-se ao título recebido pela cidade:

Se o viajante percorre a encantadora cidade, encontra n'ella, a cada passo que dá, uma maravilha, uma cousa que o impressione e ha de, como eu, exclamar que o titulo que lhe deram do *Prinzeza do Sul* é o mais bem cabido e o melhor que lhe vai (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 fev. 1885, p. 2, grifo do autor).

O jornal **A Ventarola**, de 3 de fevereiro de 1889, ilustra por meio de uma charge a rivalidade existente entre as cidades vizinhas de Rio Grande e Pelotas. Na ilustração, além do texto provocativo – “O nosso visinho Rio Grande encetou nova campanha contra nós/ E o que parece é que o velho continúa a passar a perna á galante Princeza do Sul,/ levando-a para sí, com todas as suas riquezas” –, pode-se perceber a ironia do autor ao apresentar a cidade de Rio Grande personificada na figura de um velho decadente e oportunista, enquanto que Pelotas é representada pela imagem de uma moça rica e bela, sendo denominada como “Princeza do Sul”.



Figura 1: A VENTAROLA. Pelotas, 3 fev. 1889.

Alguns anos depois, nas vésperas de 1922, devido às comemorações do primeiro centenário da Independência, Fernando Luís Osório Filho fora incumbido de escrever “um trabalho retrospectivo da contribuição de Pelotas à obra comum de integração da grande nação livre que surgiu na América e nos palcos do mundo pelo rompimento dos laços políticos que a uniam à mãe-pátria” (LOPES, 1962. In: OSÓRIO, 1997, p. 9). No preâmbulo de sua obra, Osório enaltece a “Princesa do Sul”:

Pelotas, o primeiro lugar da Capitania que celebrou, ruidosamente, já em 1822, o magno evento da Independência do Brasil, Pelotas que deu, em todos os tempos, sobejas provas do seu peculiar brasileiro, em que mais simpática forma receberia incentivo senão no estudo das suas tradições, no que elas têm de mais puro e significativo, para unir, nesse traço de amor, à Pátria Livre, festejando-lhe o centenário, todos os seus júbilos e todas as suas bênçãos?! [...] Celebram a cidade em que a flor tem o seu culto público, e à que, no berço, dentro do Rio Grande, atam-me os eflúvios sublimes do “*incipe parve puer, riso cognoscere matrem*”, e hoje me sorri no sorriso benigno de meus filhos... Radiante Pelotas, dona gentil do cognome de “Princesa do Sul”, ninho do primeiro monumento republicano no país

consagrado à República! Se é verdade que o forasteiro penetra no coração do Rio Grande quando chega a Pelotas, é porque “Deus, ao fazer esta terra, decerto sorria!” (OSÓRIO, 1997, p. 16).

Este fragmento é bastante representativo do tom narrativo empregado na construção discursiva que, ao longo das décadas, foi dando forma ao imaginário da população pelotense. Narrativas como estas ganham força e credibilidade dos leitores quando apresentadas junto aos registros históricos que comprovam sua efervescência cultural durante as décadas de 1860 a 1890, tratadas por Mario Osório Magalhães (1993) como o período de “opulência e cultura”²² da cidade. Esta versão enaltecida de Pelotas, em certa medida, é confirmada também pela visão externa, visto que diversos cronistas e viajantes que cruzaram estas terras apresentaram, em seus relatos, a descrição de uma cidade urbana, civilizada e de vida cultural ativa.

Descrito por Guilhermino Cesar (1971, p. 129) como “um dos viajantes bem informados do princípio do século, observador nem sempre imparcial”, John Luccock, já em 1809, descreve “uma grande extensão de terras”, as charqueadas, “sendo famosa pela sua produção luxuriante e pelo seu gado numero e nédio”. O viajante destaca ainda a existência de diversas casas disseminadas pela região, “muitas delas espaçosas e algumas com certas pretensões ao luxo; existem capelas anexas a muitas delas e em volta de uma encontra-se tamanho número de habitações menores que o conjunto bem merece o nome de aldeia” (LUCCOCK, 1951, p. 141 apud MAGALHÃES, 2000, p. 10).

Poucos anos depois, em 1815, o então bispo do Rio de Janeiro José Caetano da Silva Coutinho, em visita pastoral ao Rio Grande do Sul, referiu-se à mesma região em seu diário de viagem, revelando um progresso ocorrido desde a passada de Luccock. Segundo Coutinho, “para receber todo o povo, que já anda por mais de quatro mil almas e cedo subirá a muito mais, precisa-se de uma grande igreja de pedra e cal, que podem muito bem fazer se quiserem, porque são mui ricos” (apud MAGALHÃES, 2000, p. 17). O bispo afirma ainda que “a povoação já tem tantas casas como a Cachoeira²³, e as primeiras linhas muito mais extensas até ao vizinho Sangradouro e comunicação das duas lagoas; grande coisa promete para o futuro” (COUTINHO apud MAGALHÃES, 2000, p. 18).

Outro conhecido viajante, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, entre as anotações de suas experiências por esta região no ano de 1820, registrou suas impressões

²² Uma clara referência à obra **Cultura e opulência do Brasil** (1711), de André João Antonil, a qual trata da vida econômica do Brasil em princípios do século XVIII, fazendo um apanhado das condições que regiam as principais indústrias do país.

²³ Refere-se a Cachoeira do Sul, à época, já município.

sobre a riqueza da freguesia ao comentar que “não se vê em São Francisco de Paula um único casebre; tudo aqui anuncia bem-estar” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 114). Acrescentou também que os homens, aos quais encontrou, “estavam vestidos com asseio, e há várias lojas sortidas com mercadorias de toda a qualidade” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 114). Saint-Hilaire também comentou as perspectivas de crescimento da freguesia:

Os habitantes de São Francisco de Paula são operários e, principalmente, negociantes. Algumas famílias do Rio Grande mudaram-se para aqui, e acredita-se que, dentro de pouco tempo, esta aldeia será aumentada de um grande número de novos habitantes, atraídos pela posição favorável, pela beleza da região e riqueza dos que já se acham aqui estabelecidos (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 114).

Esta previsão é corroborada pelos registros do viajante alemão Karl Seidler, que passou por esta região no ano de 1827. Segundo este,

Esta localidade distingue-se vantajosamente das outras cidades pelos bonitos arredores, bem como pela riqueza de seus habitantes [...]. Tanto aqui como no Rio Grande há muitos europeus, que possuem importantes estabelecimentos e que certamente pela influência do seu dinheiro e da sua cultura têm contribuído consideravelmente para que os habitantes tenham mais civilização e mais gosto pela vida social e mais trato amigável, do que nas outras regiões (SEIDLER, 1976, p. 94).

Pode-se perceber, nas memórias de Seidler, alguns primeiros registros que apontam para a vida cultural da localidade. Ao referir-se às mulheres pelotenses, o alemão comentou que, em geral, todas tocavam algum instrumento, principalmente o piano que “se encontra em todas as boas casas”, além de que “muitas falam um pouco de francês, como também na maioria dançam muito bem” (SEIDLER, 1976, p. 94). Também registrou que “seus trajes mesmo nos passeios ordinários, são às vezes muito ricos e sempre muito selecionados e de bom gosto e suas atitudes são cheias de simpatia, desembaraço e graça; poder-se-ia chamá-las as espanholas do novo mundo” (SEIDLER, 1976, p. 94).

As condições favoráveis ao crescimento foram também destacadas por Antônio Vicente da Fontoura em carta à esposa, datada de 1844:

Ontem chegamos a esta cidade; não é muito grande, porém está vantajosamente colocada e enriquecida com todas as proporções para ter um crescimento rápido. [...] A Câmara Municipal faz suas sessões periódicas; os juizes, delegados e mais funcionários públicos estão em exercício (FONTOURA apud MAGALHÃES, 2000, p. 100).

Estas percepções e registros, assim como tantos outros que se referem à Freguesia de São Francisco de Paula, revelam claramente uma região rica, com um comércio movimentado

e em progressão. Ao refletir sobre o crescimento da cidade e o enriquecimento de sua elite ainda no século XIX, Glenda Dimuro Peter (2007, *online*) afirma que “a razão para o desenvolvimento cultural de Pelotas também está no fato de que, assim como os grandes centros urbanos da época, Pelotas buscava ‘europeizar-se’, dando importância ao comportamento educado, às boas maneiras, aos hábitos e costumes europeus”.

Peter demonstra o peso da influência francesa, e não somente das características luso-brasileiras, na formação da cultura e da identidade dos pelotenses e reflete que embora não tenha “exercido grande influência política ou econômica sobre o Brasil, a França contribuiu para a renovação das artes e para as mudanças dos nossos hábitos culturais e sociais” (PETER, 2007, *online*).

Logo, ambicionando o ritmo de desenvolvimento das cidades europeias, Pelotas investia em bens culturais e direcionava-se para um processo de modernização. Este processo atraiu imigrantes, dentre eles professores de desenho, música, línguas, gramática, dança, expandindo o universo cultural da localidade. A imitação dos padrões europeus pode ser identificada até a atualidade, através da arquitetura de prédios em estilos neoclássico e eclético espalhados pelo centro histórico da cidade e arredores. No entanto, em muitos aspectos este processo não foi bem sucedido. Estudos do professor Aristeu Elisandro Machado Lopes (2006) e dos pesquisadores Adão Monquelat e Guilherme Pinto (2012) revelam, como afirma Lopes (2006, p. 163), “o outro lado da Princesa do Sul”.

Através da análise das críticas e sátiras presentes em ilustrações de três periódicos humorísticos que circularam em Pelotas na década 1880, quais sejam, **Cabrion**, **Zé Povinho** e **A Ventarola**, Aristeu Lopes (2006) apresenta indícios que demonstram os problemas enfrentados pelos pelotenses diante das questões relacionadas ao desenvolvimento urbano, tais como o abastecimento de água, o tratamento de esgoto, a iluminação e a limpeza das ruas, assim como dos questionáveis encaminhamentos dados pela administração pública à crise que se instaurava na cidade.

Para solucionar o problema do abastecimento de água na cidade, foram importados da França quatro chafarizes, que deveriam ser instalados em pontos estratégicos pré-estabelecidos, possibilitando o acesso da população (MONQUELAT; PINTO, 2012). A partir das novas perspectivas apontadas e desenvolvidas nas pesquisas de Peter (2003), Lopes (2006) e Monquelat e Pinto (2012), acerca das questões que envolveram a instalação e o uso dessas fontes, um novo olhar pode ser lançado sobre a história e a cultura pelotenses da época, de modo que se relativizam diversos relatos pouco embasados de pretensos historiadores que

adquiriram notoriedade, reproduzindo informações superficiais ao longo dos anos, assim como das impressões de visitantes, que embora valiosas, apresentam pouca objetividade.

Um dos chafarizes foi instalado no centro da Praça Pedro II²⁴, até então, uma pequena extensão de terra, central e coberta de capim (MONQUELAT; PINTO, 2012). A partir da instalação, a praça passou a ser “um espaço destinado à diversão da população 'nobre' da cidade, sendo que a circulação de pobres e escravos nesses espaços era restrita” (LOPES, 2006, p. 166), revelando como a elite pelotense demarcava e ocupava áreas públicas de modo excludente. Ao referir-se também a festas populares como o Carnaval e o Entrudo, o historiador comenta que

a festa era essencialmente promovida por famílias norteadas por normas européias e com um mesmo nível econômico, assim continuavam existindo divisões sociais e étnicas durante a brincadeira. Ao lado disso, o “redondo” da praça, como era conhecido na época o espaço central com o chafariz, era destinado somente a esses segmentos (LOPES, 2006, p. 167-168).

Apenas em 1888 a Praça Pedro II recebeu calçamento e foi adequada para o uso coletivo e, ainda assim, após intensas comemorações pela inauguração, foram sendo percebidas diversas precariedades, que indicaram a necessidade de reparos imediatos. Como reação ao caos que se instaurava, no **A Ventarola** (22 jan. 1888 apud LOPES, 2006, p. 169) encontrava-se um recado à administração pública: “meus amigos... menos barulho, e mais obras, é o que nós queremos”. Segundo Monquelat e Pinto (2012, p. 87), apenas “em 1913, a então Praça da República passou por grande modificação paisagística, tornando-se mais agradável esteticamente”.

Essa negligência da administração pública podia ser percebida também em relação à condição da limpeza urbana. Nem as principais ruas da cidade recebiam manutenção, sendo caracterizadas pelos periódicos como “imundas” e pelas quais cães abandonados perambulavam e eram mortos, mas não recolhidos, pelos fiscais, decompondo-se a céu aberto (LOPES, 2006).

Deste modo, os periódicos associavam “a falta de higiene e cuidado com as ruas a um fator propulsor de doenças” (LOPES, 2006, p. 170). Apenas em 1878 haviam sido “aprovados artigos adicionais ao código de posturas, não permitindo o despejo de materiais fecais e águas servidas nas ruas, praças, pátios ou quintais” (LOPES, 2006, p. 174) e nos anos seguintes outras medidas foram sendo somadas. Somente em 1887, a Câmara Municipal implantou um serviço de esgotos, até então, os detritos produzidos pela população eram evacuados através

²⁴ Atual Praça Coronel Pedro Osório.

das “carroças de asseio”²⁵. Segundo Aristeu Lopes, a “crítica à limpeza das ruas foi comum em todos os periódicos, demonstrando que a questão ficou mal resolvida durante os anos 1880” (2006, p. 174).

Em 1880, uma epidemia de febre tifoide de grandes proporções dizimou, especialmente, a juventude; em 1887, foi a varíola e, em 1889, como pretende representar a ilustração a seguir, a febre amarela.



Figura 2: A VENTAROLA. Pelotas, 3 mar. 1889²⁶.

Também em relação à iluminação pública foram veiculadas diversas críticas. Em 1847, foram instalados lampiões com azeite para iluminar as ruas. Vistos como contraponto ao progresso, esses foram substituídos em 1871 por um sistema de abastecimento a base de gás hidrogênio, os quais apresentavam problemas constantes (LOPES, 2006). As reivindicações pela chegada da luz elétrica eram associadas ao desejo de melhoria urbana e do prolongamento do tempo noturno. Porém, a energia só chegaria ao centro da cidade em 1914, sendo estendida aos bairros apenas em 1921 (MICHELON, 2004).

A ausência de uma imprensa alternativa e crítica – opositiva aos jornais oficiais – anterior ao ano de 1879 impede-nos de obter dados mais recuados acerca das questões aqui

²⁵ Nelas eram conduzidas as cubas ou cabungos com os detritos fecais recolhidos nas casas.

²⁶ "Não sabemos o que será d'esta formosa 'Princesa do Sul': parece que já estamos vendo a pobrezinha tragada pela maldita..."

abordadas, porém, pode-se inferir que tais problemáticas não surgem instantaneamente e que, portanto, foram constituindo-se e intensificando-se ao longo dos anos, assim como o tão destacado crescimento intelectual dos pelotenses. Os três hebdomadários analisados por Lopes, juntos, alcançam uma década – **Cabrion** (1879-1881), **Zé Povinho** (1883), e **A Ventarola** (1887-1889) –, logo, pode-se perceber que os principais problemas indicados pelos periódicos assolaram a sociedade pelotense por um extenso período de tempo.

Outros fatores que revelam as fragilidades do chamado apogeu cultural da localidade podem ser percebidos a partir dos altos níveis de analfabetismo, da escassez de aulas públicas – temas que receberão maior atenção no terceiro capítulo deste trabalho –, da ausência de sociedades literárias e da inexistência de uma biblioteca pública, como alerta o redator do **Correio Mercantil**, Antônio Joaquim Dias, como se pode observar no excerto a seguir:

Bibliotheca publica. – Segundo parece, toma vulto a utilíssima idéa de fundar-se n’esta cidade uma bibliotheca publica, abrangendo o character de sociedade litteraria, para melhor attender ás aspirações e conveniencias de todas as classes sociaes. Por nossa parte, não podemos deixar de aplaudir tão importante pensamento que attende a uma das maiores necessidades d’esta cidade e dedicar-lhe desde já o nosso insignificante apoio.
É preciso marchar.
Porto Alegre, Rio Grande e quase todas as localidades do interior do sul da provincia já de há muito possuem soberbas bibliothecas e florecentes sociedades que offerecem uma instrucção facil e economica a todos quantos cultivam o espirito e acompanham o progresso da civilisação.
Só Pelotas, a mais rica cidade da provincia, não possui nem uma bibliotheca, nem uma sociedade litteraria, nem um gabinete de leitura regularmente organizado.
Esta indifferença é prejudicial aos creditos e adiantamentos da população.
O progresso intellectual de qualquer localidade deve estar em relação com o seu progresso material.
(CORREIO MERCANTIL, Pelotas, 10 nov. 1875).

Assim, percebe-se que Dias preocupa-se com o fato do desenvolvimento intelectual da cidade não acompanhar seu crescimento econômico, ao contrário do que vem sendo afirmado ao longo dos anos nas histórias da cidade.

Em 1871, a capital gaúcha inaugurava sua biblioteca; desde 1846, Rio Grande já tinha a sua, porém, a “Capital Cultural do Rio Grande do Sul” não contava com nenhum espaço institucionalizado de suporte e incentivo às práticas de leitura públicas ou individuais. Em sua tese de doutorado, Renata Braz Gonçalves (2010) dedica um capítulo aos espaços e eventos de leitura em Pelotas. Destes, pelo recorte temporal que se estipulou para este estudo, serão abordados a criação da Bibliotheca Pública Pelotense e da Sociedade Literária Culto às Letras, as quais surgem em 1876.

Como indica Gonçalves (2010), várias matérias eram vinculadas nos jornais da época²⁷ na expectativa de sensibilizar todos os estratos da população acerca da importância e da urgência da criação de uma biblioteca. A autora observa, que “a falta de uma biblioteca pública era considerada uma lacuna na vida intelectual da sociedade pelotense” (GONÇALVES, 2010, p. 149) e destaca que no caso de Pelotas, a iniciativa de criá-la não partiu do governo, mas da consciência e da mobilização da população, que por meio de campanhas nos jornais, de quermesses e outras promoções, arrecadou, além de livros, o necessário para iniciar a construção do prédio e a aquisição do acervo.

Somam-se a estas reflexões os estudos de Monquelat e Pinto (2012), os quais, partindo do polêmico questionamento acerca da localização do quarto chafariz²⁸, abordam diversos aspectos referentes à cultura pelotense no século XIX. Através dos relatórios da Câmara Municipal e de descrições veiculadas pelo **Diário de Pelotas**, os autores apresentam algumas peculiaridades do contexto de fundação da Bibliotheca Pública Pelotense, a qual foi inaugurada em 5 de março de 1876, entre apresentações musicais e empolgados discursos.

Em tal ocasião, após o vice-presidente Saturnino Epaminondas de Arruda ter pronunciado o discurso oficial e o hino nacional ter sido executado, os presentes foram convidados a fazer uso da palavra. Dentre esses, destaca-se o discurso de Pedro Bernardino de Moura, proprietário e redator do jornal rio-grandino **Echo do Sul**, que enfatizou a função social da biblioteca, sugerindo que nesta fosse oferecida instrução, já que a cidade carecia também de escolas. Moura chama a atenção de que livros seriam inúteis a um povo analfabeto (MONQUELAT; PINTO, 2012).

Outro esforço de valorização à cultura foi a idealização de uma sociedade literária que deveria funcionar anexa à Bibliotheca. Como indicado por seu estatuto, ser sócio da Bibliotheca era requisito para integrar-se a tal sociedade. O mesmo estatuto previa ainda a organização de comissões, que deveriam responsabilizar-se por áreas específicas, como história, filosofia e literatura. Assim, segundo Monquelat e Pinto (2012), a sessão de instalação da Sociedade Literária Culto às Letras ocorreu em 29 de junho de 1876, após já ter

²⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, 9 nov. 1875; CORREIO MERCANTIL, 10; 12; 14 nov. 1875.

²⁸ Diferente do propósito decorativo atual, quatro chafarizes teriam sido instalados na cidade na década de 1870 com o propósito de fazer abastecimento de água para a população. O primeiro foi instalado em 1873 na Praça Pedro II (atual Coronel Pedro Osório); o segundo foi colocado na Praça da Matriz, no mesmo ano, sendo que seu paradeiro desde os primeiros anos do século XX é desconhecido; o terceiro foi instalado na Praça Domingos Rodrigues em 1874 e transferido para o Calçadão (cruzamento das ruas Andrade Neves e Sete de Setembro) em 1981; o quarto chafariz foi instalado em um terreno situado na esquina das ruas São Miguel (atual Quinze de Novembro) e Santo Ignácio (atual Gomes Carneiro) em 1876 (onde atualmente localiza-se o Corpo de Bombeiros), tendo sido, em 1910, transferido para a Praça Floriano Peixoto, atual Cypriano Barcellos (MONQUELAT; PINTO, 2012).

tido seu estatuto aprovado em 26 de março e a diretoria eleita em 2 de abril, com a seguinte formação:

presidente – dr. Saturnino E. de Arruda; vice-presidente – dr. Joaquim J. Afonso Alves; 1º secretário – Arthur Lara Ulrich; 2º secretário – Anacleto da Costa Barcelos; orador dr. F. de Azevedo Souza; orador adjunto – Ibirapuitan Ourique. Comissões: história – dr. Saturnino E. de Arruda e **Lobo da Costa**; filosofia – **Bernardo Taveira Júnior** e dr. Siqueira Canabarro; versão de idiomas – Carlos André Laquintinie e José Henrique Lara Ulrich; literatura – **Alberto Cunha** e **Lobo da Costa**; redação – **Bernardo Taveira Júnior** e dr. Epaminondas P. de Almeida (MONQUELAT; PINTO, 2012, p. 175, grifos meus).

Diferentemente da diretoria da Bibliotheca²⁹, pode-se perceber a participação de importantes literatos pelotenses na primeira composição da diretoria da Sociedade Literária Culto às Letras.

Ambas as chapas que disputaram a direção eram representadas por proprietários de jornais, logo, concorrentes: Antônio Joaquim Dias, do **Correio Mercantil** e Arthur Lara Ulrich, do **Jornal do Comércio**, o que possibilita-nos ao menos desconfiar que por trás desta disputa, já existissem outras (MONQUELAT; PINTO, 2012, p. 175).

Sendo as eleições proporcionais, os opositores compuseram juntos a diretoria. Monquelat e Pinto (2012) destacam a reflexão de Arthur Ulrich ao final do processo eletivo, o qual comemorou ter a outra chapa ocupado apenas os cargos do presidente, do adjunto ao orador e de um dos membros da comissão de literatura. Nestes termos, logo após terem sido escolhidos por meio de uma competição acirrada, alguns membros dessa diretoria, renunciaram aos seus cargos e, mais tarde, fundaram outras sociedades. Monquelat e Pinto (2012) remetem para esta condição ao descreverem os conflitos decorrentes do empossamento da primeira diretoria da Culto às Letras. Segundo os mesmos, a solenidade foi presidida pelo vice-presidente, diante da renúncia do presidente e, pela ausência do secretário, não puderam “ser lidas as atas dos trabalhos preliminares para a fundação da sociedade literária e a da eleição da diretoria” (MONQUELAT; PINTO, 2012, p. 178).

Após um significativo atraso para a concretização destas iniciativas, é em um clima de tensão e rivalidade que em 1876, a cidade de Pelotas passa a contar com instituições direcionadas a propiciar e incentivar a leitura e a instrução. Renata Gonçalves (2010) comenta o expressivo número de sociedades que surgiram logo após a fundação da Culto às Letras como um fator indicativo do desenvolvimento cultural de Pelotas. Por outro lado, pode-se

²⁹ A listagem dos eleitos à diretoria (gestão 1876 -1877) da Bibliotheca Pública Pelotense, realizada em março de 1876, pode ser conferida em Monquelat e Pinto (2012, p. 163).

inferir que a quantidade de sociedades literárias dissidentes dessa pioneira aponta para uma incapacidade de diversos de seus membros de trabalharem em conjunto.

Deste modo, percebe-se que foram manifestações esparsas as que constituíram a vida cultural da cidade até meados do século XIX; foi na segunda metade da década de 1870 que os pelotenses começaram a enquadrar-se no que poderia ser considerado uma cultura civilizada para a época. Foi a partir deste período que a consciência da necessidade de instrução, a propagação dos ideais abolicionistas e a consciência dos padrões mínimos de higiene, fatores tão recorrentes na imprensa da época, parecem ter polido e refinado um pouco os pelotenses. Até então, temos indícios suficientes para constatar que, embora Pelotas se destacasse das demais cidades sul-rio-grandenses economicamente e almejasse os padrões europeus de progresso e modernização, seus habitantes ainda viviam envoltos em seus próprios dejetos, sendo vítima de sua própria vaidade e mesquinhez. Como registrou Auguste de Saint-Hilaire acerca dos habitantes da capitania, após observar São Francisco de Paula,

são ricos e não ambicionam se não enriquecer mais; sua fortuna, porém, pouco contribui para lhes tornar mais agradável a existência; nutrem-se mal e não conhecem nenhum divertimento honesto. Os instantes de lazer são dedicados aos jogos, ou a pequenas intrigas que uns forjam contra os outros. A maioria é ignorante e sem educação; como não conhecem nenhum princípio de honra e de moral, agem, via de regra, de má-fé em seus negócios (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 115).

Porém, ainda no início do século XX, já envolta por uma aura de “Capital Cultural” e integrando o movimento em prol da construção de uma identidade nacional, preocupação latente na historiografia da época, os escritores pelotenses e demais incentivadores da cultura, através da valorização exacerbada da cor local, resgatando termos e imagens que contribuíram para a concepção de uma Pelotas com atributos de princesa, consolidaram os elementos que dariam base para uma cultura perpetuada até os dias atuais. Uma cultura estabelecida a partir da supervalorização de alguns fatos e do apagamento histórico de outros.

2 UM SISTEMA LITERÁRIO EM PELOTAS: APONTAMENTOS TEÓRICOS

*Nessa matéria tudo depende do ponto de vista –
espero mostrar a viabilidade do meu.*
Antonio Candido, 1959

A partir da discrepância nas versões históricas acerca da formação cultural de Pelotas, compreende-se a importância de retornar às fontes primárias para analisar o processo enfrentado por esta cidade entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, visto que já na década de 1860 começou a ser considerada como um polo econômico da região, mas apenas nas décadas seguintes, viria a se inserir no cenário literário e cultural por meio de nomes como Francisco Lobo da Costa e João Simões Lopes Neto. Estes autores, assim como tantos outros seus contemporâneos e sucessores, são ainda lidos, comentados e estudados pelos pelotenses, mas seria isso suficiente para se afirmar a existência de um sistema literário na região de Pelotas?

Para responder a esta questão, buscou-se compreender quais elementos concorrem no processo de formação e de historicização de uma literatura, tais quais a intenção de um autor/historiador e dos partidarismos no momento de elaborar uma obra, do tipo de acesso às fontes para que se possa considerar fiável um estudo, entre outros, que competem para a constituição dos cânones e para a organização de uma história literária.

Em seguida, foram revisados alguns conceitos propostos pelo crítico Antonio Candido (1959), em seu esforço de reconstituir o processo de formação da Literatura Brasileira. Do mesmo modo, foram estudadas as reflexões teóricas do professor israelense Itamar Even-Zohar (1990), acerca da relação dos elementos em um polissistema cultural e dos critérios para que se possa considerar a existência de um sistema literário.

2.1 Sobre a historiografia literária e outras teorias

Segundo João Barrento, em *O regresso de Clio? Situação e aporias da história literária* (1986), a história da literatura parte de uma concepção benjaminiana – o acesso ao

passado é sempre precário e nessa precariedade há a compreensão de inúmeras lacunas, informações que o historiador não tem mais disponíveis.

Em *Sobre o conceito de história*, Walter Benjamin já alertava que “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIN, 1994, p. 224). É nesse sentido que Barrento resgata a compreensão de Benjamin para destacar que é de frente para trás que a história é contada. Assim, é importante a consciência de que todo discurso é sempre marcado por um grau de subjetividade, por mínimo que seja; tornando-se evidente o peso das opções de quem escreve no momento da elaboração da narrativa.

Em *Sobre a escrita de histórias da literatura*, Siegfried Schmidt (1996) revela compartilhar desta perspectiva ao refletir que a ideia que os historiadores tinham de que fosse possível registrar dados objetivos de maneira empírica e, mais tarde, combiná-los em uma imagem verdadeira do passado, foi ultrapassada. Segundo esse autor, “os historiadores literários tornaram-se também bastante conscientes do fato de que textos literários, que consideram como os dados de uma história literária, são sempre itens interpretados e avaliados, e não fatos dados objetivamente” (SCHMIDT, 1996, p. 104).

David Perkins, em *História da literatura e narração*, também agrega elementos importantes a esta reflexão ao afirmar que “na medida em que a história narrativa da literatura [...] é conformada pelo desejo, devemos suspeitar de sua plausibilidade como descrição do passado” (PERKINS, 1999, p. 7). Assim, ao ler uma história da literatura, é imprescindível compreendê-la como a produção de um ou mais indivíduos, situados em um contexto histórico, influenciados por inúmeros fatores e portadores de ideologias próprias e coletivas. O historiador da literatura é alguém que elaborou um projeto, escolheu uma base teórica para fundamentar suas análises, seguiu uma metodologia para alcançar determinado fim. Como explica Schmidt,

se nos dermos conta de que a escrita de histórias literárias significa uma construção de relações teoricamente orientadas entre os dados para produzir modelos plausíveis e aceitáveis intersubjetivamente dos “acontecimentos passados”, devemos admitir que teremos de empregar outros critérios que não a verdade, objetividade ou fidedignidade nas histórias literárias, e que teremos de formular funções sociais para histórias literárias diferentes das que fornecem um relato verdadeiro sobre “o que ocorreu de fato” (SCHMIDT, 1996, p. 107).

A partir destes pressupostos, percebe-se a importância de discernir o que é o ponto de vista do historiador e o que é a História (compreendida aqui como leitura objetiva de documentos e registros originais), embora o fato de que as narrativas históricas expressarem o

desejo do historiador não provar “que sejam representações falsas, pois as satisfações emocionais obtidas de uma história não têm nenhuma relação com os critérios através dos quais avaliamos sua verdade” (PERKINS, 1999, p. 9).

Além disso, quando a motivação pessoal do historiador ganha um papel deveras relevante na organização da obra, o que inicialmente poderia ser encarado como uma motivação natural, por ser esta seleção fruto do trabalho de um – ou mais – indivíduo com suas percepções e pontos de vista, acaba tornando-se partidarismo. Segundo Perkins, ao refletir as ideias de Frederic Jameson, “um certo grau de partidarismo é inevitável na narrativa histórica” (1971, p. 262).

Através da escolha de quais escritores, fatos e eventos devem ou não fazer parte de sua obra, o historiador da literatura acaba por estabelecer um cânone. Segundo Wendell Harris, em *La canonicidad* (1998), “los criterios para la selección de textos se derivan, no de la autoridad, sino de las funciones elegidas”, ou seja, diante do desafio de escrever uma história da literatura o intérprete se vê obrigado a uma tomada de posição. Para desenvolver estas questões, Harris (1998) recorre também às reflexões de Barbara Hermstein Smith (1983) ao afirmar que

toda la valoración de un texto literario es, em realidad, un juicio sobre lo bien que el texto em cuestión satisface las necesidades cambiantes de los individuos y las sociedades, es decir, lo bien que realiza funciones específicas. Para analizar los criterios sobre los que parece basarse una selección, los críticos deben buscar dichas funciones, sin olvidar nunca que las reconoce a través de los procesos que se reflejan en sus propias y cambiantes necesidades (HARRIS, 1998, p. 51).

A partir de escolhas como estas no momento de escrever uma história, literária ou não, será necessário que o autor selecione dentre o *corpus* disponível, quais informações, autores ou fontes serão incluídas, assim como os procedimentos metodológicos a serem adotados, ou seja, como o material selecionado será utilizado e apresentado.

Para Schmidt, uma história literária

[...] tem de passar pelo teste de saber se a apresentação de dados é ou não suficiente para os propósitos intencionados. Aqui, é claro, podem aparecer problemas de seleção; mas eles podem ser resolvidos dentro do contexto dos pressupostos e objetivos explícitos de uma história literária parcial e orientada em direção a determinados objetivos (SCHMIDT, 1996, p. 117).

Ao refletir sobre estas mesmas questões, David Perkins acrescenta ainda que,

uma história literária não pode ter só um texto como assunto e não pode descrever muitos individualmente. A multiplicidade de objetos deve ser convertida em um número menor de unidades e mais manejáveis, que podem então ser caracterizadas, comparadas, inter-relacionadas e ordenadas (PERKINS, 1999, p. 30).

Assim, o autor reforça a importância de, no esforço de se escrever uma história literária, investir-se na seleção e classificação para sistematizar o conhecimento.

2.2 Sistema literário segundo Candido

Se observarmos a **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**, de Antonio Candido, poderemos perceber uma organização de informações que compõem o texto de maneira capaz de induzir o leitor a perceber como, na perspectiva do crítico, se desenvolveu e consolidou a literatura no Brasil.

Em 1959, no esforço de organizar sistematicamente os elementos que dão corpo à literatura brasileira, Candido apresenta uma obra na qual analisa o Arcadismo e o Romantismo no Brasil, situando neste período o que, segundo ele, foi a constituição de um sistema, explicitando em *Literatura como Sistema* – texto de introdução à referida obra – os fatores essenciais que dão sustentação à esta concepção, quais sejam:

a existência de **um conjunto de produtores literários**, mais ou menos conscientes do seu papel; **um conjunto de receptores**, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; **um mecanismo transmissor**, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade (CANDIDO, 2007, p. 25, grifos meus).

Além disso, Candido diferencia a literatura propriamente dita – que, para ele, é “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase” (CANDIDO, 2007, p. 25) – de manifestações literárias. Ao referir-se a “denominadores comuns”, o crítico explica tratar-se de “características internas, (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização” (CANDIDO, 2007, p. 25).

Logo, é possível perceber que Candido tem critérios e métodos definidos para construir seu relato de tal maneira e os explicita ao longo da narrativa. Neste sentido, Schmidt reflete que, “em geral, histórias literárias podem ser tão multifacetadas quanto os historiadores que as escrevem. A diferença entre histórias literárias é constituída por diferenças em intenção, interesse, legitimações e nos procedimentos ou métodos aplicados” (SCHMIDT, 1996, p. 116).

Schmidt destaca, ainda, a importância de, ao escrever uma história literária, o pesquisador ser claro em relação aos objetivos que pretende alcançar, sejam eles necessidades de grupos aos quais representa, sejam eles interesses particulares, além das demais questões em função das quais ele pretenda elaborar sua obra (SCHMIDT, 1996).

Para ser coerente em sua proposta, Candido (2007, p. 25), ainda na introdução, alerta seus leitores avisando que muitos “acharão que o processo formativo, assim considerado, acaba tarde demais, em desacordo com o que ensinam os livros de história literária”. Porém, declara que “sem querer contestá-los, – pois nessa matéria tudo depende do ponto de vista”, espera mostrar a viabilidade do seu. Explica também que,

em um livro de crítica, mas escrito do ponto de vista histórico, como este, as obras não podem aparecer em si, na autonomia que manifestam, quando abstraímos as circunstâncias enumeradas; aparecem, por força da perspectiva escolhida, integrando em dado momento um sistema articulado e, ao influir sobre a elaboração de outras, formando, no tempo, uma tradição (CANDIDO, 2007, p. 26).

A partir destes excertos, compreende-se sua intenção de apresentar o processo de formação do que ele chama de “sistema literário” no Brasil e não apenas de construir uma história da literatura brasileira desde sua origem. Diante desta argumentação, o leitor de Candido seria, então, “compelido à cumplicidade ‘pelo mecanismo do ponto de vista’” (PERKINS, 1999, p. 5).

Logo, é lógico que os fatos e eventos escolhidos pelo crítico no processo de elaboração de sua narrativa sejam tão somente as opções deste autor. Se, por um lado, Candido evidentemente constrói a história, ou seja, escolhe e dispõe as informações de maneira a desenvolver seu ponto de vista, por outro, o faz explicitando suas intenções e opções.

Tais escolhas, porém, nem sempre são bem aceitas, como é o caso da oposição de Haroldo de Campos à proposta de Candido, manifestada na obra **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos** (1989). Campos, assumindo uma postura desconstrutora inspirada assumidamente em Jacques Derrida, desenvolve duas

teses críticas sobre a **Formação da Literatura Brasileira** e o que ele chama de “sequestro do Barroco” (e, conseqüentemente, da contribuição, para ele inestimável, de Gregório de Matos): o deslocamento da origem da literatura brasileira do Barroco para o Arcadismo e a intencionalidade com que Candido o faz, pelo objetivo de, valorizando as manifestações românticas, apresentadas de forma encadeada às árcades, contribuir com a construção de uma identidade nacional, preocupação latente na historiografia da época.

A crítica de Campos baseia-se no lugar ocupado pelo Barroco e, conseqüentemente, por Gregório de Matos, no processo de formação da literatura brasileira, segundo a concepção de Antonio Candido, ou seja, na localização da origem desta literatura. Neste sentido, ao questionar afirmações como a “presença (pregnância) poética e ausência histórica” (CAMPOS, 1989, p. 10) de Gregório ou a afirmativa de que ele “não existiu literariamente (em perspectiva histórica)” (CAMPOS, 1989, p. 9), Campos revela claramente não concordar com Candido e traz presentes questionamentos importantes para compreender-se como o desejo do historiador pode moldar a história literária.

Não é o modelo, a estrutura de história da literatura elaborada por Candido que Campos critica, mas o resultado de tal escolha e a maneira como os dados são interpretados e dispostos para desenvolvê-la, embora o resultado seja coerente com a proposta assumida por seu autor. Candido não exclui de forma alguma Gregório da história da literatura brasileira, ele simplesmente adota um recorte de análise e determinados critérios – já explicitados anteriormente – que tornariam incoerente a presença de Gregório em sua **Formação**.

Ao descrever sua compreensão da literatura como um sistema, Candido explica o que conceitua como manifestações literárias, as quais se diferenciariam dos sistemas literários por não constituírem uma tradição literária, ou seja, como, segundo ele, não chegaram a circular, as obras produzidas neste período não influenciaram quem escreveu no período posterior, só tendo sido descobertas pelos românticos.

Ao apresentar Gregório de Matos como exemplo, Candido afirma que, “embora tenha permanecido na tradição local da Bahia, ele não existiu literariamente (em perspectiva histórica) até o Romantismo, quando foi redescoberto, sobretudo graças a Varnhagen; e só depois de 1882 e da edição Vale Cabral pôde ser devidamente avaliado” (CANDIDO, 2007, p. 26). Segundo o crítico, “antes disso, não influenciou, não contribuiu para formar o nosso sistema literário, e tão obscuro permaneceu sob os seus manuscritos, que Barbosa Machado, o minucioso erudito da **Biblioteca Lusitana** (1741-1758), ignora-o completamente, embora registre quanto João de Brito e Lima pôde alcançar” (CANDIDO, 2007, p. 26).

No entanto, ao recorrermos aos registros históricos do período evidenciaremos que o Brasil, à época, pouco mais era do que as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, o que demonstra claramente que, ao dispor as informações desta forma, Candido converge para a construção de uma versão particular do como ocorreu a formação da literatura no Brasil. Ao comentar este tipo de construção narrativa, David Perkins afirma que

a linha de eventos que forma a narrativa é selecionada de um passado muito mais vasto e amorfo do que o conhecido pelo historiador da literatura. Poderíamos argumentar que a intenção organizadora de uma história da literatura justifica suas omissões e ênfases. Entretanto, qualquer que seja a intenção, para o leitor que conhece o material tão bem quanto o historiador da literatura e, é claro, para o próprio historiador da literatura, qualquer narrativa parecerá incompleta e, de certa forma, arbitrária, pois qualquer evento pode ser disposto em sequências narrativas diferentes, a longo e curto prazo (PERKINS, 1999, p. 3-4).

Assim, é possível compreender que, para que sua narrativa fosse coerente e convincente, Candido não mencionou, por exemplo, que Gregório de Matos Guerra, o “Boca do Inferno”, era mal visto naquele tempo, tendo sido destituído de cargos e até deportado para Angola devido aos seus insistentes ataques à Igreja e à sociedade da época. Logo, é possível inferir que o abade Diogo Barbosa Machado, no esforço de reunir a literatura produzida no período, não considerasse pertinente incluir os manuscritos do poeta.

Este caso é diferente, por exemplo, do desaparecimento, por cerca de um século, da obra **A divina pastora**, de José Antônio do Vale Caldre e Fião, considerado o primeiro romance do Rio Grande do Sul e o segundo do Brasil. Impresso em 1847, na Tipografia Brasileira de F. M. Ferreira, no Rio de Janeiro, só retornou ao conhecimento público em 1992, quando um exemplar foi republicado, após ter sido encontrado pelo pesquisador e livreiro Adão Fernando Monquelat em Montevideú.

Enquanto que a obra de Gregório circulou marginalizada e, por sua carga crítica, foi mantida fora do cânone, o romance de Caldre e Fião, não contando com nenhum exemplar conhecido e, logo, não tendo sido mais lida, de fato não contribuiu por um longo período para a formação do sistema literário sul-rio-grandense e brasileiro como um todo.

Provavelmente, o primeiro a refletir estas questões tenha sido o formalista russo Yuri Tynianov com sua teoria da “evolução literária”, na qual compreende a literatura como um sistema e, portanto, estabelece relações de causa e consequência entre os termos, sejam eles as obras, o contexto, ou a literatura propriamente dita.

A partir desta perspectiva, Tynianov desenvolveu o conceito de série literária. Segundo este teórico, “o elemento relaciona-se simultaneamente com a série de elementos

parecidos pertencentes a outras obras-sistemas, verdadeiramente pertencentes a outras séries e, de outro lado, com os outros elementos do mesmo sistema” (TYNIA NOV, 1971, p. 108). O autor acrescenta ainda que toda obra literária constitui um sistema que se relaciona com um sistema maior que é a literatura, ou seja, há o micro e o macrosistema, respectivamente, porém, esses sistemas não se encontram sozinhos, mas rodeados de subsistemas que constituem uma cultura social.

Nesse sentido, pode-se perceber aproximações entre as teorias de Candido e Tynianov, os quais concordam quanto à necessidade de conciliar-se os aspectos sociais (extraliterários) e os aspectos formais (intraliterários) no processo de leitura de determinada obra. Para Tynianov, “o estudo isolado de uma obra literária não nos dá a certeza de falarmos corretamente de sua construção, de falarmos da própria construção da obra” (TYNIA NOV, 1971, p. 109).

Para Candido (2006, p. 13), o isolamento em um destes extremos afeta a integridade da obra. Além disso, é o extraliterário que possibilita ao leitor uma análise crítica da função que uma obra literária desempenha no interior de determinado sistema literário. Esta visão vai diretamente ao encontro da ponderação do formalista russo quanto ao não-isolamento da série literária das outras séries sociais.

Assim, a percepção da literatura enquanto um sistema, referida por Candido, embora não desenvolvida de maneira sistemática, já havia sido apresentada por Tynianov, que redefiniu conceitos como sistema e função ligados à evolução literária. Para o teórico russo, a história literária conserva, no plano das disciplinas culturais, o estatuto de um território colonial, pois, de um lado, é denominada por um psicologismo individualista, que substitui os problemas relativos à psicologia do autor, por problemas literários propriamente ditos; substitui, em verdade, o problema da evolução literária pelo da gênese dos fenômenos literários – questão referida insistentemente por Haroldo de Campos.

Segundo ele, “se há um problema instantâneo e insistente na historiografia literária brasileira, este problema é a ‘questão da origem’” (CAMPOS, 1989, p. 7). Campos afirma que “no caso brasileiro, esse enredo metafísico vê acrescida à sua intriga uma componente singular de ‘suspense’: o nome do pai [...] apresenta-se (ou ausenta-se), desde logo, submetido à rasura e em razão, exatamente, de uma ‘perspectiva histórica’” (CAMPOS, 1989, p. 8).

Ao questionar a “origem” estabelecida por Candido, Campos propõe outra: o Barroco, reivindicando o papel que, sob o seu ponto de vista, foi “sequestrado” deste período, o que corrobora a compreensão de que é inviável pensar uma história literária sem estipular-se um ponto de partida para a mesma.

2.3 Sistema literário segundo Even-Zohar

Se de acordo com os pressupostos estabelecidos por Antonio Candido – diante de um contexto muito específico – não são fornecidos dados suficientes para que se possa concluir a existência de um sistema literário em Pelotas no século XIX, para Itamar Even-Zohar e sua “Teoria dos polissistemas”, outros são os critérios eleitos para tal definição.

Even-Zohar resgata a ideia de literatura como sistema apresentada por Yuri Tynianov e, em alguns aspectos, ampliada pelas percepções de Boris Eikhenbaum e detém-se na relação da literatura com os outros sistemas, levando em consideração a intrincada rede de relações que a condiciona.

O teórico israelense não limita apenas aos textos o caráter de literários, mas questiona os procedimentos de análise que estavam em vigor e propunha considerar a inclusão de outros fatores. Acrescenta, ainda, que não se pode chegar a um resultado satisfatório se estes forem analisados separadamente, se não forem mais abrangentes as possibilidades de elementos que fazem ou podem vir a fazer parte do sistema.

Neste sentido, aproxima-se muito da relação defendida por Tynianov entre a série literária e as demais séries sociais e, para representar sua proposta, lança mão do esquema de comunicação criado por Roman Jakobson, a partir do qual estabelece uma possibilidade de disposição para os elementos que compõe o que ele chama de “polissistema literário”, ou seja, um sistema que articula os diversos sistemas que constituem o universo literário.

Segundo Jakobson (1956), para que se realize o ato comunicativo são necessários um *contexto*, a situação a que a mensagem se refere; um *código*, compreendido como um conjunto de signos e regras de combinação desses signos, utilizados na transmissão de uma mensagem; um *emissor* (remetente), que emite a mensagem; um *receptor* (destinatário), que recebe a mensagem; um *canal* pelo qual a mensagem é transmitida e a *mensagem* propriamente dita, que é o conjunto de informações a serem transmitidas.

Logo, se para Antonio Candido o que dá sustentação à concepção de literatura como um sistema é a presença de três pontos (um produtor, um receptor e um mecanismo transmissor), Itamar Even-Zohar apresenta um esquema organizativo bastante semelhante, mas que, porém, amplia significativamente a proposta de Candido ao apontar a existência de produtores (emissor), consumidores (receptor), instituição (contexto), mercado (canal), repertório (código) e produto (mensagem). Como afirma o teórico,

un CONSUMIDOR puede “consumir” un PRODUCTO producido por un PRODUCTOR, pero para que se genere el “producto” (el “texto”, por ejemplo), debe existir un REPERTORIO común, cuya posibilidad de uso está determinada por una cierta INSTITUCIÓN. Debe existir un MERCADO en que este bien pueda transmitirse. En la descripción de los factores enumerados, no puede decirse de ninguno de ellos que funcione aislado, y la clase de relaciones que pueden detectarse cruza todos los posibles ejes del esquema (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 32).

A partir deste esquema, Even-Zohar desenvolve uma reflexão do ponto de vista teórico acerca de quais atividades poderiam ser consideradas como regidas por relações literárias sistêmicas.

Segundo este professor, os “productores no están confinados a un solo papel en la red literaria, sino que pueden, y de hecho son empujados, a participar en un conjunto de actividades que, en ciertos aspectos, pueden volverse parcial o totalmente incompatibles entre sí” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 34). O teórico destaca que, ao longo da história, o papel exercido pelos produtores mudou muitas vezes e, conseqüentemente, alternaram-se também sua condição social, sendo que em alguns momentos esta figura foi completamente desvalorizada e submetida aos padrões de consumo, enquanto que em outros, teve *status* e poder.

Logo, são os padrões culturais do período que determinam o papel do produtor na sociedade, o qual não está restrito à função de produzir, mas está de tal forma envolvido no processo produtivo, que interage com seus possíveis consumidores e, como estes, integra também a instituição literária e o mercado literário. Para o teórico israelense, não se trata de “um produtor” apenas, mas de um grupo de pessoas envolvidas com as diferentes formas de organização da produção.

Da mesma forma, ao referir-se ao(s) consumidor(es), Even-Zohar analisa o papel dos incalculáveis indivíduos que são atingidos pela produção literária. Nesse sentido, ao diferenciar consumidores diretos de indiretos, o teórico insere na reflexão todos aqueles sujeitos que embora possam não ter interesse por literatura, acabam contagiados pelo contato com leitores, através dos quais são transmitidas referências que passam a compor determinados universos culturais.

Já a instituição seria o conjunto de fatores envolvidos com a manutenção da literatura enquanto atividade sociocultural, como as editoras, as escolas, as universidades, as academias, os críticos, determinados grupos de escritores, os meios de comunicação, entre outros. É a instituição que estabelece as regras que preponderam no polissistema ao legitimar uns em detrimento de outros, ao regular quem vai estar no cânone.

O conceito de mercado, por sua vez, diz respeito aos fatores que interferem nas relações de compra e venda de produtos literários, assim como na promoção dos mesmos. É o mercado que aponta a direção do tipo de obra que deverá ser consumida. Aqui podem ser incluídas as livrarias, as bibliotecas, as sociedades literárias, os clubes de leitura, entre outros fatores promotores de, nos termos de Pierre Bourdieu, “trocas simbólicas”. Por sua vez, para que seja possível efetuar trocas no meio literário, é necessário um repertório comum. O repertório, então, é compreendido como o agregado de regras e conhecimentos compartilhados, que direcionam a elaboração, a utilização e a interpretação acerca dos produtos literários.

Por fim, ao tratar do produto da literatura, Even-Zohar reflete que este pode ser quaisquer conjuntos de signos realizados ou realizáveis, retirados das obras ou referentes a elas, tais como resumos, resenhas críticas, citações, referências, e não apenas o texto literário.

Nestes termos, Even-Zohar (1990, p. 26) compreende o “sistema literario” como “el complejo de actividades – o cualquier parte de el – para el que pueden proponerse teóricamente relaciones sistémicas que apoyen la opción de considerarlas 'literarias'”, embora existam diversos outros fatores neste processo que influenciam na seleção do que irá compor o sistema. Para o teórico, defender a inclusão ou a exclusão de determinados fatos no sistema, “no es una cuestión de la descripción sistémica de la literatura, sino un problema del éxito mayor o menor que puede alcanzarse mediante un procedimiento u otro desde el punto de vista de la adecuación teórica” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 26).

Ao referir-se à adequação teórica, Even-Zohar explica que o que determina afinal se determinada atividade ou fato será incluído ou não como “parte de la literatura” são critérios elaborados a partir de fatores como relevância e conveniência. Neste sentido, comenta que,

Son las leyes del “sistema” específico (el agregado de actividades para el que puede suponerse teóricamente sistemicidad) las que explican su naturaleza y comportamiento. Así pues, la “producción de textos” no se identifica sencillamente con “la producción de cualquier otra cosa”, y lo mismo vale para el resto de los factores implicados. Escritores, revistas literarias, crítica literaria (en el sentido restringido) son todos factores literarios. Y no hay posibilidad de determinar de antemano qué actividad de entre éstas es, en un período dado, “la” literaria por excelencia (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 28).

No mesmo sentido, encontram-se as reflexões da pesquisadora e professora Márcia Abreu (2003), a qual afirma que,

deixando de ver na literatura um objeto ideal, definido por uma imanente literariedade, percebe-se que sua composição é socialmente construída, assim como

sua leitura. Mais do que o contato entre um autor e um leitor, tomam parte na construção do sentido editores, compositores, impressores, fabricantes de papel, livreiros, professores, críticos e propagandistas, outros autores e outros leitores (ABREU, 2003, p. 137).

Even-Zohar observa que as novas gerações de estudiosos da literatura não dão credibilidade, como antes, a questões como inspiração ou a psicologismos por estes já não serem mais considerados como procedimentos seguros, mas pelo contrário, comenta que “parecía más fácil defender una correlación entre nuestra comprensión de los textos y sus hipotéticos rasgos 'objetivos'. No obstante, en cuanto surgieron de nuevo cuestiones de orde supra-textual, los parámetros de producción regresaron a la agenda de estudios literarios” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 33).

Logo, quando se pretende estudar a produção literária de uma localidade, é importante ter em vista todos os interesses que estão em jogo, tanto na produção, quanto na recepção e divulgação das obras e discursos que essas veiculam.

3 TRÊS PASSOS PARA TORNAR-SE A “PRINCESA DO SUL”

Y no hay posibilidad de determinar de antemano qué actividad de entre éstas es, en un período dado, 'la' literaria por excelencia.
Itamar Even-Zohar, 1990

Neste capítulo, com o objetivo de resgatar alguns dados acerca dos primórdios culturais e literários de Pelotas, serão analisadas as informações encontradas a partir do que foi registrado em inventários de antigos moradores da cidade, nas notícias enviadas aos jornais da época, nas primeiras publicações e no início da imprensa local.

Como o *corpus* é extremamente escasso no período estudado, partiu-se em busca das condições que possibilitaram o florescimento da literatura nesta localidade: os investimentos em educação; o interesse por línguas estrangeiras, por música, por teatro; a presença de livros e a natureza dos mesmos; a circulação das primeiras obras publicadas em Pelotas; e a presença de pelotenses em organizações e sociedades literárias.

Logo, das poucas obras e sujeitos que até meados do século XIX figuraram a literatura em Pelotas, buscou-se realizar um levantamento o mais completo possível, buscando abranger o maior número de indivíduos ligados às Letras. Deste modo, pretendeu-se esboçar o meio intelectual que deu origem às primeiras produções literárias que vieram a circular na cidade de Pelotas, visando identificar de que forma os fatos políticos e sociais do período dialogam com o processo de elaboração destas obras.

Embora este estudo, de maneira alguma, pretenda-se uma história da literatura, o mesmo busca resgatar e sistematizar elementos constitutivos da história da literatura em Pelotas e, para tanto, parte de algumas concepções de David Perkins, o qual explica que “narrativas tradicionais têm começos, fins, e enredos” (PERKINS, 1999, p. 9), porém estes pontos são arbitrários e podem variar de uma para outra história da literatura, pois serão escolhidos pelo historiador. O teórico defende também a importância da organização taxonômica nas histórias da literatura, mas alerta que não devemos compreendê-las como correspondentes à realidade, mas sim como necessárias para que se possa entendê-las. Segundo o teórico, “não se pode escrever história ou história da literatura sem periodizar” (PERKINS, 1999, p. 34).

Neste sentido, ao rastrear os elementos que dão base para o surgimento desta literatura é possível e talvez necessário, dividi-la em dois períodos: a formação e, após a década de 1870, a consolidação da literatura na cidade.

Com esta pesquisa, objetivou-se compreender melhor o processo formativo da literatura em Pelotas, já que inúmeros estudos já focaram, partindo dos materiais disponibilizados a partir do advento da imprensa, o período de consolidação – através do levantamento de seus principais autores, da análise de obras consagradas, da pesquisa acerca das tipografias, livrarias, leituras que eram realizadas, da movimentação da vida social, entre tantos outros,

Para melhor ilustrar este processo, o mesmo será apresentado em três partes, quais sejam, o levantamento dos livros que circulavam na freguesia de São Francisco de Paula e de seus possíveis proprietários, visando conhecer o perfil de leitor pelotense neste período; em seguida, a partir do jornal rio-grandino **O Noticiador** (1832-1835), buscar identificar traços da vida cultural da vila e demais informações acerca de Pelotas veiculadas pelo mesmo; e, por último, analisar os dados que contextualizam o advento da imprensa em Pelotas e seus primeiros registros, para mapear as primeiras manifestações literárias na cidade.

3.1 Os primeiros registros de livros e leituras em Pelotas

Falecido em 1813, o padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, um dos principais responsáveis pela fundação da freguesia e da criação da paróquia de São Francisco de Paula em 1812, deixou uma biblioteca particular com poucos itens, porém, destes, alguns merecem destaque.

Conforme seu inventário, o padre tinha *um calepino*³⁰, o qual trata-se de um grande dicionário da língua latina, que segundo Telmo Verdelho (2000), era essencialmente monolíngue até meados do século XVI, quando por meio dos editores começaram a ter incluída no início dos seus artigos uma indicação de equivalências plurilíngues, “muito sumária, limitada à transcrição de uma unidade lexicográfica para cada uma das línguas acrescentadas” (VERDELHO, 2000, p. 126). Assim, nota-se que a presença de tal dicionário poliglota é relevante devido à informação interlinguística que comporta, sendo “um dos

³⁰ Todas as referências a obras indicadas nos inventários terão suas grafias mantidas tal qual encontram-se nas fontes e aqui destacadas em itálico.

instrumentos mais importantes da consciência plurilíngue europeia e um fator de transformação do pensamento sobre as grandes questões da origem das línguas, da sua hierarquização e das suas relações diacrônicas” (VERDELHO, 2000, p. 126), o que denota a erudição do padre.

Jorge de Souza Araújo (1999) comenta a correspondência que constatou entre os livros permitidos pela Real Mesa Censória e os que foram mais lidos no século XVIII no Brasil. Dentre tais, comenta a popularidade “do célebre dicionário de Ambrosio Calepino (1435-1511)” (ARAÚJO, 1999, p. 107), publicado em 1502, embora destaque que a obra que circulou pela maioria das livrarias brasileiras setecentistas foi uma reformulação feita por Jacopo Facciolati (1682-1759), em colaboração com Egídio Forcellini, e publicada pela primeira vez em 1718, em Pádua.

Segundo Telmo Verdelho (2000), o padre Bento Pereira (1605-1681) comenta a importância do Calepino para a elaboração de **Prosódia**, assim como de outras de suas obras. Não obstante, no inventário do “padre doutor” consta também *uma prosada de Bento Pereira não identificada*, mas que provavelmente se trate da própria **Prosódia**, a obra mais representativa da dicionarística dos jesuítas, tendo recebido uma primeira publicação em 1634 e sucessivas reedições até 1750.

Vale destacar que, dentre as principais mudanças promovidas pelo Marquês de Pombal no Brasil no que concerne a educação, está a substituição da **Prosódia**, “a mais concorrida obra de estudos linguísticos do século XVIII brasileiro” (ARAÚJO, 1999, p. 69), por dicionários elaborados de acordo com os métodos desenvolvidos pelo padre português Luís Antônio Verney (1713-1792)³¹. Jorge Araújo (1999) presume que o fato de a obra ter tido sua proibição condicionada à chegada dos livros adotados pelo novo sistema – o que demorou a acontecer – seria um indicativo da circulação da mesma.

Ao comentar o expressivo número de exemplares da obra que encontrou em inventários dos séculos XVIII e XIX, Araújo reflete que

Seu interesse para o leitor à época talvez decorra da enorme popularidade alcançada também em Portugal, talvez porque antecipe estudos do vocabulário das línguas portuguesa, latina e espanhola, com versão e significados das palavras nos respectivos idiomas e ênfase nos caracteres morfo-sintáticos e prosódicos de cada um deles. Obra superlativa entre os manuais de estudos sintáticos, lexicais, morfológicos, dicionários e vocabulários encontrados entre os livros dos inventariados, demonstra um gosto e interesse do leitor colonial para com aspectos linguísticos e peculiar imediatismo de compreensão dos modelos idiomáticos ou,

³¹ Autor da obra **Verdadeiro método de estudar**, de 1746, que viria a substituir os materiais produzidos pelos jesuítas.

ainda, auxílio para leituras de obras em idioma estrangeiro (ARAÚJO, 1999, p. 247).

Desta forma, a presença dessas duas obras no inventário do padre – o **Calepino** e a **Prosódia** – revelam seu interesse e preocupação com o domínio das línguas. Uma outra vertente de interesse do padre, bastante previsível, é a religiosa, como pode-se perceber a partir da presença de *um jogo de breviários velhos* e de *um tomo de Justino Febrônio*.

Embora não haja uma especificação mais precisa acerca deste último, vale destacar que Justino Febrônio é um pseudônimo de Johan Nikolaus von Hontheim (1701-1790), bispo de Tréveris e um dos principais fomentadores do galicanismo na Alemanha e demais países europeus. Uma de suas principais obras, “capaz de desacreditar totalmente na mesma Europa o Ultramontanismo e de renovar nela o bom gosto e os estudos sólidos do Direito Canônico” (ANDRADE, 1965, p. 327), foi incluída no **Índex de livros proibidos** pelo papa Clemente XIII em 1764, um ano após sua publicação, no entanto recebeu uma tradução para o português seis anos depois com o título **Do estado da Igreja e poder legítimo do pontífice romano**, tendo obtido do Marquês de Pombal ordem para impressão (ANDRADE, 1965).

O Marquês de Pombal, secretário de Estado do reino português de 1750 a 1777, realizou uma série de reformas em diversos campos, entre eles, o educacional e, nesse contexto de avanço das ideias iluministas, expulsou os jesuítas do território português. Segundo Pedro Carneiro da Cunha (In: HOLANDA, 1982, p. 43), “no princípio de 1759 ordena-se a prisão dos jesuítas, o sequestro de seus bens” a partir da justificativa de que estes estariam enriquecendo à custa dos índios, difamando o rei e até que teriam instigado um atentado contra este. Cunha comenta ainda que, no mesmo ano, “expede-se a lei que extingue a Sociedade nos reinos de Portugal” (CUNHA. In: HOLANDA, 1982, p. 43). Neste processo, mais de quinhentos jesuítas foram expulsos do Brasil.

Pombal combatia esta congregação, pois a mesma era identificada com o antigo regime, caracterizado pelo domínio do clero, pelo absolutismo e pelo mercantilismo, enquanto que Pombal, inspirado nos ideais iluministas, almejava modernizar o Estado português (FONSECA, 2006). A reforma educacional imposta pelo Marquês Pombal, em 1759, introduz as aulas régias, as quais “compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja”. Estas, segundo Fonseca (2006), foram a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil.

Desta forma, pode-se perceber a afronta de Pombal à Igreja. “Em 1768, a Real Mesa Censória é instituída por ordem do Marquês de Pombal com vistas à unificação do sistema de censura anteriormente dividido entre o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço”

(ABREU, 2001, p. 14). Porém, permite a impressão da obra de Febrônio, embora esta estivesse incluída no **Índex de livros proibidos** da Igreja, marcando então a separação entre censura política e censura religiosa e tornando possível a presença desse livro em uma biblioteca pelotense.

Além destas obras, *um tomo de Sarga* e *dois tomos de Ruvio Ditrestes* – ambos os títulos desconhecidos atualmente – compunham a biblioteca do padre. Logo, pode-se perceber a partir do conjunto destas obras uma preocupação com o domínio e com o estudo da língua, já que o **Calepino** deu, em parte, origem à lexicografia autorizada, em que se textualiza a informação lexicográfica, recorrendo às explicações e às citações de autores reconhecidos, algo inovador para o contexto em que foi formulada. Além de ser uma das bases para a produção das obras de Bento Pereira, sacerdote católico, que – assim como Justino Febrônio – teve alguns de seus escritos indexados como proibidos pela Igreja.

A presença dessas obras censuradas na biblioteca de Pedro de Mesquita e da relação entre seus autores, visto que ambos estimularam, cada um a seu tempo e de sua forma, o processo de secularização, indicam o interesse do “padre doutor” pelo pensamento que se apresentava em oposição ao da Igreja na época. As obras de Justino Febrônio, por exemplo, tiveram especial relevância na formação e no posicionamento dos intelectuais da Igreja que fizeram oposição a Roma e contribuíram com este processo (VERDELHO, 2000).

Como indica Jorge de Souza Araújo (1999, p. 38), mesmo diante dos mecanismos de controle por parte do Estado, “registram-se algumas subversões ideológicas. Muitos desses livros defesos entraram no Brasil e forneceram elementos de reflexão e desenvolvimento da inteligência nativa”. O autor demonstra a presença de diversos títulos que constavam na lista de obras indexadas pela Igreja e/ou pelo governo, como o *Paralelo dos costumes deste seculo*, correspondente a um dos dez volumes da tradução castelhana, de 1827, do **Ensaio sobre os costumes e o espírito das Nações** (1756), do iluminista francês Voltaire (1694-1778), pertencente à biblioteca do inventariado Inácio José Bernardes, falecido igualmente em Pelotas.

Segundo Djaci Leal (2008, p. 11), nessa obra, “o foco de Voltaire são as instituições. Ele procura demonstrar o desenvolvimento das sociedades como fruto da ação dos homens em diferentes momentos históricos e como resultado da organização da própria sociedade”. Ao focalizar a Igreja, Voltaire já adiantava questões que viria a desenvolver em seu **Tratado sobre a tolerância** (1763). Para o filósofo, a Igreja Católica exercia uma influência negativa sobre a sociedade, por incentivar a intolerância e o fanatismo.

Na expectativa de revelar o perfil do leitor colonial brasileiro, Jorge Araújo recolheu informações de inventários e testamentos de diversas províncias do Brasil, incluindo alguns traços das leituras feitas em Pelotas neste período. Segundo este professor baiano, Pelotas é o município gaúcho mais representativo depois de Porto Alegre e Rio Grande, esclarecendo que “essa representatividade não se manifesta em números de bibliotecas como em Rio Grande, mas, de qualquer forma, desperta interesse óbvio pela disposição pelotense à leitura” (ARAÚJO, 1999, p. 293).

Da região, à época freguesia de São Francisco de Paula, Araújo encontrou dez inventariados, quais sejam: José Aguiar Peixoto (cujo inventário é de 1810), Pedro José Gonçalves (1824), Pedro Simão Froyal (1825), José Vaz de Matos (1830), Antônio Pereira (s/d), Manoel Vieira (1825), Tereza Angélica de Sá (1828), Inácio José Bernardes (1838), David Pamplona Corte Real (1846) e Tomás Francisco Flores (1847). Além destes, pode ser incluído a esta lista o nome do cunhado do padre Pedro Pereira, Félix da Costa Furtado de Mendonça, o qual, segundo Araújo, teve seu inventário registrado em Rio Grande, mas que viveu as últimas três décadas de sua vida na região que à época correspondia a Pelotas.

Embora dos primeiros cinco inventariados só constem indicações vagas como *12 livros velhos de varios autores* ou *17 livros de varios autores truncados* (ARAÚJO, 1999, p. 293), buscou-se resgatar alguns dados biográficos desses sujeitos, na expectativa de agregar, assim, informações que possibilitem uma mais completa análise do perfil desses leitores. Tendo em vista tratar-se de um período bastante recuado e do qual restaram poucos registros, não foi possível encontrar mais do que alguns dados gerais dos inventariados, mas que de alguma forma contribuem para a contextualização dos mesmos.

A partir do inventário de Manoel Vieira, de 1825, foram registrados alguns títulos ou ao menos áreas de interesse dos inventariados. Ao transcrever diversos destes títulos dos inventários, Jorge Araújo facilitou uma pesquisa também acerca das obras. Espera-se que o levantamento destes dados possibilite mapear os interesses desses sujeitos e conhecer quais os livros que circulavam na cidade no período, fornecendo indícios sobre os momentos iniciais da formação do sistema literário em Pelotas.

Do primeiro inventariado, José Aguiar Peixoto, a primeira notícia que se tem foi de quando este, em 1790, solicita uma porção de terra onde pudesse vir a criar os animais que lhe pertenciam. Monquelat e Marcolla (2010b, p. 16) localizaram um segundo registro acerca de Peixoto, uma petição de 1798, através da qual o mesmo, já instalado no rincão que anos antes havia requerido, reclamava o roubo de dois de seus escravos. Sabe-se também, que foi proprietário de charqueada até 1807, quando este e sua esposa, Ludovina da Cunha, a

venderam ao capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos. (MONQUELAT; MARCOLA, 2010b, p. 73). Simões Lopes (REVISTA..., 30 dez. 1911, p. 41) afirma que Peixoto teria adquirido o terreno do primeiro possessor, José Gonçalves da Silva Calheca.

Sobre Pedro José Gonçalves, obteve-se somente dados biográficos, como seu nascimento em Estreito (RS) em 1781 e o casamento com Isidra Rita da Conceição, de Rio Grande, com quem teve uma filha, Clementina, a qual foi batizada em 25 de março de 1805 em Osório (RS) (FAMILYSEARCH, *online*). Dessa forma, portanto, não se sabe nem o motivo de seu inventário estar localizado como sendo de Pelotas.

Sobre Pedro Simão Froyal (1825) e José Vaz de Matos (1830) não foi localizada nenhuma referência; porém, ao listar os párocos e vigários que passaram pela paróquia de Santo Antônio da Guarda Velha, atual Santo Antônio da Patrulha, Arlindo Rubert (1994) aponta a presença de um João Vaz de Matos de 1802 a 1803, padre “português do bispado de Aveiro, já cura de Rio Negro, Paraná” (RUBERT, 1994, p. 86), o qual teria seguido para Canguçu, onde faleceu em 13 de março de 1830. Logo, João morreu no mesmo ano em que foi registrado o inventário de José. Embora se trate de nomes comuns, levando em consideração a semelhança entre ambos, registra-se a possibilidade de tratar-se do mesmo homem e ter ocorrido um equívoco da parte de um dos autores.

Jorge Araújo não informa a data do inventário de Antônio Pereira, impossibilitando distingui-lo dentre os diversos indivíduos de mesmo nome que viveram em São Francisco de Paula no referido período, podendo tratar-se do fazendeiro Antônio José Pereira ou do negociante Antônio José Pereira Machado, por exemplo, já que ambos estavam presentes na região entre a última década do século XVIII e a primeira do XIX. Sobre Manoel Vieira, igualmente, não foi possível localizar referências.

Nascida na Colônia do Sacramento, Tereza Angélica de Sá (1776-1825), segundo Monquelat (2010), foi a segunda esposa do charqueador português e primeiro juiz municipal da cidade de Pelotas (REVISTA ..., 1911, p. 92.), Joaquim José da Cruz Secco, com quem teve um filho, José Joaquim da Cruz Secco (1810-1883). Joaquim já tinha uma filha de seu primeiro casamento, Maria do Carmo Secco, que em 1812 casou-se com Antônio José Gonçalves Chaves, autor do **Memórias ecônomo-políticas**.

O exemplar de número 22 do jornal **O Spectador Brasileiro** traz uma lista de doações enviadas por “habitantes da Provincia do Rio Grande do Sul, para as despesas da Guerra, por ocasião de haver S. M. I. honrado com a Sua Augusta Pessoa a mesma Provincia” (O SPECTADOR..., 23 fev. 1827, p. 3). Dentre os doadores, encontra-se o nome de Inácio José Bernardes. Há uma referência a Bernardes também na obra **Documentos da escravidão**

(2010), organizada pelo Departamento de Arquivo Público do Rio Grande do Sul, no qual são indicados como constantes em seu inventário, de 1838, cinquenta e oito escravos, dos mais diversos ofícios, sendo em maioria carneadores e campeiros, atividades que indicam a possibilidade de Bernardes ter sido proprietário de uma charqueada.

Porém, ao analisar a composição da biblioteca de Bernardes, considerada a “mais rica de Pelotas”, Jorge Araújo conclui que tal biblioteca, “segue a característica de uma estante médica” (ARAÚJO, 1999, p. 293) na qual continham títulos médicos e cirúrgicos “consagrados desde o século XVIII, revelando o ofício do inventariado e seu permanente interesse em atualizar-se na ciência de sua especialização” (ARAÚJO, 1999, p. 294).

O boticário David Pamplona Corte Real chegou a São Francisco de Paula em 1825, após passar por um incidente no Rio de Janeiro, onde vivia e ocupava-se de seu ofício³². Segundo **O Noticiador** de 7 de junho de 1834, Corte Real era o Juiz de Paz do 2º Distrito. O mesmo jornal (21 out. 1833, p. 729) o indica como membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São Francisco de Paula, sendo eleito como suplente para o conselho da mesma em 1834. Vale destacar que tal sociedade era uma das mais importantes organizações civis da época, a qual, além de pautar as questões políticas, tinha uma participação relevante na vida social da freguesia, alavancando atos públicos e festividades.

Tomás Francisco Flores³³ foi casado com Francisca Rosa da Silva, com quem teve um filho, Francisco da Silva Flores (1816-1882), nascido em Rio Grande. Segundo Monquelat e Marcolla (2011), por volta de 1815, solicitou a concessão de sesmaria na região onde se localizava a Serra dos Tapes, tendo resposta favorável.

Outra referência histórica acerca de Flores trata de uma solicitação de arrendamento do cargo de juiz e ouvidor da Alfândega de Rio Grande³⁴, datada de 1826. Por compromissos políticos, o titular do cargo administrativo de juiz e ouvidor da Alfândega de Porto Alegre, José Feliciano Fernandes Pinheiro, teve de se ausentar da Capitania, tendo por isso arrendado

³² Segundo Sodré (1999), em 5 de novembro de 1823, Corte Real foi abordado em sua farmácia no Largo da Carioca e recebeu uma surra de bengala de dois oficiais lusos ofendidos com artigos de protesto “contra a admissão de oficiais portugueses nos corpos do exército brasileiro, a nomeação de portugueses para as funções de confiança e as manobras de reaproximação com a antiga metrópole” (SODRÉ, 1999, p. 79). Tais artigos, assinados por “um Brasileiro Resoluto”, vinham sendo publicados em dois periódicos avessos ao governo: **Tamoio** e **Sentinela**. Ao serem mencionados nominalmente em um dos artigos, os oficiais resolveram punir o autor dos mesmos e acabaram espancando o homem errado.

³³ Conforme, Simões Lopes Neto (1911, p. 92), Tomás Francisco Flores foi o primeiro juiz municipal de São Francisco de Paula, nomeado interinamente pela Câmara Municipal em 30 de março de 1833 e ratificado pelo presidente da Província.

³⁴ IHGRGS Arquivo SL - 0206 **Requerimento de arrendamento do emprego de Juiz e Ouvidor da Alfândega de Rio Grande**, Tomás Francisco Flores, Rio Grande, 1826. In: COSTA, 2011, p. 35.

o seu ofício no consulado, com o aval do imperador. Segundo Renata Costa (2011, p. 35), Tomás Francisco Flores requisitou no mesmo ano o arrendamento e teve uma resposta favorável.

A edição de 7 de março de 1833 d'**O Noticiador** apresenta uma lista com o nome dos moradores da vila de São Francisco de Paula que estavam aptos a votar, na qual consta o nome de Tomás Francisco Flores. Ainda neste periódico, encontram-se registros de que em 1834 Flores foi presidente do Tribunal do Júri da mesma vila (O NOTICIADOR, 17 nov. 1834, p. 3) e que em 1835 obteve quatro votos para Deputado Provincial, no Colégio Eleitoral da vila (O NOTICIADOR, 9 fev. 1835, p. 1). Ademais, um documento do Império em 1861, indica-o como “ex-coletor das Rendas Gerais da Cidade de Pelotas, acusado de crime de peculato”³⁵.

Em seu inventário, consta o número de vinte e nove escravos, dentre os quais, vários roceiros e cozinheiros, outros de ofícios direcionados à rotina de uma propriedade, como lavadeiras, costureiras, um calafate, um carreteiro e alguns carpinteiros, o que corrobora a afirmativa de Eduardo Arriada de que “neste mundo rural, a estância [...] como estava, longe dos núcleos urbanos, devia portanto ser auto-suficiente” (ARRIADA, 1994, p. 39).

Além da presença de David Pamplona Corte Real em uma apresentação no Teatro Sete de Setembro, em 25 de maio de 1834 (O NOTICIADOR, 7 jun. 1834, p. 993), não foi possível desvendar demais interesses dos inventariados pelas artes de maneira geral. Logo, partiu-se para o levantamento de informações referentes às obras citadas, objetivando conhecer o conteúdo das mesmas.

Um dos títulos citados nesses inventários é o *Camara optica*, forma abreviada e mais usual de referência à **Câmara ótica, onde as vistas às avessas mostram o mundo às direitas**, livro publicado em 1824 pelo português José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832). Nesta obra, pertencente à biblioteca particular de Inácio José Bernardes, é notável a preocupação do autor em manter a ordem social vigente por meio de críticas morais em tom satírico, como se pode perceber nos versos que seguem, presentes na capa de todos os folhetos que compunham o periódico:

Nestas Vistas diversas apresento
A justa correção, que atalha o vício:
A crítica moral, que represento,
Póde a muitos salvar do precipício.

³⁵ Decisão n. 387 do Ministério dos Negócios e da Justiça. **Coleção das decisões do governo do Império do Brasil - 1861**. Tomo XXIV. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 405. Disponível em: <<http://migre.me/cTLpP>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

Misturo na lição divertimento,
 Faço aos genios esturdios beneficio,
 Utilizo, aconselho, em tudo toco,
 Desnudando a Verdade, a rir provoco.
 (COSTA, 1824, capa).

Seu livro foi publicado em 1824, através da reunião de doze folhetos que haviam sido difundidos ao longo dos anos de 1807 a 1809, cada um com aproximadamente vinte páginas. Esses folhetos apresentavam uma estrutura fixa: na primeira página encontravam-se o título, a epígrafe anteriormente transcrita e a numeração, seguidos de uma espécie de crônica ou carta, na qual o autor dirige-se diretamente aos leitores e trata de assuntos polêmicos por um viés moralizante e doutrinário, alguns encerrados com um apólogo extenso; um espaço variante no qual podia ser encontrado um soneto, uma quadra, uma anedota – ou sessões criadas pelo próprio, como *Tempo perdido* e *Lembranças* – e, como encerramento, uma adivinhação, que remetia à próxima publicação. No entanto, todas as partes mantinham uma clara identificação com o objetivo do autor.

Sobre Rodrigues da Costa, Inocêncio Francisco da Silva, em seu **Dicionário bibliográfico português**, comenta que “era de maravilhar a ancia com que nos tempos antigos, pelo testemunho dos que o presencearam, se procuravam os seus escriptos, publicados na maior parte periodicamente, e que (coisa não muito ordinaria entre nós) foram reimpressos ainda em sua vida” (SILVA, 1860, p. 304-305).

Porém, uma interessante consideração é apresentada pelo bibliófilo Rui Lopes Martins (2009), para quem foi a oposição pública a Bocage que garantiu a Costa sua sobrevivência literária até os dias atuais:

Atentemos no percurso destes dois homens, enquanto o “protegido” via a sua obra ser divulgada e apadrinhada o “crítico” e, sobretudo, de “ideias arrojadas e perigosas” era, ou tentava ser, repellido. Mas como sempre, a verdadeira arte triunfa: Bocage permanecerá para sempre no universo do nosso conhecimento, enquanto José Daniel Rodrigues da Costa talvez não esteja esquecido precisamente por Bocage ter existido (MARTINS, 2009, *online*).

Segundo o mesmo autor, Costa, o “protegido”, foi ferrenho defensor do monarca, à época D. Miguel, e do governo absoluto, o que lhe rendeu uma série de benefícios. Embora, em algumas circunstâncias, tenha manifestado-se a favor dos ideais liberais.

Outra obra de cunho literário indicada, embora sem referência a um título, é *um exemplar de Cavalaria*, gênero que apresenta algumas características semelhantes às da obra de Costa. Ambos, em algum momento, assemelham-se ao cordel pela apresentação (formato), além da temática fortemente ligada à defesa da moral cristã, já que as novelas de cavalaria em

geral são verdadeiros códigos de conduta medieval e cavaleiresca, tais como as versões sobre o Imperador Carlos-Magno, publicados em Portugal em pleno século XVIII e XIX³⁶. Porém, distanciam-se pelo tom jocoso da obra de Costa, pelo tipo de abordagem dada aos temas e pelo enredo.

Logo, a presença desse tipo de literatura pode ser considerada um indicativo de que o público de Pelotas desse período já se encontrava melhor preparado para ler romances, os quais podem ser considerados como uma evolução das novelas de cavalaria, e que, segundo Márcia Abreu (2001, p. 1), a partir de meados do século XVIII, “foi progressivamente ocupando lugar de destaque na produção editorial, no comércio livreiro e nas leituras literárias”.

No inventário de Manoel Vieira, constam 2 *livros nauticos*, citados de forma tão imprecisa que dificilmente se poderia afirmar tratar-se de literatura, podendo tanto dizer respeito a narrativas de aventuras, quanto de manuais práticos de navegação marítimas – como o **Arte prática de navegar** (1681), de Luís Serrão Pimentel, ou o **Arte de navegar** (1746), de Manuel Pimentel, obras que, de acordo com o levantamento feito por Araújo (1999), eram bastante comuns na época.

No que tange às biografias citadas em inventários de moradores de Pelotas, destaca-se inicialmente a *Vida de Camoens*, obra que teve duas edições publicadas pelo padre Tomás José de Aquino, em 1779 e em 1780, na oficina Luisiana em Lisboa. Segundo A. Maia e J. L. Mathias, responsáveis pela edição de 1880, não se trata de

uma biographia inteira, minuciosa em todos os seus detalhes, a relação da vida do poeta, que vai lêr-se, e que nos deu, n'aquellas edições, o critico alludido; na concisão, porém, com que está escripta como que compila o que de mais importante encontrou (MAIA; MATHIAS. In: AQUINO; SOUSA, 1880, p. 5).

Nessa obra, além das informações biográficas – nas quais ressalta fatos como a batalha na qual Luís de Camões perdeu a visão de um dos olhos ou sua determinação em salvar o manuscrito de **Os lusíadas** em um naufrágio – o autor pretendeu incluir a produção de Camões em sua totalidade, demonstrando a importância que tal poeta português tinha entre os literatos brasileiros e que sua repercussão chegava inclusive no extremo sul brasileiro.

³⁶ Assim como as obras de Jerônimo de Moreira Carvalho, José Alberto Rodrigues e Alexandre Caetano Gomes Flaviense.

De posse de David Pamplona Corte Real, cujo inventário é de 1846, encontrava-se um exemplar da *Historia de Carlos XII*³⁷, de Voltaire, traduzida para o português por Manuel Monteiro em 1739. Segundo Jorge Araújo (1999, p. 99), a história do rei da Suécia teve grande circulação no Brasil Setecentista, pois este reuniu qualidades valiosas para um monarca e realizou importantes reformas no campo intelectual (artes, letras e, sobretudo, as ciências). Nela, o iluminista francês, opositor do absolutismo e defensor da reforma social, apresenta uma crítica à guerra, ao mesmo tempo em que apresenta um príncipe e, em seguida, um rei corajoso e enérgico, de posse de todas as virtudes necessárias para, diante dos padrões da época, ser reconhecido como um herói. Como reflete Marcos Antônio Lopes, em **Voltaire Político**, “entre as virtudes consideradas elevadas, [...] encontramos a justiça como um dos principais valores morais do soberano. Um rei justo deve ser admirado pelos povos, e ainda mais quando faz acompanhar essa virtude de uma boa parcela de magnanimidade” (2004, p. 76).

Logo, percebe-se uma obra que, assim como outros textos do mesmo autor, cujas ideias influenciaram pensadores importantes tanto da Revolução Francesa quanto da Americana, gira em torno dos grandes personagens, de forma a enaltecê-los e torná-los modelos exemplares através dos quais as pessoas pudessem conhecer os padrões de comportamento e conduta que devem ser reproduzidos e/ou evitados. Interessante observar que essa biografia em especial já se encontra na biblioteca de um morador local durante os dez anos da Revolução Farroupilha, podendo inferir-se que os livros influenciaram parte do ideal que tomou conta do estado durante esse conflito.

A *Vida de Dom João de Castro* é, muito provavelmente, a popular obra de Jacinto Freire de Andrade (1597-1657), publicada em 1651, em Lisboa, por encomenda do bispo Francisco de Castro, neto do biografado, e que, como aponta Araújo (1999), teve grande circulação no Brasil, tendo tido, inclusive, um trecho incluído na primeira parte, publicada em 1812, da “primeira experiência de jornalismo literário no Brasil, na Bahia, *As variedades ou ensaios de literatura*” (ARAÚJO, 1999, p. 205). Em **Vida de Dom João de Castro, quarto Viso-Rey da Índia**³⁸, Andrada conta a história de João de Castro, um nobre, cartógrafo e administrador colonial português, que chegou a vice-rei do Estado Português da Índia. Essa obra recebeu várias edições e foi traduzida para o francês, para o inglês, entre outras línguas. Araújo (1999, p. 268) comenta que tal obra foi calcada no exemplo “da biografia do varão ilustre, panegírico e expressão política da nação portuguesa”, de Plutarco.

³⁷ VOLTAIRE. **História de Carlos XII**. Trad. Manuel Monteiro. Lisboa Ocidental: Oficina da congregação, 1739.

³⁸ ANDRADA, Jacinto Freire de. **Vida de Dom João de Castro, quarto Viso-Rey da Índia**. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1651.

Outras personalidades históricas que tem suas biografias entre os bens inventariados são D. Alonso, que talvez se trate de D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, e Napoleão Bonaparte (1769-1821), líder político e militar durante os últimos estágios da Revolução Francesa, imperador da França por mais de uma década, o qual foi responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre a maior parte da Europa. Sua reforma legal teve grande influência na legislação de vários países.

Como é possível constatar a partir do perfil dos sujeitos biografados, trata-se sempre de personagens históricos, que tem sua trajetória organizada de modo a destacar seus grandes feitos, seu poder, sua instrução e inteligência, entre outros, em detrimento de suas falhas, fracassos e vida cotidiana, já que estes deveriam servir de exemplo e inspiração às pessoas. Como explica André Amaral (2010), “a matriz do gênero literário *biografia* é o encômio, isto é, a apresentação elogiosa ou quase heroica da vida de uma pessoa. Em geral, seguia-se a ordem cronológica (origem; formação e profissão; atos)”.

Outro autor a refletir sobre este gênero e sua importância diante da necessidade de preservação de fatos memoráveis é Sidney Lee. Segundo o biógrafo inglês, “biography exists to satisfy a natural instinct in man – the commemorative instinct – the universal desire to keep alive the memories of those who by character and exploits have distinguished themselves from the mass of mankind”³⁹ (LEE, 1911, p. 7). Nesse sentido, compreende-se a função que este tipo de literatura cumpria na época, ainda distante de uma prosa puramente ficcional, como o romance.

Além desses livros, de caráter literário e biográfico, há outros das mais diversas áreas de interesse, mostrando-se assim, conforme Araújo, “uma estante diversa e típica de um século de curiosos” (ARAÚJO, 1999, p. 294).

Entre os títulos de História encontram-se uma *História de Portugal*⁴⁰, uma *Historia do imperio da Rucia* em dois volumes, uma *Historia georgiana*, a *Monarchia de Napoleão* e a *Descrição da cidade do Porto*. Esta última parece tratar-se da obra de Agostinho Rebello da

³⁹ "A biografia existe para satisfazer um instinto natural no homem – o instinto memorativo – o desejo universal de manter vivas as memórias daqueles que pelo caráter e por seus feitos heroicos tenham se destacado da massa da humanidade" (tradução livre).

⁴⁰ Araújo (1999, p. 115) faz referência a uma **História de Portugal** de Pierre François Xavier de Charlevoix (1682-1761), que consta nas referências de uma obra do frei beneditino Gaspar da Madre de Deus, de 1797 na Bahia. Menciona também, uma **História de Portugal** de Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem (ARAÚJO, 1999, p. 163). Outra possibilidade, é tratar-se da “tradução feita por Gibbon, em 2 volumes, para a obra de Jerônimo Osório”, cujo título original é **Histoire de Portugal contenant les entreprise, navigations, & gestes memorables des portugallois**, publicada em Paris em 1581.

Costa⁴¹, na qual apresenta uma descrição topográfica e histórica da cidade do Porto, sua origem, situação e prédios históricos.

A presença deste tipo de obra indica o interesse dos leitores do período pela história e pela cultura de outros povos, revelando que existiam, ao contrário do que afirma-se comumente, moradores de Pelotas e região, mesmo nesse período de guerras e revoluções, atentos ao que se passava no centro do país ou mesmo da Europa.

Dentre as inventariadas, a biblioteca de Tomás Francisco Flores é uma das mais especificadas. Dos quatro títulos listados por Araújo, dois são direcionados à política: *Economia politica de Ganilh (2 volumes)* e *uma coleção inusitada de Sofismas políticos*. O texto de Charles Ganilh provavelmente trate-se do **Dicionário analítico de economia política**, que teve sua primeira edição em francês no ano de 1826 e foi traduzido para o espanhol em 1827. Quanto ao segundo, não foi localizada nenhuma referência. O interesse pela Geografia também pode ser percebido a partir da presença de *um Atlas geográfico* e de *um Mapa da província*, ambos não identificados. A partir destes títulos, é possível inferir que Flores, igualmente, encontrava-se atento ao que se passava em outras partes do mundo.

Outra interessante obra listada por Araújo foi o *Tratado da educação*, obra de Almeida Garrett (1799-1854) publicada em 1829, na qual este “expõe detalhadamente as suas ideias sobre o que deve ser a educação dos vários estratos da sociedade, com vista ao progresso social dos povos” (CANAVIEIRA, 1999, *online*), mas mais ainda, em clara alusão a **Emílio ou Da educação** (1762) de Jean-Jacques Rousseau, Garret apresenta de forma irônica como deveria comportar-se a jovem rainha D. Maria II, a qual, exercendo uma posição reservada aos homens, estaria contrariando as leis de Deus e da natureza, quais sejam, de que se ativesse às funções de procriar e criar os filhos. Esta identifica-se com a concepção de educação implantada pelo Marquês de Pombal e opõe-se ao método tradicional dos jesuítas, que, após serem expulsos de vários países, enfrentavam um período de descrédito e decadência. A presença desta obra na biblioteca de David Pamplona Corte Real possibilita-nos inferir que o mesmo esteve atento às discussões das políticas educacionais realizadas no Brasil de então.

Além das supracitadas obras, constam também na listagem organizada por Jorge Araújo algumas de temas gerais como *O pensador materialista*, *o Sistema dos ensinamentos práticos*, *o Ensaio sobre os abusos das regras gerais* e *o Origem da Natureza*, o que nos

⁴¹ Segundo Artur de Magalhães Basto, no prefácio da segunda edição da obra (1945), "foi presbítero secular, cavaleiro professor da Ordem de Cristo, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, natural de Braga, filho de Manuel Rebêlo da Costa e de Maria Vieira de Azevedo. Faleceu no Porto a 9 de Janeiro de 1791". A obra **Descrição da cidade do Porto**, publicada na cidade do Porto em 1789, encontra-se disponível em: <<http://purl.pt/22517/1/>>.

possibilita perceber que os leitores daquele período estavam de acordo com as tendências de sua época. Conforme Araújo, trata-se em geral de “uma livraria atenta ao modelo de leituras do século. Tem alguma coisa de sentido prático, aliada à curiosidade histórica, à Política, à Geografia e às Ciências naturais” (ARAÚJO, 1999, p. 294).

Desta última área, encontram-se 2 volumes *Economia rural* não especificados, além do *Memórias sobre a cultura das oliveiras*⁴², de João Antônio Dalla-Bella, publicado em Portugal e patrocinado pela Academia Real das Ciências por contribuir com o projeto nacional vigente no período de resgate da história de Portugal e de valorização da economia, visto ser o azeite extraído da oliva um elemento importante para esta e, conseqüentemente, para o crescimento do país.

No inventário de David Pamplona Corte Real, há também um exemplar de *Elementos de Chimica*, obra publicada em Lisboa no ano de 1788, pelo cientista brasileiro Vicente Coelho de Seabra Silva Telles (1764-1804), que apresenta uma ruptura com o modelo do alemão Georg Ernst Stahl (1659-1734) e sua adesão às ideias do francês Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794), considerado o pai da Química moderna. Maria de Fátima Paixão (2004, *online*) comenta que “se a contribuição de Lavoisier para o estabelecimento de uma Nova Teoria da Química no século XVIII é, sem dúvida, inultrapassável, a participação portuguesa nessa tarefa herculeana foi notoriamente relevante e não pode ser subestimada”.

Igualmente, a citação de *um Dicionário botânico* deve relacionar-se ao **Dicionário Botânico Francês com os significados em português e em latim**⁴³, publicado pela primeira em 1767 – o qual teve circulação em Portugal e podia facilmente ser enviado ou trazido para o Brasil –, já que da obra **Botanisches Wörterbuch** (Dicionário botânico), de 1797, do entomólogo e naturalista alemão Moritz Balthasar Borkhausen (1760-1806), não foram encontradas traduções para o português, assim não existem elementos suficientes para se supor que seja o livro constante na biblioteca particular de Inácio José Bernardes.

Outro morador de São Francisco de Paula a deixar uma biblioteca considerável foi Félix da Costa Furtado de Mendonça⁴⁴. Embora seu inventário tenha sido registrado – segundo Jorge Araújo – em Rio Grande, Furtado de Mendonça viveu suas últimas três décadas no Serro de Sant'Ana, localizado na região que atualmente corresponde ao município

⁴² DALLA-BELLA, João Antônio. **Memória sobre a cultura das oliveiras em Portugal**. Tipografia da Academia Real das Ciências. Lisboa: 1818.

⁴³ Cf. **Arquivo Nacional Torre do Tombo**. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4484938>>. Acesso em: 13 out. 2012.

⁴⁴ Nascido em Saquarema (RJ), era alferes de ordenanças da Capitania do Rio de Janeiro e foi à Colônia do Sacramento em missão militar, onde conheceu Ana Josefa, irmã do "padre doutor", com quem casou-se e teve três filhos: Hipólito José, Felício Joaquim e José Saturnino (PARMAGNANI, 2002).

de Capão do Leão, mas à época compunha a freguesia de São Francisco de Paula (SILVA, 2006). Após a morte de seu filho padre Felício, em 1818, vendeu a Estância Sant'Ana e transferiu-se para uma “Chácara na alça da Serra dos Tapes, no sítio denominado Santo Amor” (apud SILVA, 2006), localizada entre Santo Amor e Baldez (OSÓRIO, 1997, p. 47).

Na listagem de obras constantes da biblioteca de Furtado de Mendonça listadas por Araújo (p. 288), encontra-se diversas obras voltadas ao conhecimento da história, como: uma *Historia de Portugal em 16 volumes*, talvez a mesma listada no inventário de Tereza Angélica de Sá; uma *Historia da Russia no tempo O Grande* [sic]; uma *Memoria historica da invasão dos franceses* e uma *Taboas chronologicas*. Além de outros títulos variados, como uma *Arte de cozinha*, de acordo com Vaz (2011), publicada em 1680, por Domingos Rodrigues; uma *Taboada curiosa*; uma *Arte de agradar na conversação* e uma *Esfera de Sacrobosco*, que segundo Araújo, é uma obra rara, talvez do século XVI.

Duas obras pertencentes a Félix de Mendonça foram também registradas no inventário de David Pamplona Corte Real, quais sejam, uma *Memoria sobre a cultura de oliveiras*, de Dalla-Bella, e uma *Vida de Carlos 12 da Suecia*, sobre a qual Araújo observa a possibilidade de ser a obra de Voltaire.

As demais encontram-se em uma linha que poderia ser classificada como humanidades, abarcando política, biografia e literatura. São elas: *Comentarios do grande Affonso de Albuquerque 4 volumes*, que segundo Araújo, trata-se da obra de Brás de Albuquerque (1501-1581), com primeira edição de 1557; um *Discurso fundamental sobre a população*, a qual Araújo considera provável tratar-se da obra de Malthus; uma *Lisboa edificada*, que segundo Vaz (2011), trata-se de uma epopeia publicada em 1636, por Gabriel Pereira de Castro (1571-1632); um *Fernão Mendes Pinto* e uma *Relação politica do conde Duque de Olivares*. Ao observar estes títulos, percebe-se uma opção por assuntos históricos e de temas práticos, com poucos indicativos de interesse por literatura de ficção.

Logo, pode-se constatar que ao menos até a primeira metade do século XIX prevalecia o interesse por obras instrutivas e pelo conhecimento da História, seja de outros povos e nações, seja de grandes personalidades. Dos textos relacionados por Jorge Araújo entre os dez inventários identificados como de Pelotas, poucos poderiam ser classificados como literários, assim como nenhum título de caráter literário compunha a biblioteca de Pedro de Mesquita.

Este dado demonstra que os leitores da época estavam mais preocupados com as transformações políticas que assolavam o país, tais como, os impactos da Revolução Francesa (1789-1799) e as influências do Iluminismo na economia, nas artes, na educação, na política e na concepção de cidadão do que com leituras para o simples entretenimento. Nesse período

marcado pelo gradativo enfraquecimento da Igreja e pelas mudanças decorrentes da chegada da família real ao Brasil, em 1808 – como a criação de uma Imprensa Régia, a fundação da Biblioteca Nacional, do Banco do Brasil, a abertura dos portos, entre outros –, questões como a divisão em três poderes e o liberalismo econômico e político pareciam estar em voga entre os pelotenses.

Outro dado que indica a atenção de um morador de São Francisco de Paula às questões que estavam pautadas em todo o território brasileiro foi a publicação dos apontamentos de Antônio José Gonçalves Chaves⁴⁵ acerca das condições da colônia, tornando-se o primeiro livro de um autor local.

Entre 1817 e 1823, Chaves redigiu e publicou cinco memórias, as quais chamou **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil**, cujo maior mérito, segundo Guilhermino Cesar (1971, p. 68), “está na minúcia dos informes que ministra acerca do estágio cultural dos rio-grandenses”. As três primeiras foram publicadas em 1822, no Rio de Janeiro, pela Tipografia Nacional, assim como a quarta, publicada em 1823. Já a quinta memória foi publicada na Tipografia de Silva Porto e Companhia, também na corte, em 1823. Todas custeadas pelo próprio autor e assinadas como “hum portuguez”.

Estas **Memórias** foram o resultado de anos de pesquisa e observação da realidade da Colônia portuguesa que se encontrava em uma condição ímpar, com a vinda da família real para o Brasil devido aos conflitos entre França e Portugal. Pelo mesmo motivo, o Brasil foi elevado, em 1815, a Reino Unido e, em 1822, obteve a independência política.

O Império estabeleceu-se em um momento bastante conturbado. Com a disseminação dos ideais liberais, as disputas tornavam-se cada vez mais acirradas e as estruturas tradicionais passaram a ser questionadas. Neste contexto, com o objetivo de levar temas urgentes e emergentes à época aos deputados, Chaves organizou de forma minuciosamente discriminada os números e fatos que dispunha.

A partir de suas **Memórias**, pode-se apropriar dos conflitos aos quais enfrentavam os habitantes destas terras em uma época anterior à instituição da Província de São Pedro. Daí as primeiras memórias tratarem da necessidade de abolir os capitães-generais; as segundas apresentarem uma maneira de organização na qual uma instituição federativa brasileira estaria associada à Corte Portuguesa; as terceiras argumentarem contra a escravidão, por ser esta

⁴⁵ São escassos os registros sobre o nascimento de Antônio José Gonçalves Chaves. Embora o mesmo tenha declarado, ao mudar-se para Montevidéu em 1836, contar 42 anos (MONQUELAT, 2009), por informações gentilmente cedidas via mensagem eletrônica pelo pesquisador português Filipe Monteiro Pinheiro de Campos, conclui-se que Chaves tenha nascido em Vila Verde da Oura, em 1779 ou antes, visto que provavelmente tenha sido o primeiro filho de Isabel Maria Gonçalves e José Manuel de Moraes, seguido de seu irmão Domingos Gonçalves, nascido em 6 de fevereiro de 1780.

maléfica ao desenvolvimento econômico e político do Brasil; as quartas recomendarem uma distribuição mais justa de terras; e as quintas, terem como enfoque especificamente a realidade do Rio Grande do Sul, naquele período em transição de sua condição de Capitania d'el rei para Província de São Pedro.

No entanto, além dos dados organizados por Chaves, outras informações podem ser obtidas a partir da leitura de sua obra. Ao longo de seu texto, o autor deixou uma série de referências que indicam alguns rastros dos livros que leu ou com os quais teve contato.

Chaves, que chegou ao Brasil pelo porto de Rio Grande em 1805, após dedicar-se por um período à profissão de caixeiro, inseriu-se em uma das atividades mais lucrativas da época, a produção de charque. Em 1808, fixou residência à beira do Arroio Pelotas e, em 1811, casou-se com Maria do Carmo Secco, filha de um vizinho e também charqueador. Desta união resultaram dez filhos, os quais, em maioria, mantiveram-se na região e deram origem para várias das famílias tradicionais da cidade. O primogênito, Antônio José Gonçalves Chaves Filho (1813-1871), é listado pelo jornal **O Noticiador**, de 29 de junho de 1832, como um dos jovens da região matriculados na turma de primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo. Após graduar-se, em 1836, e tendo o pai, já viúvo, falecido em 1837, retornou para assumir a guarda dos irmãos menores e dar continuidade aos negócios da família (MONQUELAT, 2010). A casa de Gonçalves Chaves, conhecida até os dias atuais como Charqueada São João, foi construída em estilo colonial português e adornada com vitrais franceses. Nela, o charqueador preservava uma variada biblioteca⁴⁶, a qual foi destacada por Auguste de Saint-Hilaire em seu diário de viagens ao Rio Grande do Sul.

Um dos primeiros indícios de sua instrução encontra-se no Capítulo III das primeiras memórias. Ao dissertar sobre os capitães-generais, Chaves recorreu ao primeiro uso conhecido dessa expressão na História, afirmando tratar-se do general grego Filopêmen (253-184 a.C.), um dos responsáveis pela aniquilação dos espartanos (DURANT, 1995). Chaves ponderou, no entanto, que “as virtudes deste ilustre grego, e suas atribuições, não se podem confundir com a História de nossos capitães-generais” (CHAVES, 2004, p. 39). A partir deste comentário introdutório do autor, pode-se inferir, em primeiro lugar, que o mesmo avalia um tirano grego que dizimou Esparta como um homem virtuoso, a quem não podem ser comparados os capitães-generais de sua época, revelando a visão positiva que tinha dos grandes líderes bélicos.

⁴⁶ Sobre a biblioteca de Gonçalves Chaves, João Simões Lopes Neto (1911) afirma que "existe na Biblioteca Publica Pelotense e foi doada pelos netos de Chaves, por intermedio do dr. Bruno G. Chaves". Cf. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, 15 out. 1911, p. 8.

Diante disso, é possível supor que tenha tido acesso, mesmo que indireto, a um livro de história grega ou à biografia **Vida de Filopêmen**, escrita por Plutarco (46-120), que recebeu ao menos duas traduções no século XVI. Segundo Maria Aparecida Silva (2006), em 1530, Lazare de Baïf teria traduzido a biografia de Filopêmen, assim como, de 1559 a 1619, foram publicadas várias edições revistas e atualizadas pelo autor-tradutor Jacques Amyot, todas em francês, língua que Antônio José Gonçalves Chaves dominava.

No parágrafo seguinte de seu texto, Gonçalves Chaves faz referência a procedimentos tomados por Carlos II (1630-1685) – o qual precisou negociar o governo de algumas regiões de seu reino em troca de apoio para retomar o trono de seu pai – comparando-o aos capitães-generais no Brasil. Logo, Chaves demonstra ter também conhecimento da biografia do rei inglês e de alguns métodos utilizados por esse no esforço de reorganizar a Inglaterra.

Além de referências superficiais à obra de Aristóteles (384-322 a.C.), a vida de Aristides de Atenas (535-468 a.C.), entre outros, Chaves faz menção a fatos e personagens históricos, assim como, a condição atual de outros países, mostrando-se bem informado quanto à política mundial. Desta forma, ao mesmo tempo em que critica os americanos afirmando que em algumas regiões, como na Virgínia, são “preguiçosos e bárbaros” e que a principal ocupação da juventude seriam as tabernas e a luta de galos (CHAVES, 2004, p. 49), metaforiza a condição do Brasil à época, com a narração do conflito entre o historiador Calístenes (360-328 a.C.) e Alexandre Magno (356-323 a.C.) (CHAVES, 2004, p. 69).

Ao apresentar alternativas para a questão das terras incultas e refletir sobre os procedimentos de Portugal, Chaves novamente recorre, com propriedade, a exemplos de cidades (colônias) da Grécia formadas a partir de emigrações, que nunca sofreram do estado grego a repressão de seus direitos originários tal como se dava no Brasil (CHAVES, 2004, p. 110-112). Mais uma vez, para tratar da importância da agricultura, Chaves recorreu aos gregos, desde suas crenças até suas técnicas; passa pelos egípcios, pelos romanos, chineses etc., para mostrar como os reis e imperadores valorizavam a agricultura, considerada por ele como a pedra fundamental de um Estado.

Logo, a recorrência a personagens das antiguidades grega e romana são frequentes na obra. Além dos já citados, pode-se acrescentar ainda a menção ao sistema de leis estabelecido por Licurgo (396-323 a.C.), o exemplo das comunidades lacedemônias, aos tempos da república em Atenas, as reflexões de Demóstenes (384-322 a.C.) etc.

Abordou também a posição de importantes economistas, agrônomos, filósofos e políticos da época, para tratar de temas que se faziam urgentes, dentre eles, Arthur Yong (1741-1820), Benjamin Franklin (1706-1790), Francisco de Melo Franco (1757-1823);

referiu-se positivamente ao filósofo iluminista Charles de Montesquieu e demonstrou intimidade com o pensamento do mesmo. Para introduzir suas reflexões sobre a escravatura, Chaves também retomou alguns modelos históricos, fez referência a História da Polônia e aos conflitos que envolveram as diversas partilhas de seu território ao longo do século XVIII.

Antônio José Gonçalves Chaves apresenta uma citação direta da **História Política**, do historiador e filósofo francês Guillaume Raynal (1713-1796), o qual, segundo o editor da terceira edição das **Memórias** (1978), teve sua obra “bastante divulgada e exerceu influência na Assembléia Constituinte da Revolução Francesa” (CHAVES, 2004, p. 78). Páginas adiante, o mesmo editor – já na nota 23 – destaca mais uma transcrição de um excerto do **Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e Brasil**, de Soares Franco, publicado em Portugal em 1820, logo, demonstrando a atualização intelectual de Chaves.

Na quinta memória, *Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular*, o autor faz citações diretas de obras que tratam da realidade local, tais como, os **Anais da Província de São Pedro** (tomo II, cap. 12 e 13) e ao **Corografia Brasílica**, publicado em 1817, no Rio de Janeiro, pelo padre Francisco Aires de Casal (1754-1821), de artigos escritos por Gomes Freire de Andrade à Corte entre abril de 1754 e maio de 1756, além dos documentos que foram apenas mencionados. Apresenta também um levantamento dos produtos importados de 1816 a 1822 – todo o tipo de gêneros alimentícios, fazendas para a confecção de roupas, escravos, móveis, tijolos, entre outros. Destaca-se, no entanto, a ausência de livros entre os itens relacionados e a presença de alguns instrumentos musicais vindos do Rio de Janeiro.

Guilhermino Cesar, em **História da Literatura do Rio Grande do Sul**, comenta que “certos aspectos concernentes à instrução não passaram em branco na obra de Chaves” (CESAR, 1971, p. 68) e destaca observações do mesmo quanto à ausência de investimentos em instrução por parte do império nesta Província, como no excerto que segue:

Quem diria que em toda esta Província até 1820 havia só uma única aula de Latim, a de Porto Alegre, que não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a província! Em 1821, abriu-se uma aula de Filosofia Racional em Porto Alegre, e duas de Latim, no Rio Grande e em Rio Pardo. E as aulas de primeiras letras que se mandavam criar nas freguesias ninguém as tem querido, porque o honorário é só 100\$000 e com menos de 400\$000 não se pode achar um mestre” (CHAVES, 2004, p. 258).

Para Chaves, estas questões repercutiram na falta de homens de letras na região, já que, segundo o mesmo, “não nos consta que haja mais de três homens formados, naturais desta província e quatro meninos em Coimbra” (CHAVES, 2004, p. 258). Esses

questionamentos indicam uma preocupação da parte do autor com a educação, ainda que este estivesse distante do centro do país e inserido em um ambiente extremamente rural e voltado a disputas armadas.

A partir destes dados, é possível dimensionar um pouco melhor a cultura deste homem que viria a estabelecer-se como um dos principais nomes da elite intelectual e econômica pelotense e integrar os principais espaços de deliberação e encaminhamento da vida da região.

Cem anos depois da publicação das primeiras memórias, uma segunda edição é promovida através da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Segundo Sérgio da Costa Franco, foi Aurélio Porto quem as retirou do esquecimento para serem reofertadas ao público inseridas nas edições referentes aos 2º e 3º trimestres de 1922, editadas em um único volume.

Essa segunda edição já seria suficientemente reveladora da importância de tal obra enquanto documento histórico, porém, em 1978, preocupada com o desaparecimento de “fontes essenciais à compreensão do processo evolutivo da sociedade gaúcha” (GUIMARÃES. In: CHAVES, 1978, p. 13) e, a partir da constatação da extrema pobreza documental no Rio Grande do Sul, a ERUS promoveu uma terceira reedição das **Memórias**. Entre tantas obras raras que mereciam ser resgatadas da inacessibilidade pública, a escolha por essa se deu por tratar-se de um “verdadeiro balanço da sociedade e da administração rio-grandense ao tempo da independência” (GUIMARÃES. In: CHAVES, 1978, p. 14).

Segundo Lauro Guimarães, diretor presidente da instituição à época, outra razão para a escolha da obra encontrava-se em seu autor, “por se tratar de um autêntico e pioneiro homem de empresa, charqueador estabelecido no Rio Grande do Sul e no Uruguai, e um dos organizadores da primeira companhia para exploração da navegação lacustre a vapor, em 1832, entre Rio Grande e Pelotas” (GUIMARÃES. In: CHAVES, 1978, p. 14).

Diversas notícias publicadas n'**O Noticiador** apontam a forte intervenção política, econômica e social que detinha Gonçalves Chaves. Em 1832, foi eleito para o primeiro conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da freguesia de São Francisco de Paula (**O Noticiador**, 7 fev. 1832, p. 38) e, poucos meses depois, da vila (**O Noticiador**, 27 abr. 1832, p. 130), sendo reeleito para o mesmo nos anos seguintes. Ainda em 1832, integrava a Comissão do exame das Aulas de Primeiras Letras da Vila de São Francisco de Paula (Correspondência ao n. 40 d'**O Noticiador**, 29 maio 1832, p. 171) e, junto a dois sócios, colocou em funcionamento uma embarcação que viria a prestar um importante serviço de transporte de passageiros e cargas aos moradores das vilas de São Francisco de Paula, São José do Norte e Rio Grande e, em seguida, para toda a Província.

Em 1833, Chaves foi membro do Conselho Geral e Administrativo da Província (**O Noticiador**, 15 jul. 1833, p. 619) e, em 1834, compunha a comissão responsável por organizar as subscrições da Província para o Banco do Brasil (**O Noticiador**, 29 jan. 1834, p. 836).

São estes, entre tantos outros fatores, que levaram a Copesul, em 2004, a viabilizar a quarta edição da obra, afirmando interesse em resgatar da história fatos e personagens importantes para a história dos gaúchos. Segundo Luiz Fernando Cirne Lima (In: CHAVES, 2004), com certo grau de ufanismo, “trata-se da maior contribuição produzida em seu tempo para a formação da identidade rio-grandense, e uma das primeiras iniciativas de pensar a nação brasileira emanadas do Rio Grande para a Metrópole”. Em *As memórias de um certo tramontano*, um dos textos introdutórios à quarta edição das **Memórias**, Paulo Brossard de Souza Pinto afirma ser esta iniciativa da Copesul uma associação às comemorações do aniversário do movimento farroupilha.

O perfil apresentado de Antônio José Gonçalves Chaves ao longo da história, qual seja, de um empreendedor, defensor do liberalismo econômico, abolicionista e humanista, encaixa-se com precisão à imagem criada e perpetuada da Guerra dos Farrapos. Embora a Revolução Farroupilha mantenha-se envolta em questões ainda ambíguas e mal resolvidas no que tange às motivações que lhe deram origem, e que os interesses defendidos tenham sido os de uma elite detentora de terras e escravos; ainda que a participação dos negros e demais estratos sociais na mesma tenha sido como massa de manobra, estes feitos continuam sendo memorados e valorizados no Rio Grande do Sul.

Enquanto os sul-rio-grandenses eram assolados por mais uma revolta, dentre tantas que ocorreram no Brasil Imperial, e os negros eram massacrados na linha de frente nos campos de batalha, os ricos charqueadores e latifundiários – dentre estes Antônio José Gonçalves Chaves – transferiam-se confortavelmente para Montevideu e demais cidades de países vizinhos para dar continuidade aos seus negócios e alugar seus escravos, não sofrendo tão severamente os impactos da guerra sob o ponto de vista econômico (MONQUELAT, 2010).

Porém, o resgate de informações desta natureza só é possível através da consulta a inventários, testamentos, registros de batismo, atas, requerimentos ao império, entre outros documentos comuns à época e que tenham sido preservados. Desta forma, podem ser rastreados os primeiros passos em direção à formação da cidade de Pelotas, antes mesmo do surgimento da primeira imprensa em funcionamento no extremo sul do Rio Grande, em 1832.

3.2 São Francisco de Paula pelas páginas d'**O Noticiador** (1832-1835)

O Noticiador foi um periódico publicado na vila do Rio Grande na Tipografia de Francisco Xavier Ferreira a partir de janeiro de 1832, constituindo-se como o primeiro periódico que circulou no interior da província gaúcha. Teve como redatores, além do próprio Xavier Ferreira, Guilherme José Corrêa e Bernardo José Viegas.

Não havendo, no referido período, imprensa em São Francisco de Paula, os moradores da localidade recorriam com frequência ao jornalismo vizinho para anunciar produtos, publicar atas, discursos, transmitir avisos e manifestações públicas. Desta forma, desde seus primeiros exemplares, **O Noticiador** cumpriu um papel importante ao registrar traços da vida cultural da freguesia de São Francisco de Paula, que se tornaria vila meses depois.

Como foi demonstrado no início desse capítulo, já no século XVIII havia alguma circulação de livros entre a elite pelotense. No entanto, pouca referência sobre a venda de obras foi veiculada através d'**O Noticiador**.

Em todo o período de circulação desse jornal, pelo menos dos exemplares que ainda estão preservados em hemerotecas públicas, foram encontrados poucos anúncios de livros à venda em São Francisco de Paula. Um primeiro anúncio, publicado pelo menos três vezes (17 abr., 1º e 8 jun. 1832), divulgava o **Regulamento das Guardas Nacionais** e outros materiais. Outro, publicado em 13 de dezembro de 1832, mencionava outras três obras oferecidas ao público:

Acha-se à venda o Regulamento das Guardas Nacionaes, na Villa de S. Francisco de Paula, nas casas dos Sr̃s. José Salchichony, e Rodrigo Cardozo de Mattos e Comp.

Figura 4: O NOTICIADOR, 17 abr. 1832, p. 120.

Quando reaparece no dia 1º de junho, tem acrescentadas as inscrições de “Procurações” (p. 174) e no dia 8 “Procurações [...] e Procurações Especiaes” (p. 182). O segundo anúncio informa a disponibilidade de outras obras:

ANNUNCIO.

N'esta Villa na Loja de José Luiz Augusto da Silva, e na de S. Francisco de Paula em casa de Domingos Gonçalves Braga ha para vender Codigos de Processo Criminal de primeira instancia a 1000 rs., instrucção de Caçadores das G. N. a 800 rs., e a Lei da reforma das mesmas á 40 rs.

Figura 5: O NOTICIADOR, 13 dez. 1832, p. 398.

Como se pode perceber por meio destes escassos registros obtidos, trata-se de livros ligados ao direito e à administração pública, nada que indique o comércio de obras literárias ou sobre cultura em geral. Em 1832, o interesse público por questões relacionadas às Guardas Nacionais era bastante acentuado, visto que esta organização surge no Rio de Janeiro em 1831 e meses depois já se encontra em processo de estruturação em Rio Grande e Pelotas. Do mesmo modo, poucas informações foram obtidas acerca dos nomes dos vendedores, os quais provavelmente nem fossem livreiros, mas sim comerciantes de diversos produtos.

Outro fator que se buscou observar foram as informações veiculadas a respeito da instrução. Em 5 de abril de 1832, os editores comentam dois editais da Secretaria da Presidência da Província difundidos no dia 13 de março. Sobre o primeiro, criticam o prazo muito curto determinado pelo Conselho Administrativo da Província para a inscrição dos interessados nas vagas abertas pelo Decreto de 25 de outubro de 1831, no qual foram criadas quatro escolas de primeiras letras para meninos e dez para meninas, sendo uma de cada para São Francisco de Paula. Segundo o editor:

O Correio chegou aqui com a noticia de taes Editaes a 31 de Março, a 2 de maio vão 32 dias; ora, que tempo terão os candidatos de procederem ás suas habilitações, que dependem de extracção de documentos, justificações, etc.: de recordar as materias do exame, que não são de pequena monta; e andar sessenta, ou mais legoas, com trabalhosas viagens, que dependem de tantas circuntancias? Como poderá huma Sra., por exemplo, desta Villa, ou de S. Francisco de Paula, ou de S. José do Norte, emprehender semelhante jornada, aonde, alem dos inconvenientes apontados, se lhe antolha não chegar a tempo, ter-se já encerrado o Conselho, e perder as suas fadigas, e despezas?

Na mesma rasão se achão os que tencionarem os provimentos de Justiça. Por tanto julgamos, que poucos pretendentes se tem de apresentar, e que a criação de taes cadeiras, tão uteis, e tão necessarias, terão de espaçar-se, o que será bem se sentir, pela precisão de espalhar as Escolas, com especialidade as do nosso bello Sexo, que tanta influencia tem nos costumes, e nas revoluções, quando he instruido (O NOTICIADOR, 5 abr. 1832, p. 101-102).

A partir do excerto acima, pode-se ter uma amostra das dificuldades enfrentadas pelos dependentes da educação pública, que era escassa e burocratizada. Essa situação é

retratada também por Domingos José de Almeida (1797-1871), que em 29 de maio do mesmo ano dirige uma correspondência a **O Noticiador** na qual fala do crescimento de São Francisco de Paula, dos avanços físicos e intelectuais da vila. Em seguida, menciona a existência de três colégios e duas aulas de primeiras letras que atendem a 246 meninos e defende a necessidade de uma instituição que atenda à “mocidade indigente”, a qual estima atingir número semelhante ao dos atendidos.

Segundo Domingos José de Almeida, o valor enviado pela província mal dava para o aluguel, não sendo possível sustentar um professor, carreira que enfrentava grandes dificuldades diante de um número elevado de alunos e de uma remuneração com a qual nem “hum mestre economico” teria como se manter. Por fim, sugere que parte da arrecadação da vila pela província seja revertida na construção de um colégio público com professores bem remunerados.

Na sequência, encontra-se o “Parecer da Comissão do Exame das Aulas de Primeiras Letras”, composta por Francisco Florêncio da Rocha, Antônio José Gonçalves Chaves, Cláudio José de Souza Mursa e Cipriano Joaquim Rodrigues Barcelos⁴⁷, no qual informam a existência de três colégios que seguem o método de Lancaster, quais sejam: o de João Ladislau de Figueiredo Lobo (brasileiro), com 31 alunos, sendo 24 de primeiras letras, 14 de Gramática Portuguesa, 9 de Francês, 8 de Desenho e 1 de Aritmética prática e demonstrativa; o de Antônio José Domingues (brasileiro adotivo) encontram-se matriculados 66 alunos: 15 de Gramática Portuguesa, 9 de latim, 4 de francês e 38 de primeiras letras; e, por último, no de João Maria Berthet (francês) com 16 alunos, 2 de gramática latina, 8 de gramática francesa, 8 de primeiras letras, 4 de desenho, 1 de música.

Além destes, havia duas aulas de primeiras letras: a de Manuel Américo da Silva Braga (brasileiro) com 103 alunos e a de José Duarte Silva (brasileiro) com 30, de forma que, no total, estavam sendo atendidos 49 meninas e 246 meninos, dos quais eram ensinados gratuitamente 21 – a saber, 7 por Lobo, 2 por Domingues, 11 por Américo e 1 por Duarte. Ao final da exposição da condição em que se encontram alunos e professores na vila, a Comissão solicitava que fosse construída na mesma uma casa para a aula de primeiras letras para meninos e para meninas, à custa do governo.

A partir destes dois textos, é possível perceber o quão excludente era o sistema educacional da época. Embora houvesse professores capacitados, a falta de investimento público na educação era tanta, que, de um total de 295 alunos, apenas 21 não pagavam, além

⁴⁷ Filho de Cipriano Rodrigues Barcelos. Nasceu em 3 de abril de 1781, em Viamão. Faleceu em Pelotas, a 4 de abril de 1868. Casou, também em Pelotas, com Rita Bernarda da Silva, em 18 de dezembro de 1810.

de que, como afirmado por Domingos José de Almeida, estava na escola apenas a metade das crianças da vila.

Segundo Fonseca (2006), o primeiro concurso para professor no Brasil foi realizado em 1760, como parte das reformas educacionais do Marquês de Pombal, mas ainda demoraram muitos anos para que se implantassem as primeiras aulas. Neste contexto, Pombal criou um mecanismo para subsidiar os gastos com educação, cobrando um novo imposto que incidia sobre a produção do vinho e da carne, o subsídio literário, o qual ficou vigente de 1772 até 1857, quando foi extinto por D. Pedro II.

Embora este imposto fosse destinado à manutenção das aulas – custos de espaço, materiais necessários e pagamento dos professores –, na prática, este sistema não funcionava bem e o acesso à educação ficava restrito às elites locais.

De acordo com o demonstrativo de despesas da vila de São Francisco de Paula de 1832 a 1833, apresentado n'O **Noticiador** de 5 de agosto 1833 (p. 646), o valor arrecadado como Subsídio literário era de 1:684\$160. Naquele período, este valor era insuficiente para pagar um professor, com renda mensal de 200 mil-réis (CASTANHA; BITTAR, 2009).

Por estes aspectos, justifica-se a insistência de Domingos José de Almeida e dos membros da Comissão para que o governo financiasse a construção de uma casa, já que precisando alugar uma para sediar as aulas, os professores se viam inviabilizados financeiramente. Além disso, o valor enviado pelo governo chegava a demorar um ano para ser pago aos professores, de modo que estes precisavam arcar com as despesas necessárias na expectativa de serem posteriormente reembolsados.

Por outro lado, havia na vila uma série de professores oferecendo aulas particulares. Em um anúncio de 18 de março de 1833, José Joaquim Lodi oferece suas aulas de piano forte e canto, além da classe de Música vocal e instrumental no colégio de João Ladislau de Figueiredo Lobo. O engenheiro Ernesto de Kretschamar, em anúncio de 6 de maio de 1833, propõe-se a ensinar Belas Artes para a mocidade, afirmando que suas aulas seriam reguladas pelo último e melhor método estabelecido na Europa:

Ensinar-se-ha na dita Aula, Dezenho de Paizagens e de Figuras, a lapis, pincel, tinta d'agua, e oleo; assim como a seu tempo, conforme o numero de Alumnos se ensinará Principios de Mathematica comprehendendo os seus diferentes ramos e Prespectiva e Architetura.

As lições terão lugar duas vezes por Semana das 7 horas, até o meio dia, conforme o plano, e a classe a que pertencerem os Alumnos. Os preços das lições serão modicos quanto seja possível á porpoção da concorrência (O NOTICIADOR, 6 maio 1833, p. 558).

Em 26 de fevereiro de 1835, ofereceram seus serviços Caetano Ricciolini, apresentando-se como mestre de dança, e Izabel Ricciolini, que se dispõe a ensinar meninas a ler e escrever, além de costurar e dançar.

A dança, assim como a música, a literatura e o teatro eram expressões artísticas muito presentes nas comemorações cívicas em São Francisco de Paula. Durante os anos registrados pel'**O Noticiador**, houve comemorações pelo nascimento do imperador D. Pedro II, em 2 de dezembro, pelo descobrimento do Brasil, em 3 de maio⁴⁸, e pela abdicação de D. Pedro I, em dia 7 de abril, considerada a segunda independência do Brasil.

Nestas ocasiões, assim como em outras, a programação iniciava na véspera, quando os moradores iluminavam suas casas e, em geral os mais jovens, percorriam as ruas, tocando e cantando o Hino Nacional, entre “Vivas!” ao fato comemorado. Na data em si, a programação iniciava ainda pela manhã, na Igreja Matriz com a celebração do *Te-Deum*. Durante a tarde, ocorriam torneios ou apresentações em praça pública – era comum o espetáculo de cavalhadas. Pela noite, no teatro, cantava-se o Hino Nacional, era recitado um elogio, representado um drama, sendo os intervalos preenchidos com a recitação de obras poéticas, tais como odes, hinos e sonetos. Por fim, era comum encerrarem as comemorações com a apresentação de peças curtas e cômicas, oras tratadas por entremezes, ora por farsas jocosas.

O Noticiador do dia 4 de maio de 1832 (p. 141 e 142) descreve as comemorações do dia 7 de abril realizadas no teatrinho de mesmo nome⁴⁹. Dentre a programação festiva, recebem destaque a apresentação do drama **Patriotismo e gratidão** e do entremez **Irmão sagaz**.

No exemplar de 13 de dezembro (p. 396), foi apresentada a síntese das comemorações realizadas no dia 2 do mesmo mês, por razão do aniversário do Imperador. Após um dia inteiro de celebração junto ao Esquadrão da Guarda Nacional, foram encerradas as festividades com a apresentação do **Desertor francês**⁵⁰.

⁴⁸ A **Carta** de Pero Vaz de Caminha foi guardada em Lisboa, na Torre de Tombo, onde permaneceu ignorada até 1817, quando foi publicada pela primeira vez em **Corografia Brasílica**, do padre Aires do Casal. Só a partir de então é que se soube que a expedição liderada por Pedro Alvares Cabral não havia chegado ao Brasil no dia 3 de maio, mas sim em 22 de abril.

⁴⁹ Embora só tenha sido inaugurado em dezembro 1833, o Teatro Sete de Abril foi fundado em 1831 – funcionando em um galpão desativado na esquina das ruas Anchieta e Major Cícero –, mesmo ano em que começaram as obras para construção do prédio definitivo à margem da Praça Coronel Pedro Osório, o qual entrou em atividade em 1833 e foi concluído em 1834.

⁵⁰ José Guilherme Magnani (2003, p. 65), ao comentar que as primeiras peças apresentadas pelo ator e empresário João Caetano, até 1836, eram "peças portuguesas ou velhas traduções e adaptações feitas em Lisboa de textos sobretudo franceses", menciona o **Desertor francês** como uma "adaptação de *Le Déserteur* (Louis Sébastien Mercier, 1771), feita pelo dramaturgo português Antonio Xavier". Tais informações foram coletadas por Magnani em: PRADO, Décio de Almeida. **João Caetano**: o ator, o empresário, o repórter. São Paulo: Perspectiva, 1972; Já Nireu Cavalcanti (2004, p. 412), ao listar as peças que foram apresentadas em teatros no

Em 3 de maio de 1833, na edição publicada aos 20 dias do mesmo mês (p. 570 e 571), entre os diversos atos comemorativos do descobrimento do Brasil, foram noticiadas as representações da peça **Sofia e Wilcister** e da farsa de António Xavier Ferreira de Azevedo (1784-1814) **Manoel Mendes**⁵¹.

Sobre as comemoração da Independência política em 7 de setembro de 1833, os jornais dos dias 16 e 19 de setembro, referem-se à apresentação do drama **O patriotismo** e da farsa **O casamento por gazeta**, ocorridas no dia 9, no Teatro Sete de Setembro⁵². Este teatro foi mencionado na edição do dia 16 como o “Theatrinho do Collegio de que he Director o Sñr. João Pedro Ladisláo de Figueredo Lobo” (p. 690). As peças foram apresentadas pela Sociedade Patriótica dos Jovens Brasileiros, composta pelos próprios alunos.

Na edição do dia 19 de setembro (p. 691 e 692) são acrescentadas as programações dos dias 7 e 8 de setembro. No dia 7, no Teatro Sete de Abril foram apresentados o drama também de António de Azevedo, **A escrava da Mariamburgo**⁵³ e o entremez **Corcunda por amor**⁵⁴. Sobre o termo “corcunda” do título da peça escrita por Almeida Garrett em parceria com Paulo Midosi, Sérgio Nazar David (2004, p. 12) explica que “era o modo pelo qual os liberais denominavam os absolutistas, sugerindo assim o ato de curvarem-se diante da realeza”. No dia 8, no Teatro Sete de Setembro, foi apresentada a peça **Beneméritos da Pátria** e o entremez **Astúcias de gafanhoto**.

Na edição do dia 7 de dezembro de 1833 d'**O Noticiador**, além de uma narração sucinta dos festejos realizados no Teatro Sete de Setembro em comemoração ao “dia natalício do Augusto Imperador” (p. 783), foi informada a inauguração, no mesmo dia 2 de dezembro, do “novo Teatro Sete de Abril”, ocasião na qual foi apresentado o primeiro espetáculo dramático.

Rio de Janeiro setecentista, aponta o **Deserto francês** como uma tradução do criador da Companhia Lírica (1789) António Nascente Pinto. No catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se uma obra de mesmo nome, publicada em Lisboa, pela Livraria Popular, em 1851. A autoria é atribuída a Maurisset, porém, é provável que esta informação esteja equivocada, já que o francês Théodore Maurisset não era um dramaturgo, mas um ilustrador, tendo provavelmente ilustrado tal edição.

⁵¹ Farsa publicada em Lisboa pela tipografia de António José da Rocha, em 1840. António Coruja indica sua apresentação na Casa de Comédia de Porto Alegre em 1875. Cf. CORUJA, António Alvares Pereira. **Antigualhas**: reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: Tipografia Jornal do Comércio, 1881, p. 10. Em 26 de dezembro de 1814, o livreiro João Henriques encaminhou a Real Mesa Censória uma solicitação para transportar para o Rio de Janeiro uma série de folhetos de cordel. Dentre eles, a farsa intitulada **Manoel Mendes**. Cf. ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

⁵² O Teatro Sete de Setembro foi fundado em 12 de abril de 1832 e teve encerradas suas atividades em 1835, com o início da Revolução Farroupilha.

⁵³ AZEVEDO, António Xavier Ferreira de. **Pedro Grande, ou a escrava de Mariamburgo na Rússia**. Lisboa: Impressão de Alcobia, 1830.

⁵⁴ GARRET, J. B. de Almeida; MIDOSI, Paulo. **O corcunda por amor**. Coimbra: Imp. Liberal, 1822.

Além destas apresentações referentes a datas cívicas de grande importância para a comunidade de São Francisco de Paula, existem alguns registros de outras ocasiões nas quais foram agitados os teatros locais, como a organização de um espetáculo em 25 de maio de 1834, no Teatro Sete de Setembro, pelo italiano Sinolzi em favor de sua filha (7 jun. 1834, p. 993), ao qual compareceu em peso a sociedade da vila. Também no dia 7 de dezembro do mesmo ano, os alunos do professor e poeta Antônio José Domingues representaram o drama **Mendigo e Theresa** (11 dez. 1834, p. 3) no Teatro Sete de Abril.

Vale destacar o comentário pessoal de Francisco Xavier Ferreira, que visitou São Francisco de Paula em dezembro de 1834 e registrou algumas impressões acerca da conclusão da obra do Teatro Sete de Abril, ao qual Ferreira refere-se como o “magnifico, bem construido, e acabado Theatro particular da mesma Villa, que, como por encanto, surgio em tão pouco tempo, á esforços, e á expensas dos seus industriosos, e emprehendedores Habitantes” (O NOTICIADOR, 11 dez. 1834).

Com exceção da farsa **Manoel Mendes**, disponibilizada pela Biblioteca Nacional Portuguesa, não foi possível ler os demais textos teatrais para conhecer o conteúdo específico, mas sabe-se, pelo contexto da época, que, em geral, os entremezes e as farsas tinham o objetivo de divertir o público com peças curtas e ágeis de enredos banais, que muitas vezes satirizavam situações políticas e morais.

Em **Manoel Mendes**, apresenta-se a história de uma jovem, que, tendo recentemente ficado viúva, recebe de seu tio a notícia de que este pretende assumir os negócios – inclusive a esposa – de seu sobrinho falecido. No desenrolar da trama, auxiliada por criados, pelo amante e por alguns amigos do mesmo, a moça busca livrar-se do tio e diante do fracasso de uma série de tentativas, o grupo decide matá-lo. Alertado do objetivo do grupo, Manoel Mendes decide partir. Logo, temos uma história que aborda diversas questões como a ambição, a avareza, o oportunismo e a hipocrisia. Já em o **Corcunda por amor**, ao que tudo indica, é satirizada a disputa entre liberais e absolutistas.

Quanto aos dramas, pode-se inferir, da mesma forma, que acompanham o padrão das demais peças dramáticas apresentadas na época. Predominam textos franceses e portugueses com enredos românticos, heroicos e carregados de juízos de valor.

A apresentação dessas peças, ainda antes da difusão da leitura, cumpriu um papel fundamental para a formação e preparação de um público leitor nas décadas seguintes. Da mesma forma, serviu como base para a produção dos primeiros prosadores e poetas pelotenses, já que, por esta época, a atividade de representar estava muito próxima da de ler e escrever. Pode-se chegar a esta inferência observando a participação do português Antônio

José Domingues (Lisboa, 1791 - Pelotas, 1860) – poeta e professor que viveu em Pelotas por mais de trinta anos –, na vida cultural da localidade, já que são dele a maioria dos textos poéticos enviados de Pelotas a **O Noticiador** durante os anos de circulação deste periódico.

Pelo que indicam as narrativas dos atos cívicos e comemorativos realizados nos teatros locais, além do hino, das peças e das farsas, havia também um espaço para a recitação de elogios, poesias e sonetos. Muitos destes momentos foram conduzidos e organizados pelos alunos de Domingues, como pode ser percebido pelo relato das festividades da vila publicado n' **O Noticiador** de 11 de dezembro de 1834. Acerca de sua trajetória como professor, também foi veiculado que Antônio José Domingues ministrava aulas de Gramática Portuguesa, Latim, Francês e primeiras letras. Em 1832, contava com 66 alunos matriculados, sendo que, destes, 2 eram ensinados gratuitamente.

Guilhermino Cesar comenta que sua presença, “exibindo o surrado gibão clássico, teve influência sobre o espírito de muitos poetas. Delfina Benigna da Cunha e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas [...] e Clarinda Siqueira olhavam-no como a um dos mais nobres representantes da poesia lusa” (CESAR, 1971, p. 166). Sobre esta última, Cesar afirma ainda que “lhe bebeu as lições de bom saber de idiomas, apaixonado cultor do latim” (CESAR, 1971, p. 165) e acrescenta traçando um juízo de valor sobre o mesmo, “repolhudo poeta de tom camoniano, pesado e indigesto”, ideias que reforça mais adiante em sua obra ao afirmar que o “esforçado professor de latim não fazia mais do que defender o conservadorismo clássico, em suas formas mais corriqueiras” (CESAR, 1971, p. 166).

Sem dúvida, tem razão o crítico ao afirmar que Domingues teve grande influência sobre os poetas da época, visto que dos dezoito textos poéticos localizados n' **O Noticiador** enviados de São Francisco de Paula, dez eram seus e outros cinco eram de seus alunos, L. S. Flores e Antônio José Caetano da Silva Filho. Porém, é exacerbada a crítica que faz ao estilo e à temática de Domingues, visto que esse não se encontrava em prejuízo diante do padrão de produção da época.

Segundo Artur Emilio Alarcon Vaz (2006, p. 194), “se Antônio José Domingues é considerado por Guilhermino Cesar como defensor de um 'conservadorismo clássico, em suas formas corriqueiras (1971, p. 166)', isso é devido ao período literário em que viveu e não poderia ser diferente”. Segundo o mesmo autor – que analisa a produção de poetas portugueses radicados no sul do Rio Grande do Sul –, entre as obras de Domingues,

há poucos poemas intimistas, predominando em grande parte os temas nacionais, quanto de defesa da pátria brasileira – como o livro *Coleção das poesias ao muito alto d. Pedro II* –, tanto de defesa da pátria portuguesa – como o poema “Ao jovem

monarca D. Pedro V". É importante demarcar como Antônio José Domingues elege preferencialmente temas contemporâneos, como a comemoração anual do 7 de setembro, a Revolução Farroupilha, brigas políticas internas brasileiras e a guerra brasileira contra o argentino Rosas ou, do lado português, a coroação de Pedro V e o falecimento da Rainha D. Estefânia (VAZ, 2006, p. 195).

Estas características destacadas por Vaz vão ao encontro do conteúdo dos poemas, odes e sonetos publicados por Domingues n'**O Noticiador**. O primeiro soneto, publicado no dia 13 de janeiro de 1832, tematiza a crise de julho de 1831 e, como pode-se perceber no excerto abaixo, enaltece a pátria brasileira por ter conquistado a paz e feito reinar a lei.

Patria minha gentil, que n'um momento
Vingar soubeste a tua Liberdade,
E ficando sem par na heroicidade,
Esgueste a Gloria eterno monumento:
(O NOTICIADOR, 13 jan. 1832, p. 16).

Neste contexto, é importante lembrar que, mesmo com a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831, um clima de insegurança tomava conta do país. Os conflitos entre portugueses e brasileiros, que resultaram no espancamento de David Pamplona Corte Real em 1823, acentuavam-se e os diversos tumultos públicos estavam levando o Brasil a uma crise financeira. Segundo Francisco Iglésias,

a luta é feita através das facções – não há ainda partidos organizados: os exaltados, pregadores de um liberalismo radical (conhecidos por farroupilhas e jurujubas); os moderados, que ascendem às chefias (conhecidos como chimangos); e os restauradores, desejosos da volta de dom Pedro (conhecidos por caramurus) (IGLÉSIAS, 2002, p. 146).

Os revoltosos reivindicavam uma reforma democrática na Constituição, a deportação de portugueses que ocupavam cargos no governo, entre outras medidas. O clima de agitação teve seu auge em julho do mesmo ano e acabou como fracasso da revolta. Como a força militar esteve associada às agitações, foi criada a Guarda Nacional. Também neste período é fundada a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional no Rio de Janeiro (IGLÉSIAS, 2002). É neste clima tenso, de total instabilidade – que vai se estender até a morte do duque de Bragança em 1834 – que é produzida a maior parte dos textos de Domingues publicados n'**O Noticiador**.

Após o ápice dos conflitos na corte em 1831, rapidamente são estabelecidos núcleos da Guarda Nacional e da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em São Francisco de Paula. Estas organizações produziram, na população, a expectativa de

manutenção da Constituição, da independência, da integridade do Império e da justiça. Domingues, em vários de seus textos, inclusive os não poéticos, manifesta-se em defesa de tais questões, com demonstrações de civismo, de confiança nos oficiais da Guarda e nos parlamentares.

Assim, enquanto poeta, Antônio José Domingues apresentava-se atento as principais questões políticas e sociais que interferiam diretamente na vida da população, transportando para sua arte reflexões emergentes. Porém, não era apenas através da literatura que revelava seu engajamento, já que ele foi membro eleito para o Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São Francisco de Paula por diversos mandatos (O NOTICIADOR, 7 fev. 1832, p. 38; 29 abr. 1833, p. 551).

Na edição de 24 de abril de 1832, o redator comenta ter recebido algumas peças, as quais haviam sido recitadas no teatro pela comemoração do dia 7 de abril. Embora na mesma data os moradores de São Francisco de Paula estivessem comemorando também a elevação da localidade de freguesia à vila, os dois textos assinados por Antônio José Domingues tratavam de glorificar a data considerada pelos brasileiros como sua segunda independência. No elogio, encontramos os versos:

Foi hoje, Cidadãos, foi neste dia,
Sempre imortal nos fastos Brasileiros,
Em que a Patria indignada, attenta ao brado
Da Lei calcada aos pés da tirannia,
Vingou com gloria o jus imprescriptivel:
Foi hoje, Cidadãos, que á ferreo Sceptro
Succeheu da Innocencia o Sceptro d'oiro [...]
(O NOTICIADOR, 24 abr. 1832, p. 126).

Nessa primeira estrofe, o eu-lírico destaca a grandiosidade desta data, o dia em que a pátria liberta-se do despotismo do duque de Bragança e passa a ser conduzida pelo cetro da inocência. Sabe-se que, neste momento, D. Pedro I renunciava ao trono do Brasil em favor de seu filho, à época com cinco anos de idade, e retornava a Portugal com o objetivo de recuperar o trono para a filha. No soneto, encontra-se a mesma mensagem, porém em uma perspectiva menos abominadora do antigo imperador e mais otimista em relação ao futuro do país:

Em quanto dominar a Liberdade
Nos fidos corações dos Brasileiros,
Ha de sempre brilhar entre luzeiros
Deste Dia imortal a imensidade:
(O NOTICIADOR, 24 abr. 1832, p. 126).

Em 1833, Antônio José Domingues teve outro elogio publicado n'**O Noticiador**, o qual havia sido declamado no Teatro Sete de Abril durante as festividades do 7 de abril:

Nas azas do prazer de novo assoma
De Abril o sete sempre memorando,
Sempre immortal nos fastos Brasileiros:
Hum momento, que os Ceos á Patria derão,
(O NOTICIADOR, 6 maio 1833, p. 598).

Assim, como os textos pela comemoração da data em 1832, este nada tem de alusivo à fundação da Vila, centrando-se apenas em enaltecer o jovem imperador, pondo neste toda expectativa de progresso para o país, e registrando o quanto o Brasil pereceu sob o governo de D. Pedro I. Essa temática mantém-se a mesma no elogio enviado pela comemoração do descobrimento do Brasil no dia 3 de maio, no qual a presença de enaltecimentos à Pátria sobrepõe-se às críticas (O NOTICIADOR, 13 maio 1833, p. 606).

Nesses últimos três poemas, é possível perceber um destensionamento em relação à condição do Brasil diante de Portugal. A preocupação com o risco do duque de Bragança tentar reaver o trono é menor do que a indignação do eu-lírico ante as improbidades que se sucedem no país à época. Logo, o poema reclama da falta de justiça, dos abusos cometidos contra os filhos da Pátria e do sistema despótico que privilegia os portugueses radicados no Brasil.

O mesmo tom pode ser percebido em outro texto de Domingues, também alusivo ao descobrimento do Brasil, que foi recitado “no Theatrinho Sete de Abril da Villa de S. Francisco de Paula, no faustissimo dia 3 de Maio” (O NOTICIADOR, 13 maio 1833, p. 563 e 564).

A edição de 4 de abril de 1833 d'**O Noticiador** (p. 525 e 526) apresenta a transcrição de uma ode de Domingues que havia sido publicada no **Propagador da Indústria Rio Grandense**. Na referida ode, o eu-lírico apresenta-se entusiasmado com a chegada da indústria à Província e caracteriza-a como a esperança de desenvolvimento para um mundo conflituoso e sombrio. Já com a epígrafe escolhida – “*Labor omnia vincit*”, do poeta romano Virgílio, autor de **Éclogas** – Domingues transmite sua crença na força do trabalho. Neste sentido, os recursos naturais, as artes e as ciências são apresentados como instrumentos que, aliados à indústria, podem restituir o homem e trazer riquezas e avanços para a sociedade, através da força do trabalho.

Ao comentar a ode, o editor afirma que “não se pode negar o merito ao Sr. Antonio José Domingues a sua linguagem é expressiva, o seu estilo energico, e o seu gosto sublime” e acrescenta ainda que Domingues

mostra aos seus Compatriotas, da maneira a mais lizongeira, que nelle o talento e o amor da patria não cedem ao tempo, nem as serias occupações de que está rodeado, para deixar de apresentar produções de genio, que atestem o nosso progresso na carreira literaria, e desmintão o conceito que alguns ignorantes formão do nosso Paiz neste artigo de civilisação (O NOTICIADOR, 4 abr. 1833, p. 526).

A opinião explicitada pelo editor, assim como a disposição de publicar, ao menos, uma dezenas de textos poéticos de Domingues em seu periódico revelam que este já era reconhecido e valorizado por seus contemporâneos como poeta e por sua contribuição à cultura da época.

Além destes, foram encontrados também um soneto “Por ocasião da victoria, que a Guarda Nacional, e Municipal Permanente obtiverão sobre os rebeldes do partido Caramuruanno” (O NOTICIADOR, 8 jun. 1832, p. 182), um soneto em homenagem a Sociedade de Beneficência da Vila de Rio Grande, pela dedicação do seu novo Hospital (O NOTICIADOR, 29 jun. 1832, p. 203 e 204) e um elogio que havia sido recitado no “Dia dos faustissimos annos de S. M. I. e C. o Sr. D. PEDRO II, no Theatro SETE DE ABRIL” (O NOTICIADOR, 8 jan. 1834, p. 812).

A receptividade d'**O Noticiador** para publicação das peças recitadas em Pelotas, motivou “*Hum Rio-Grandense*”, pseudônimo de um desconhecido, a enviar ao redator mais quatro textos poéticos coletados acerca do mesmo tema. Um, naturalmente, de autoria de Antônio José Domingues, porém os outros três – um soneto e dois poemas – revelam pela primeira vez, dentre o acervo pesquisado, um segundo poeta em Pelotas: Antônio José Caetano da Silva Filho (Jaguarão, 1817 - Rio de Janeiro, 1865)⁵⁵, que mais tarde, tornar-se-ia funcionário da Mesa de rendas provinciais de Rio Grande (SACRAMENTO-BLAKE, 1883, p. 212- 213). Em seus versos, Silva Filho declara:

Em quanto for o Brasil
A terra de Santa Cruz,
Serão os planos frustrados
De tão vis Caramurús.
(O NOTICIADOR, 20 maio 1833, p. 570).

⁵⁵ Segundo Ari Martins (1978, p. 548), Antônio José Caetano da Silva Filho publicou artigos no jornal **O Rio-Grandense** (1845-1846), **Nova Época** (1847-1848) e **Diário de Rio Grande** (1848-1849) e era filho de Antônio José Caetano da Silva, que foi redator dos jornais **Rio-Grandense** e **Diário do Rio Grande** (do qual era proprietário em 1848) e diretor responsável pela **Revista Imparcial** em 1846.

Assim, o autor encerra tal poema demonstrando sua confiança na força e no potencial da Nação, característica presente nos três textos, principalmente, ao tratar-se da Guarda Nacional e nos Legisladores, como é possível constatar nos versos:

Em quanto o Brasil tiver
Livre Guarda Nacional
Serão os feitos brilhantes
Da Assembléa Geral.
(O NOTICIADOR, 20 maio 1833, p. 571).

Logo, é possível perceber a preocupação deste jovem aluno de Antônio José Domingues com a condição política do país e sua perspectiva diante do contexto que o circundava. Outras referências permitem-nos inferir esta adesão da juventude pelotense à causa político-social, como a “Sociedade Patriótica dos Jovens Brasileiros”, mencionada na edição do dia 16 de setembro de 1833 d'**O Noticiador**.

Um fator interessante, presente no referido periódico, é o fato de que além do Teatro Sete de Abril, do qual se tem registro de atividades a partir de 1831, outro espaço servia como palco para as apresentações culturais em São Francisco de Paula, demonstrando a preocupação de seus habitantes com os aspectos culturais. Como informa **O Noticiador**, parte da programação das comemorações do dia 7 de setembro na vila, foram realizadas no Teatro Sete de Setembro ou “Theatrinho do Collegio de que he Director o Sñr. João Pedro Ladisláo de Figueiredo Lobo” (O NOTICIADOR, 16 set. 1833, p. 690), fundado em abril de 1832.

Assim como havia uma sociedade responsável pelas atividades realizadas no Teatro Sete de Abril, a responsabilidade pela programação no Sete de Setembro era da Sociedade Patriótica dos Jovens Brasileiros que, segundo as informações veiculadas no dia 19 de setembro de 1833, era “composta de Mancebos, que frequentão as Aulas”, os quais, além de representações, organizavam cavalhadas e outras atividades culturais.

Outro poema de Antônio José Caetano da Silva Filho viria a ser publicado em outubro do mesmo ano, por razão do assassinato do padre Bernardo José Viegas⁵⁶, em Rio Grande. Silva Filho e seu colega L. S. Flores, alunos de gramática latina de Antônio José Domingues, haviam sido também alunos do falecido, e por esta razão homenagearam o recém-falecido mestre dedicando-lhe poemas, como pode-se perceber a partir dos versos que seguem:

⁵⁶ Em outubro de 1833, foi assassinado o padre Bernardo José Viegas, professor, membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência da Vila de Rio Grande e editor colaborador d'**O Noticiador**.

Viegas immortal, que à eternidade
 Passaste tão velós, tão de repente
 Ficar-nos-ha de ti perpetuamente
 Lembrança eterna, vivida saudade:
 (O NOTICIADOR, 17 out. 1833, p. 724).

Nesta estrofe, do poema de Antônio Caetano da Silva Filho, apresenta-se um eu-lírico inconformado. Esse sentimento perpassa a totalidade da composição, sendo que nos demais versos é possível perceber também um enaltecimento ao martírio, já que morrendo fiel a sua causa, Viegas teria para sempre seu nome lembrado na história. Nos versos que seguem, de autoria de L. S. Flores, o tom nostálgico e sentimental é mais presente e o eu-lírico apresenta não uma vítima do despotismo, mas um herói.

Morreste em fim, Viegas denodado,
 Co'a turba hostil impavido lutando,
 Esse partido perfido, execrando,
 Que ver quer o Brasil agrilhoado:
 (O NOTICIADOR, 17 out. 1833, p. 724).

Com a mesma motivação destas duas manifestações de pesar e revolta, encontra-se também um terceiro texto, de autor desconhecido e assinado por “O Inimigo dos Restauradores”.

O tumulto, Belmiro, em vão te esconde;
 Teus alumnos de ti jamais s'esquecem,
 Amarão-te na vida, até na urna.
 Altas provas de amor aqui te offerecem.
 (O NOTICIADOR, 27 nov. 1833. p. 772).

Embora não tenha sido possível identificar o autor de tal soneto, pelo conteúdo, conclui-se que também se trate de um aluno de Viegas. Nele, encontra-se um discurso altamente apologético, com as promessas do eu-lírico de lembrar-se eternamente de tão estimado mestre.

A publicação sistemática de poemas de autoria de Antônio José Domingues, assim como os de alguns de seus alunos, serve como amostra de parcela da cultura letrada existente em Pelotas antes mesmo da primeira tipografia se estabelecer na cidade.

Artur Emilio Alarcon Vaz, ao analisar o conjunto da produção da obra de Antônio José Domingues – o material que foi possível coletar até a defesa de sua tese em 2006 –, destaca a importância de poetas como Domingues na “construção de um conceito de Brasil

conforme sua época e conforme a necessidade dessa época, assim como foram influenciadas por esse mesmo contexto” (VAZ, 2006, p. 94). Vaz afirma ainda que,

Antônio José Domingues, que viveu os anos iniciais do novo país, período conturbado para a comunidade de imigrantes portugueses, foi um dos que assumiram essa posição de defender o nascimento de um patriotismo brasileiro através de seus versos, optando por assimilar, mesmo que parcialmente, a cultura local (VAZ, 2006, p. 99).

Ao observar obras como **Coleção das poesias ao muito alto d. Pedro II e O suicida salvo pelo amor e pela amizade**, ambas de Antônio José Domingues, além de diversos poemas do autor publicados em periódicos e antologias, como *Ao jovem monarca D. Pedro V (1837-1861)* e *Epicédio*, Vaz destaca que, durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845), essa guerra foi um tema recorrente na produção do autor, que tinha sua impressão financiada pelo Imperador D. Pedro II “tendo por este motivo um caráter legalista e anti-republicano” (VAZ, 2006, p. 68).

Através das informações veiculadas pel'**O Noticiador**, foi possível ter uma amostra das atividades culturais e sociais presentes nos primeiros anos de São Francisco de Paula, as quais indicam o modo como a Literatura fazia parte do cotidiano dos pelotenses. Do mesmo modo, foi a partir deste periódico que se pôde compreender a importância que teve Antônio José Domingues para o princípio da produção literária na cidade de Pelotas, já que além de professor e poeta, Domingues foi um agitador da vida cultural da vila. Porém, lamentavelmente, nos anos de 1834 e 1835, pouquíssimas informações acerca das atividades culturais da localidade foram encaminhados para publicação n'**O Noticiador**. Os últimos poemas enviados de Pelotas para publicação, em 15 de dezembro de 1834, em comemoração ao aniversário de D. Pedro II, eram de autoria de Mateus Gomes Viana (1809-1839).

De acordo com as informações constantes em sua nota biográfica na **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Viana⁵⁷, filho do tenente Baltazar Gomes Viana e sua esposa Joana Margarida da Silveira, nasceu em Pelotas, em 14 de setembro de 1809, “teve alguma instrução primária e secundária haurida nas aulas dirigidas pelo padre Felício⁵⁸ e Francisco Condal” (REVISTA..., 30 dez. 1911, p. 46).

⁵⁷ Mateus Gomes Viana foi casado com Maria Francisca Antunes Maciel, com quem teve seu único filho, Francisco Antunes Gomes da Costa (1838-1912), o qual, em 1857, viria a ser um dos fundadores da revista literária **Araribá** e, mais tarde, tornar-se o Barão do Arroio Grande.

⁵⁸ Refere-se ao padre Felício Joaquim da Costa Pereira, primeiro pároco de São Francisco de Paula.

Lopes Neto (1911), que indica como única fonte o jornal **A Idea** (1879), afirma ainda que Viana, embora contrariado, dedicou-se por algum tempo ao comércio antes de ter sido por vários mandatos eleito vereador e, inclusive, presidente da Câmara Municipal de Pelotas.

Através das notícias de Pelotas enviadas a **O Noticiador**, foi possível identificar Viana como um dos membros fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São Francisco de Paula. A edição de 7 de fevereiro de 1832 aponta-o como o sócio que recebeu mais votos para compor o conselho, tendo ocupado o cargo de 2º secretário (O NOTICIADOR, 7 fev. 1832, p. 38), sendo que poucos meses depois passa a assinar as atas e correspondências como 1º secretário. Nas eleições dos dois anos seguintes, Viana manteve-se entre os mais votados e continuou ocupando o mesmo cargo (O NOTICIADOR, 27 abr. 1832, p. 130; 15 out. 1832, p. 328; 29 abr. 1833, p. 551; 21 out. 1833, p. 729; 26 abr. 1834, p. 933, 23 out. 1834, p. 2).

Em várias edições, ele também é indicado como o responsável pelas assinaturas e pagamentos d'**O Noticiador** em Pelotas e em 15 de agosto de 1834 (p. 1070), na seção *Variedades*, Gomes Viana avisou aos seus credores que intencionava pagá-los em breve.

Ainda em 1834, publica no mesmo jornal dois textos poéticos. Como se pode perceber nos versos abaixo, extraídos do elogio recitado no Teatro Sete de Abril, em 2 de setembro de 1834, o eu-lírico enaltece o jovem imperador e a liberdade que este representa para o povo brasileiro:

Salve ó Dia feliz, natal augusto
Do Joven PEDRO, illustre AMERICANO,
Q'inda na terna idade da innocencia
D'hua heroica Nação, Chefe se acclama.
Este Throno, que outr'ora sustentavão
Mercenarias Legiões de viz escravos,
Defendido por dignos Patriotas
Em base mais segura hoje repousa.
(O NOTICIADOR, 15 dez. 1834, p. 2).

Da mesma forma, no texto identificado como “Hymno a'o mesmo dia” e publicado juntamente, é possível perceber que a mesma exultação à liberdade e à esperança depositada na figura de D. Pedro II é reforçada. Nesse período, pouco anterior a Revolução, Viana declarava-se adepto das questões que viriam a consolidar-se como os principais ideais farroupilhas.

Na edição de 10 de novembro de 1834, d'**O Noticiador**, Mateus Gomes Viana é referido como tenente secretário da Guarda Nacional, porém, em 7 de maio do ano seguinte (O NOTICIADOR, 7 maio 1835, p. 3), Viana já está no posto de major, função que, segundo

Lopes Neto (1911), passará a ocupar junto aos revoltosos a convite de Bento Gonçalves e do general Neto.

Monquelat e Fonseca (1985, p. 25) transcrevem do jornal **O Liberal Rio-Grandense**, de 26 de maio de 1836, um poema de Viana dedicado “Ao Illm. e Exm. Snr. Coronel Commandante das Armas, BENTO MANOEL RIBEIRO, e aos bravos de seu comando”. Na estrofe abaixo, é possível verificar a posição de Mateus Gomes Viana, por tratar os farroupilhas como heróis e os monarquistas como anarquistas:

Hoje á testa de heroes do Continente,
Impavido, constante, e sempre forte
Rompendo d'Anarchia a vil cohorte
Nova gloria te espera auri-fulgente.
(apud MONQUELAT; FONSECA, 1985, p. 25).

No entanto, muito em breve viria a abandonar a revolução por identificar nesta intuições republicanos. Desta forma, apresentou-se como monarquista ao presidente da Província, José de Araújo Ribeiro, e foi convidado por este para ser seu secretário. Com a virada do poder, o presidente foi preso e deportado, assim como o major Viana, que foi igualmente preso e conduzido a Porto Alegre, onde permaneceu até que novamente mudasse a presidência da Província diante da prisão de Antero J. de Brito pelos farrapos. Nesse contexto, voltou a ocupar o cargo de secretário da província (REVISTA..., 30 dez. 1911, p. 46).

Segundo Lopes Neto (1911), Viana foi o primeiro promotor público da cidade em 1835. Também advogou no foro da cidade, razão pela qual recebeu o apelido de “Mateusinho das leis”.

De acordo com Ari Martins (1978, p. 613) Viana publicou artigos nos jornais **O Liberal Rio-Grandense** (1835-1836) e no **Correio de Porto Alegre** (1837). **O Liberal Rio-Grandense**, segundo informações veiculadas no **Almanak do Rio Grande do Sul para o ano de 1900** (apud MONQUELAT; FONSECA, 1985, p. 23), impresso na Tipografia do **Mercantil** do Rio Grande, tinha como objetivo apoiar o governo de Araújo Ribeiro, sendo Viana seu principal redator. Em 1837, Viana fundou, em Porto Alegre, o **Correio de Porto Alegre** (1837), o qual circulou por menos de um ano (ALMANAK, 1900, p. 257 apud MONQUELAT; FONSECA, 1985, p. 24).

Com o início da revolução, em 1835, alguns jornais, como os citados acima, foram fundados na expectativa de difundir os ideais de farroupilhas ou imperiais; no entanto, a maioria teve uma existência efêmera. **O Noticiador**, em circulação desde fevereiro de 1832, encerrou suas atividades entre o final de 1835 e o início de 1836, com a partida de seu editor e

proprietário, Francisco Xavier Ferreira, para Porto Alegre, para integrar-se à Assembleia Legislativa Provincial.

Certamente, os dez anos pelos quais estendeu-se a Revolução Farroupilha foram um fator refreador do progresso cultural pelotense, não apenas pela ausência de uma imprensa local, mas também pelo fechamento das primeiras aulas públicas de primeiras letras, do Teatro Sete de Abril, que há pouco havia tido seu prédio permanente inaugurado, do encerramento definitivo das atividades do Teatro Sete de Setembro, entre outros acontecimentos.

Como já foi referido, alguns charqueadores, como Domingos José de Almeida e Antônio José Gonçalves Chaves, arrendaram seus escravos nos países vizinhos, estabilizando assim seus rendimentos. Domingos José de Almeida integrou-se na linha de frente da revolução, mas Gonçalves Chaves e sua família, assim como tantos outros com recursos financeiros, mudaram-se para além da fronteira. O sogro de Gonçalves Chaves, Joaquim José da Cruz Secco, pouco antes de eclodir a Revolução, já havia colocado sua charqueada na costa do Arroio Pelotas à venda, de acordo com anúncio veiculado n'**O Noticiador** de 25 de janeiro de 1834.

Porém, para a maior parte da população, composta por comerciantes e agricultores, as perdas foram significativas, pois com as constantes invasões, os mesmos foram obrigados a refugiar-se pelos arredores, em cidades vizinhas que estivessem fora da rota de confronto entre imperiais e farroupilhas, deixando para trás suas residências, estabelecimentos e demais propriedades (MOREIRA, 1989; NASCIMENTO, 1989).

Segundo Eduardo Arriada (1994), a população de Pelotas, que em 1835 – quando inicia a Revolução Farroupilha – contava 12.425 habitantes, em 1846 tem este número reduzido para 11.244⁵⁹, demorando ainda mais de uma década para que este processo venha a reverter-se e a cidade de Pelotas comece, de fato, a crescer. Como afirma Mario Osório Magalhães, é durante os anos de 1851 a 1860

que Pelotas vai dar o salto capaz de situá-la entre as cidades pequenas mais prósperas do Brasil. Nesses dez anos pôde concretamente efetivar a sua recuperação econômica e delinear a sua configuração urbana, que irão se consolidar no período seguinte, mantendo-se no apogeu entre 1860 e 1890. Depois de 1851, antes de 1860, já há indícios, inclusive, de certa atividade intelectual para além do teatro – por exemplo, a instalação de um gabinete de leitura e a publicação de livros e jornais (OSÓRIO, 1993, p. 70).

⁵⁹ Número que será ainda mais reduzido em 1858, contando 10.757 e só a partir de 1859 voltará a aumentar contando-se 12.893 e chegando a 13.537 em 1860, 13.846 em 1863, 15.384 em 1865 e 21.258 em 1872 (ARRIADA, 1994, p. 155).

3.3 Pelotas pelas páginas de sua imprensa

Se em Rio Grande registra-se a circulação de periódicos desde 1832 e um primeiro impresso avulso ainda no ano anterior, em Pelotas, o primeiro indício de imprensa data-se de 1848, quando o português Antônio Luís Soares, que acabara de fundar uma escola para meninos na cidade, publicou um material didático que deveria servir como suporte para suas aulas de aritmética. Trata-se da obra **Exposição dos elementos de aritmética para o uso dos estudantes do colégio de Santa Bárbara na cidade de Pelotas**, impresso na tipografia de Luís José de Campos, que provavelmente tenha sido o primeiro livro publicado em Pelotas.

Desde a publicação de **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**, de Mario Osório Magalhães, em 1993, acreditou-se que a mais antiga obra publicada na cidade fosse o **Resumo da História Universal**, de Carlos de Koseritz, impressa na Tipografia Imparcial, de Cândido Augusto de Melo, já que como afirmou Magalhães:

É provável que o mais antigo livro editado em Pelotas tenha sido justamente *Resumo de História Universal*, também o livro de estréia do professor alemão Carlos von Koseritz. Foi impresso em 1856 na tipografia do segundo jornal da cidade, *O Noticiador* (tipografia Luiz José de Campos), com que o próprio Koseritz abriria polêmica dois anos depois. Antes – em 1852 – o professor Antônio José Domingues mandara imprimir vários poemas na tipografia Imparcial, de Cândido Augusto de Melo, ou seja, nas oficinas de *O Pelotense*, o primeiro jornal de Pelotas (MAGALHÃES, 1993, p. 253).

No entanto, foi possível localizar na Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande, RS) e nos catálogos *online* da Biblioteca Nacional da Argentina e da Princeton University Library, exemplares da obra de Antônio Luís Soares, com indicações de sua publicação em Pelotas, no ano de 1848⁶⁰ na tipografia de Luís José de Campos, conseqüentemente, oito anos antes do material didático produzido por Koseritz.

Esta obra, recém-descoberta pelos pesquisadores da literatura e áreas afins em Pelotas, foi citada por Alfred Bush, que organiza um artigo-catálogo no qual lista e comenta as obras mais antigas e raras de posse da Princeton University Library Chronicle, referindo-se à obra de Soares como “the first book published in this town in southern Brazil ties instruction in mathematics to practical applications, such as business”⁶¹ (BUSH, 2002, p. 558).

⁶⁰ É importante salientar que existe uma divergência entre a data impressa na capa da obra (1849) e a data presente na folha de rosto (1848).

⁶¹ "O primeiro livro publicado nesta cidade sul do Brasil vincula a instrução em matemática com aplicações práticas, tais como negócios" (tradução livre).

Foram localizados dois estudos que fazem referência à obra de Soares como o provável primeiro livro publicado em Pelotas: o artigo acadêmico *Editoras e tipografias no Rio Grande do Sul: publicação e circulação de livros didáticos* (2011, p. 2), dos pesquisadores Elomar Tambara e Eduardo Arriada, ambos professores da UFPel, e o livro **Breviário da prosa romanesca em Pelotas**, de Luis Borges (2007, p. 35).

Além da reprodução das informações constantes na folha de rosto da obra, Tambara e Arriada acrescentam que “trata-se do primeiro livro impresso em Pelotas, inclusive anterior ao estabelecimento dos primeiros jornais. Autor: Antônio Luís Soares, militar português. O proprietário da tipografia é Luís José Campos” (TAMBARA; ARRIADA, 2011, p. 13).

Essa informação havia sido divulgada também por Luis Borges (2007, p. 35), porém, aparentemente, Borges não teve acesso à obra, visto que confunde seu autor, o português Antônio Luís Soares, com o pelotense Antônio Câncio Lopes Soares (1820-1899) e referencia como fonte o **Dicionário biográfico gaúcho** de Pedro Villas-Boas, que apresenta o mesmo equívoco.

Uma referência anterior foi localizada no **Anuário da Academia Politécnica do Porto** dos anos de 1877-1878, que apresenta uma lista dos lentes e diretores da Academia da Marinha e Comércio da Cidade do Porto, com breves informações biográficas acerca de cada um. Dentre os referidos, encontra-se Antônio Luís Soares⁶², nomeado lente do “1.º anno mathematico d'esta academia por decr. e carta reg. de 31 de dezembro de 1836” (1878, p. 250). Após dez anos neste cargo, Soares integrou a Junta do Porto e, após a Convenção de Gramido em 1847, transferiu-se para o Brasil, tendo fundado um colégio em Pelotas.

Sobre este colégio, Monquelat e Pinto (2013) encontraram diversos anúncios no jornal **O Rio-Grandense** entre os anos de 1848 e 1849. Segundo os pesquisadores, na edição de 18 de abril de 1848, eram divulgadas as disciplinas oferecidas no colégio, destacando a importância para a formação dos alunos e recorrendo à experiência de seu diretor como garantia, o qual teria sido “lente de uma das academias politécnicas da europa”

⁶² De acordo com os dados biográficos incluídos no **Anuário**, Antônio Luís Soares nasceu em 1805, na freguesia de Miragaya, cidade do Porto. Era filho de Antônio Luís Soares e Caetana Maria de Jesus. Entre 1819 e 1822, cursou Matemática na cidade do Porto, prosseguindo a seguir com o curso de Inglês. O mesmo anuário informa que Soares “serviu n'uma bateria montada em 1826 contra a divisão do general Silveira, e em toda a campanha do exercito libertador, onde foi 2.º tenente de artilheria, depois 1.º tenente ajudante de campo do commandante geral, e finalmente capitao da 6.ª bateria montada. Foi feito cavalleiro da Torre e Espada por decreto de 9 de junho de 1833 pelo serviço que prestou nas linhas do Porto, ganhando na batalha de 5 de setembro do dito anno o grau de official da mesma ordem (decr. de 25 de setembro de 1833). Os seus serviços nas linhas do Porto e Lisboa foram louvados na ordem do dia de 25 de setembro de 1833. [...] Falleceu em Lordello do Ouro, concelho do Porto, em 23 de Janeiro de 1875”. Cf. ANUÁRIO..., 1878, p. 249-251.

(MONQUELAT; PINTO, 2013, p. 01). Tal colégio estaria provisoriamente situado na rua Alegre, na casa de Cipriano Rodrigues Barcellos⁶³.

Em anúncio do dia 4 de julho de 1848, é notificada a transferência do colégio para um local mais apropriado: a casa de “Candida Flores, próxima ao arroio Santa Bárbara” (MONQUELAT; PINTO, 2013, p. 6). No mesmo anúncio, foi informado que já estavam disponíveis as aulas de primeiras letras, Gramática da língua nacional, Aritmética e Geometria, princípios de Mecânica e de Física, Desenho linear de figura e relativo às Artes, Geografia e Língua francesa, abertas a pensionistas, meio-pensionistas e externos.

Tal instituição, que até então era tratada por “Colégio de meninos na cidade de Pelotas”, na sessão *A pedido*, de 29 de julho do mesmo ano, recebia a denominação de “Colégio de Santa Bárbara” (MONQUELAT; PINTO, 2013). Os autores afirmam que ainda nas edições de 11 e 18 de maio, foi publicada a divisão dos estudos do programa deste colégio com justificativas acerca da relevância de cada uma e, mais de um ano mais tarde, em 10 de novembro de 1849, dois anúncios informavam a inauguração das aulas de Latim, que ainda não eram oferecidas, e a venda da obra **Exposição dos elementos de aritmética para o uso dos estudantes do colégio de Santa Barbara na cidade de Pelotas**, disponível na loja de Daniel de Barros e Silva⁶⁴, na rua da Praia (MONQUELAT; PINTO, 2013).

Em 1851, Antônio Luís Soares regressou para Portugal. Ao final de sua biografia apresentada no **Anuário** (1878), já consta uma referência a essa obra, publicada em 1848 em uma tipografia pelotense.

Sobre o proprietário da referida tipografia, Luís José de Campos (1809-1897), Ari Martins afirma que era um

industrialista, sócio de uma fábrica de cartas de jogar em Pelotas, 1851. Aferidor municipal ali. O mais antigo jornalista que surgiu na Princesa do Sul. [...] Publicou artigos no O Noticiador, que foi o segundo jornal aparecido em Pelotas, 1854, e que dirigiu até 1858 (MARTINS, 1978, p. 120).

Estas informações são confirmadas pelas registradas no **Almanak do Rio Grande do Sul de 1898**, referente aos eventos do ano anterior, o qual traz uma pequena nota biográfica

⁶³ Pai de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcelos, membro da Comissão do exame das Aulas de Primeiras Letras da Vila de São Francisco de Paula em 1832 (Correspondência ao n. 40 d'O NOTICIADOR, 29 maio 1832, p. 171).

⁶⁴ Segundo informações obtidas no site do projeto **Dicionário de Autores**, “É em 14 de junho de 1849 que abre a livraria de Daniel de Barros e Silva, livreiro que atuaria por décadas em Rio Grande, embora mudando várias vezes de endereço: Rua da Praia, 150 (**Rio-Grandense**, a partir de 14 jun. 1849), Rua da Praia, 48 (**O Diário do Rio Grande**, 2 ago. 1855), Rua D. Pedro II, 34 e Rua D. Pedro II, 86 (**Eco do Sul**, 30 set. 1882)”. Disponível em: <<http://www.fontes.furg.br/>>.

de Campos – que havia participado da Revolução Farroupilha, servindo ao exército republicano – por razão de seu falecimento em 17 de maio de 1897.

Sobre a fábrica de cartas, no **Almanak** (1898, p. 60) consta que “teve em Pelotas uma fabrica de cartas de jogar, talvez a unica que existisse no estado”. Logo, além da impressão de livros e periódicos, Campos, em sociedade com seu sogro João Souza, aproximadamente pelo ano de 1850, teria aberto tal fábrica. Embora o negócio não tenha progredido, pouco após ter falecido, um baralho “realmente precioso, pela sua antiguidade e original na concepção” [...] visto que nele os naipes usuais foram substituídos “por desenhos dos quatro principaes productos do Brazil – café, fumo, algodão e canna” (ALMANAK..., 1898, p. 60 apud CORREIO MERCANTIL, 20 maio 1897) foi, por um período, exposto em uma das vitrines da Livraria Americana.

Segundo Carlos Rizzini (1977), o Estado manteve até 1821 o monopólio na impressão de cartas de jogar. O autor comenta ainda que

as primeiras prensas coloniais forma usadas para reproduzir figuras de baralhos clandestinos, gravados em chapas de madeira provavelmente vindas do reino, ou, quem sabe, aqui lavradas, pois falsificar cartas de jogo era crime tão rendoso quanto cunhar dinheiro (RIZZINI, 1977, p. 176-177).

Porém, segundo o **Almanak** (1988, p. 60), o dono da primeira tipografia que publicou em Pelotas faleceu aos 88 anos de idade, “chegado a extrema velhice e reduzido á miseria, o velho Campos exercia o cargo de aferidor municipal e ainda na vespera de morrer trabalhara no seu mister até encerrar-se o expediente da repartição”.

A segunda tipografia, responsável pela publicação do primeiro jornal pelotense, foi a Imparcial, de Cândido Augusto de Melo. Na edição do **Diário Popular** de 7 de novembro de 1901, comemorativa ao primeiro jubileu da imprensa pelotense, são apresentadas algumas informações sobre Melo, considerado o pioneiro da impressão gráfica em Pelotas, o qual teria chegado à cidade de Rio Grande junto a uma companhia dramática, que trazia entre seus pertences uma imprensa.

No período em que permaneceu em Rio Grande, entre os anos de 1845 e 1851, Cândido Augusto de Melo fundou alguns jornais, dentre eles: **Rio-Grandense** (1845-1846), **O Artilheiro** (1849), **Rosa Brasileira** (1851) e **A Imprensa** (1851). Gisele Pereira Bandeira (2008, p. 265) destaca um anúncio do “Livreiro de Pelotas” publicado no **A Imprensa**, de 18 de junho de 1855, no qual é oferecida a obra **Fábulas**, de La Fontaine. Este jornal, como foi bem aceito em Pelotas, contribuiu favoravelmente para que, ainda em 1851, Melo se

transferisse para a cidade e nela fundasse **O Pelotense**, no mesmo ano (DIÁRIO POPULAR, 7 nov. 1901). Em 1854, Melo fundou também o jornal **O Grátis** (1854).

Além disso, como tipógrafo, publicou alguns textos poéticos de Antônio José Domingues. Foi um dos primeiros livreiros da cidade, já que no exemplar d'**O Pelotense** de 7 de dezembro de 1854, encontra-se o seguinte anúncio: “Vendem-se FOLHINHAS 1855 na loja de livros de Mello”.

Em 1855, Cândido Augusto de Melo retornou com seus negócios (tipografia e loja de livros) para Rio Grande, tendo reconhecida publicamente sua contribuição à vida cultural rio-grandina (BANDEIRA, 2008), mas continuou publicando jornais em Pelotas – como o **Diário de Pelotas** e **O Grátis de Pelotas**, ambos em 1859. Segundo Ari Martins (1978, p. 360), posteriormente, Melo foi para Jaguarão, Porto Alegre e Rio de Janeiro⁶⁵. Não foram encontradas referências acerca de Cândido Augusto de Melo e suas atividades após 1869; inclusive sobre o local e a data de falecimento do mesmo.

O primeiro jornal de Pelotas foi impresso na tipografia Imparcial, localizada na rua Alegre Canto da Palma e tinha como editor, além de Melo, o proprietário, José Antônio da Silva Chaves (O PELOTENSE, 10 mar. 1853). Ao longo dos anos de circulação d'**O Pelotense**, de 1851 a 1855, este periódico teve um importante papel como estimulador e propagador da literatura, já que, em suas páginas, havia anúncios de venda de livros, de chamadas para atividades no teatro e a presença constante de folhetins.

Diferente d'**O Noticiador** de Rio Grande, que se apresentava como um jornal “político, literário e mercantil”, mas pouco tinha de caráter literário, exceto pela inserção de poemas e a descrição de outras atividades culturais, **O Pelotense**, que se identificava como um periódico “comercial, político e de notícias”, tinha suas páginas marcadas pela forte presença de atividades culturais e literárias.

As manifestações de maior representatividade foram as relacionadas ao teatro e à literatura. Após ter passado por um longo período com suas portas fechadas, o Teatro Sete de Abril tornou-se um dos principais núcleos culturais da cidade. Dentre as diversas atividades

⁶⁵ No Rio de Janeiro, Melo estabeleceu-se como tipógrafo da Rua do Sabão, 130, onde fez a impressão de várias obras como **Sistema métrico nacional apropriado à instrução primária** (1862), de Pedro de Alcântara Lisboa, **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro** (1863), de Joaquim Manoel de Macedo, **Qual a natureza e tratamento das urinas vulgarmente chamadas leitosas ou chyluria, e razão da sua frequencia nos paizes intertropicaes?** (1864), de José Pereira de Guimarães, **Ao Imperador: Cartas** (1866), de José de Alencar, **Chrestomathia classica da lingua portuguesa: epitome dos principaes generos do discurso prosaico** (1868), de Antônio Maria Chaves e Melo, e **Supremo Tribunal Federal com Representação dirigida a directoria do Banco do Brasil** (1869), de Antônio José Ferreira Leal e Francisco Raymundo Luiz dos Santos.

realizadas ao longo do ano de 1852, destacam-se as motivadas pela visita do então Conde de Caxias⁶⁶.

N'O **Pelotense** de 4 de junho, uma nota do presidente e do secretário da Câmara Municipal solicitava a todos que iluminassem suas residências para receber o presidente da Província, o Conde de Caxias (O PELOTENSE, 4 jun. 1852). Na edição seguinte, encontrava-se o anúncio das festividades que seriam realizadas no Teatro Sete de Abril pela razão da chegada do conde, programação composta por um “lindo e variado espetáculo dramático de grande gala [...] pela sociedade dramática Hespanhola Brasileira” (O PELOTENSE, 5 jun. 1852), além da descrição das demais atividades de praxe em todos os momentos festivos. A peça dramática **Os juramentos por vida** foi apresentada no idioma espanhol, seguida de uma canção andaluza, intitulada **El currillo**, por Dolores Pendaz. Foram também apresentados o drama **Flora e Florentino ou Deus os cria e eles se juntam** e, como encerramento, um “lindo bailado andaluz, vestido a caracter, denominado **Las mollaras sevillanas**” (O PELOTENSE, 5 jun. 1852).

Em uma edição posterior às festividades, os fatos foram relatados de maneira mais precisa. Durante o baile, Manoel Lourenço do Nascimento Filho, recitou uma ode de autoria de Antônio José Domingues, “oferecida a S. Exc. o Sr. Conde de Caxias, por ocasião do seu regresso a esta cidade, depois de terminada sua gloriosa empresa” (O PELOTENSE, 16 jun. 1852). Uma nota interessante nesta mesma edição informa que o “músico da Guarda nacional, José Oriol se recusou a tocar e a consentir que os outros músicos toquem no espetáculo que a sociedade Hispano-Brasileira ofereceu ao Conde de Caxias” (O PELOTENSE, 16 jun. 1852).

Nesta ocasião, os pelotenses homenageavam seus líderes e comemoravam a vitória do Brasil e países aliados contra Argentina, na Guerra do Prata (1851-1852), na qual o que estava em jogo era a hegemonia na região do Rio da Prata (IGLÉSIAS, 2002).

O jornal destaca o empenho dos pelotenses na preparação do ambiente e na acolhida ao conde. Segundo a mesma edição, de 16 de junho, quando o conde entrou na sala cuidadosamente ornamentada, foi homenageado com um hino cantado por Henriqueta Gomes, composto por Antônio José Domingues e posto em música por J. Teixeira Reis. Em seguida, o próprio Domingues recitou outro seu texto intitulado *Saudação*, igualmente em homenagem ao Conde (O PELOTENSE, 22 jun. 1852).

Na seção de anúncios desta mesma edição, constava a informação de que seriam impressas pela tipografia Imparcial todas as produções de Antônio José Domingues relativas à

⁶⁶ Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), à época conde, mas a partir de 1869, o Duque de Caxias.

questão do Prata (O PELOTENSE, 22 jun. 1852) e, no dia 28 do mesmo mês, o poema *Saudação*, datado de 17 de junho de 1852, foi disponibilizado ao público nas páginas d'**O Pelotense**, com a dedicatória “Saudação a S. M. O Imperador pela parte que tiverão seus dignos bravos nos triumphos do exercito alliado á quem, e além do Prata” (O PELOTENSE, 28 jun. 1852).

No dia 7 de setembro, como de costume desde a década de 1830, os pelotenses comemoraram o aniversário da Independência do Brasil. Na programação do ano de 1852, estavam o hino nacional, cantado na presença da efígie do imperador e a apresentação da orquestra, a qual representou **O sineiro de S. Paulo**. No dia 8, a apresentação dividiu-se em três momentos: o drama *vaudeville* **O remendão de Smyrna, ou Um dia de soberania**, do francês Luís Antonio Burgain (1812-1877), a peça jocosa **O mascate italiano**, cantada por João Tomás Sirolo, e, por último, a comédia – embora citada como drama na propaganda do jornal – **Os dous, ou O inglez machinista**, de Martins Pena (O PELOTENSE, 4 set. 1852), a qual foi representada em 1845 no Rio de Janeiro, o que já demonstra uma afeição do público pelotense por autores e temas nacionais, aspecto ainda incomum na região.

Nesse período, o teatro era um dos principais espaços para as festividades e realização de atos cívicos, mas impulsionava-se cada vez mais para uma vida independente de datas comemorativas e tornava-se um espaço de lazer e diversão cotidiano para a elite pelotense.

Se na década de 1830 existiam pequenas sociedades e grupos de estudantes que se empenhavam por organizar e representar peças, na década de 1850, Pelotas já estava na rota de grupos estrangeiros e nacionais de teatro, dança e música, como a Sociedade Dramática Hispano-Brasileira, a Companhia de Ginástica francesa Hénault, a Companhia Dramática de João Tomás Sirolo, entre outras.

Dentre as apresentações da companhia francesa, havia um espetáculo de exercícios de ginástica, no qual um homem – Alfredo Wantrigant – andava sobre uma corda imitando a manobra de soldados, entre outras performances de um típico show de acrobacias. O grupo representou também a peça cômica **A noite, ou as aventuras do criado** (O PELOTENSE, 16 jun.; 4 jul. 1852).

Outras peças cômicas foram apresentadas, como **Antonio, ou O máo uso do talento**, representada pela Sociedade dramática Hispano-Brasileira, que, segundo o jornal, é “rica em moralidade serve de exemplo a algumas esposas que esquecendo só devem ter um amor, repartem este” (O PELOTENSE, 16 jul. 1852) e **O recruta, ou amor e gloria** (O PELOTENSE, 15 nov. 1852).

Ao longo de 1852, diversos anúncios publicados n' **O Pelotense** indicavam as peças que seriam representadas no Sete de Abril, entre elas duas de autores portugueses: **Dom João I, rei do Portugal ou O pagem de Aljubarrota** (1846), de José da Silva Mendes Leal, (1818-1886), no dia 20 de agosto, e **Frei Luiz de Souza** (1843), de Almeida Garrett (1799-1854), no dia 11 de outubro. E outras tantas de autores franceses, tais como **Thereza** (1832) e **Kean, ou Desordem e genio**, de Alexandre Dumas (1802-1870), respectivamente nos dias 22 de setembro e 31 de outubro; **Os sete infantes de Lara** (1836) de Jean Pierre Félicien Mallefille (1813-1868), no dia 28 de setembro; **Pedro Sem, que já teve e agora não tem**, do já citado Luís Antonio Burgain, nos dias 11 setembro e 10 de outubro. Além desses, a peça **A justiça de Deus**, apresentada em 27 de agosto, é identificada no jornal como uma “produção do teatro francez” e o *vaudeville* **Os mistérios de Paris, a família Morel**, apresentado em 16 de novembro, é baseado na obra de Eugène Sue⁶⁷.

Outras peças foram apresentadas no Teatro Sete de Abril em 1852 e anunciadas pel' **O Pelotense**, como os dramas **Catharina Howard, rainha de Inglaterra** (15 ago.), **O crime ou Vinte anos de remorso** (15 set.), **Preboste de Paris**, apresentado pela Sociedade Philo dramática (8 out.) e os dramas *vaudeville* **Arthur ou Depois de 16 anos** e **Cosimo ou O príncipe criador** (13 out.), **D. Cezar de Basan** (10 nov.), entre outros.

Numerosas também foram as farsas jocosas, como a **Nova roda viva, ou A emancipação das senhoras**, que segundo o periódico tratava-se da “imitação de uma das pessoas que compoem a sociedade. Enredo do tecido entre politica, liberdade, emancipação, loucura e ridiculo” (O PELOTENSE, 16 jul. 1852). No exemplar de 15 de setembro, há a divulgação da comédia **O noivo do Algarve**, da atriz e autora portuguesa Gertrudes Angélica da Cunha, cujo texto foi publicado no Rio de Janeiro em 1848, e no dia 11 de outubro é anunciada a apresentação **O Judas em sábado de aleluia**, outra comédia de costumes de Martins Pena.

Das diversas outras farsas divulgadas pelo jornal **O Pelotense** em 1852, não se obteve maiores dados. Entre elas: **Os vinte contos de réis** (15 ago., 10 out.), **O par de França** (20 ago. 1852), **A inimiga dos homens ou A estatua animada** (27 ago.)⁶⁸, **Uma de tantas** (11 set.), **Quero ser comico** (22 set.), **O official reformado** (28 set.), **A flauta magica** (31 out.), provavelmente baseada na ópera de Mozart, **O morto embargado** (10 nov.) e **Acabou-se a loteria** (15 nov.).

⁶⁷ Conforme Hebe Cristina da Silva (2009), o jornal carioca **A Marmota**, de 25 de fevereiro de 1859, anuncia essa mesma peça, baseada no romance, a ser apresentada no Teatro de S. Januário.

⁶⁸ O jornal carioca **O Diário Novo** de 23 de novembro de 1842 cita a apresentação deste texto teatral, igualmente sem indicação de autoria ou qualquer outro detalhe.

Também eram comuns os duetos cantados como os apresentados por João Tomás Sirolo e por Anna Maria da Silva, **O meirinho e a pobre** (O PELOTENSE, 20 ago. 1852) e **As trombetinhas** (O PELOTENSE, 15 set. 1852), ou o formado por Theresa Questa e Anna Maria da Silva, **Entre o sexo feminino enganar não admira** (O PELOTENSE, 27 ago. 1852) e o **A sentinela da cadea** (O PELOTENSE, 22 set. 1852).

Além destes, há referências mais esparsas a apresentações artísticas n' **O Pelotense**, de 16 de julho de 1852, que mencionam o bailado espanhol dançado **A jota Aragoneza** e a tordilha **Atagona**, além de algumas apresentações breves nos intervalos das atividades como no dia 13 de outubro, quando foram apresentadas músicas da ópera **Lúcia de Lamermour**, do autor italiano Gaetano Donizetti, executada pela banda militar dirigida por Miguel Ravaza (O PELOTENSE, 11 out. 1852) e o dançado **O cossaco russo**, executado por João Tomás Sirolo e Theresa Questa (O PELOTENSE, 15 nov. 1852).

A literatura também teve significativa atenção deste periódico. O exemplar do dia 21 de fevereiro de 1852 apresenta um poema, com autoria atribuída a V. Boas e datado de 1649. Os versos, nos quais o eu-lírico revela-se apaixonado por uma moça de olhos negros, foi transcrito do jornal rio-grandino **Rosa Brasileira**. Assim como esta, várias outras expressões literárias podiam ser encontradas no periódico, tanto poesias reproduzidas de outros jornais, como as enviadas por leitores ou contribuidores, como é o caso de José Antônio do Vale Caldre e Fião, que durante um ano, entre 1852 e 1853, abasteceu as páginas d' **O Pelotense** com trechos de seu romance **O Corsário**, publicado em 1851, no Rio de Janeiro, no formato de folhetim.

A edição do dia 4 de outubro de 1852 trazia, entre suas páginas, a transcrição do poema **A noite da minha terra**, do mesmo autor, parte integrante da página 163, do 2º tomo da obra **A Divina Pastora** (1847), segundo informa o jornal. Segundo comentário veiculado nesse periódico, tal poema, escrito por Caldre e Fião em 20 de novembro de 1845, no Rio de Janeiro, expressaria um eu-lírico em contemplação da “harmonia do céu brasileiro, sentado em sua varanda na cidade de S. Salvador do Rio de Janeiro, comparava a noite n' esta cidade, com a da capital de sua província natal” (O PELOTENSE, 4 out. 1852). A comparação comentada pode ser percebida nos versos que seguem:

Aqui é tudo tristeza
Quando vem da noite a face,
Não goza do amor enlace
A tristonha natureza.

Mas lá no meu Porto Alegre

Como és, noite, graciosa!
 Lá tu não tens quem te regre
 Com matina ruidosa
 (CALDRE E FIÃO, 1845. In: O PELOTENSE 4 out. 1852).

Esta temática, qual seja, da comparação e da saudade da terra natal, encontrava-se em voga na época, haja vista poesias como a *Canção do exílio* (1843), de Gonçalves Dias, revelando um autor em consonância com a produção literária nacional e com o período romântico. Ao analisar tal característica, Artur Vaz comenta que “em seu romance *A divina pastora* (1847), Caldre e Fião faz o provável primeiro intertexto do poema [...], pois é datado de 20 de novembro de 1845, portanto antes da publicação da ‘Canção do Exílio’” (VAZ, 2003, p. 226).

No jornal, encontra-se ainda um elogio a Caldre e Fião, que ainda um jovem estudante (em 1845), deu provas de seu patriotismo, “em uma época em que nada invocava dos seus conterraneos, é por certo digno de nascer no solo do Rio Grande, com tudo, é tal a confiança que deposita nos rio-grandenses, protectores do genio” (O PELOTENSE, 4 out. 1852).

Como já comentado anteriormente, o romance **A Divina Pastora** teve sua primeira edição em 1847, mas por um longo período de tempo esteve desaparecido, logo, foram referências como esta que comprovaram a existência da obra, mantendo vivo o interesse de pesquisadores, como Guilhermino Cesar, que passou décadas em busca de um exemplar, e Adão Monquelat, que afirma tê-lo encontrado em um sebo em Montevidéu, possibilitando a reinserção deste na literatura do Rio Grande do Sul.

Na edição de 20 de abril de 1852, um poema anônimo era dedicado a “À Illm. Sra. D.L.G” e o número seguinte (de 21 abr. 1852) apresentava a transcrição de uma poesia da **Revista Popular Lisbonense**, assinada por Emílio Augusto Zaluar. Na seção de *Crítica Literária d'O Pelotense*, ao longo do mês de junho de 1852, foi publicado um ensaio crítico acerca da obra de poesias **Dores e flores**, de Zaluar. O estudo ocupou diversas edições do periódico pela extensão do texto, carregado de reflexões e de uma leitura minuciosa da referida obra.

Encontram-se também, n'**O Pelotense**, poemas assinados pelo “mulato Maceió”, nas edições dos dias 24 e 26 de fevereiro. Assim como a poesia “Ao Exm. Sr. Barão de Porto Alegre por ocasião de seu feliz regresso”, de Delfina Benigna da Cunha, transcrito do *Rio-Grandense*, e dedicada ao Barão de Porto Alegre:

Arfando o peito meu de gosto ingente,
 Cultos rende ao renome teu súbito

Tens ó Marques os louros merecido
Com que hoje adornada vês a frente.

Encômios mil a Pátria reverente
Te oferece Oh! Herói esclarecido,
A ti que tens com a espada enriquecido
Ao nosso Império vasto e florescente.

Oh! Pátria! Oh! Minha Pátria exulta, canta
Hinos de gratidão ao nosso invicto
Herói cujo valor ao mundo espanta.

Tem Oh! Marques teu nome a fama escrito
Num padrão imortal que te levanta
A Pátria ouvindo da vitória o grito.
(O PELOTENSE, 30 jun. 1852).

Esse poema não consta nos livros publicados por Delfina, nem mesmo na tese “Delfina Benigna da Cunha: recuperação crítica, obra poética e fixação de texto”, de Suzana Maria Santin, (PUCRS, 2011). Além dos textos poéticos, nos dias 10 e 24 de maio de 1852, foram publicadas charadas em forma de versos.

O jornal oferece também uma mostra das leituras realizadas na época, por meio de alguns anúncios de obras à venda na cidade, como **A Salamandra**, romance disponível na própria tipografia (O PELOTENSE, 19 maio 1852), **O livro do destino, ou Jogo de sortes para as noites de S. João e S. Pedro**, disponível na rua da Horta (O PELOTENSE, 25 de jun. 1852) e as poesias de Antônio José Domingues, impressos e disponível pela tipografia Imparcial (O PELOTENSE, 18 out. 1852).

Desta forma, pelas páginas deste periódico, é possível conhecer também alguns traços da cultura dos pelotenses, não apenas por suas manifestações artísticas, mas também tendo em vista seus costumes. **O Pelotense** de 7 de janeiro de 1852 reproduz o incômodo sentido por um leitor, descrito como “um convidado imparcial”, o qual teria reclamado da narração da folha de número 22, a respeito de um *soirée* que teria ocorrido na casa de Antônio José Domingues, na qual houve “uma ‘omissão offensiva’ ao mérito artístico do Sr. José Teixeira dos Reis, que tocava rebeca. Apesar dele não ter tocado as peças primorosas para não cansar a senhora que o acompanhava no piano, elle deve ter ser merito reconhecido” (O PELOTENSE, 7 jan. 1852). Além de indicar a realização de atividades fora do espaço público, ou seja, na residência de um dos agitadores culturais da cidade, ainda revela os pequenos conflitos enfrentados por estas pessoas.

Sabe-se também, por meio de anúncios e comentários, que havia ao menos três locais onde eram realizados bailes: a Sociedade Recreação Pelotense (O PELOTENSE, 22 e 24 jan.

1852), uma sala de danças inaugurada por Augusto Wofmaster (O PELOTENSE, 24 maio 1852) e a Sociedade Harmonia Pelotense (O PELOTENSE, 6 dez. 1852).

Quanto aos aspectos religiosos, poucas informações foram obtidas. Embora o *Te-Deum* fosse um momento quase que obrigatório em todas as festividades da cidade, os únicos dois anúncios encontrados acerca de festas religiosas foram sobre as festividades de *Corpus Christi*, para a qual o presidente e o secretário da câmara municipal chamam os habitantes da cidade a participar (O PELOTENSE, 4 jun. 1852). Na edição do dia 16 de junho, no entanto, encontrava-se a observação de que a “igreja estava bem arranjada, mas a musica era enfadonha e desafinada”.

Por último, a edição do dia 6 de dezembro noticiava as comemorações do dia 2 de dezembro, aniversário do imperador, o qual foi festejado com um *Te-Deum* às expensas da câmara municipal e com um baile na Sociedade Harmonia Pelotense à noite.

Nos escassos exemplares de 1853, pode-se perceber a expansão dos artigos de opinião, com uma significativa carga doutrinária, como *A escolha de uma boa esposa*, crônica que fala sobre os prós e contras do casamento, escrita por José Antônio do Vale Caldre e Fião (22 mar. 1853), *O caluniador*, artigo sobre os danos da calúnia aliados à vida pública da cidade, assinado por Z. (16 abr. 1853), *A missão da mulher*, sobre a “sublime honra da mulher e da sua missão que é a de ser boa filha, esposa fiel e mãe cuidadosa” (29 out. 1853), e *Perversão do instinto genésico*, que aborda as diversas depravações sexuais na história, desde o Marquês de Sade até a época de publicação desta obra (1 nov. 1853), ambos escritos por Cândido Augusto de Melo.

Do ano de 1854, vale destacar a quantidade de sonetos, hinos e odes que tiveram sua produção motivada pela vinda do ator João Caetano dos Santos⁶⁹ a Pelotas. A edição de 7 de dezembro de 1854, d'**O Pelotense** fala sobre o espetáculo *Ernani*, apresentado pela Companhia Lírica, no dia 4 de dezembro do mesmo ano em homenagem a João Caetano dos Santos “pela reentrada nos palcos para encenar *O Marinheiro de San Tropez*, cujo público aplaudiu de pé” (O PELOTENSE, 7 dez. 1854). Nesta mesma ocasião, Antônio José dos Santos Neves recitou o *Soneto a João Caetano dos Santos*, de autoria de Cândido Augusto de Melo:

⁶⁹Segundo informações obtidas através do artigo *A vinda do maior ator do Império ao extremo sul brasileiro* (2011), de Leandro Kerr Gimenez, João Caetano dos Santos (1808-1863) é considerado o primeiro teórico da arte dramática brasileira. Funda, em 1833, a Companhia Nacional João Caetano e publicou **Reflexões dramáticas** (1837) e **Lições dramáticas** (1862). João Caetano criou um perfil para o ator brasileiro, tendo sido um ator excepcional, dentro e fora do palco, tornando-se um mito, um “herói cultural”.

Ha no Brasil, na América, no mundo
Tres nomes que conquistaram dos mortaes
O pasmo e o acatamento mais profundo.

A história que os aponta sem rivaes,
Sem realeza quer
Pedro II, João Caetano e Monte Alverne⁷⁰ iguaes.
(O PELOTENSE, 7 dez. 1854)

Nestas duas estrofes finais, é possível perceber o tom exacerbado com que foi aclamado o ator, visto que este é colocado em pé de igualdade com o imperador, que como já foi exposto em outros momentos neste estudo, por representar a liberdade, a emancipação do país, era uma figura idolatrada pelos brasileiros.

Segundo Leandro Gimenez (2011), em seu estudo sobre o impacto da visita de João Caetano dos Santos no sistema literário de Rio Grande, oito peças seriam encenadas em cada uma das cidades, divididas em duas partes. Na primeira fase, foram apresentados **A Dama de Saint Tropez**⁷¹, uma aventura do dramaturgo francês Anicet Bourgeois (1806-1870), que “narra a história de uma mulher que abriu mão de sua felicidade, casando-se com um homem que não amava, para não deixar o pai na miséria” (GIMENEZ, 2011, *online*); **Dom Cesar de Bazan** (1844), dos franceses Adolphe d'Ennery (1811-1899) e Philippe-François Dumanoir (1806-1865), seguido da comédia **A inimiga dos homens; A gargalhada**, “drama em três atos, de composição do francês Jacques Arago (1790-1854)” (GIMENEZ, 2011, *online*), seguida da comédia **Quem porfia mata caça**. Por último, **Otelo ou O Mouro de Veneza**, de William Shakespeare (1564-1616), traduzida por Gonçalves de Magalhães (1811-1882), seguida da comédia **Uma noite de condescendias**.

Na segunda fase, foram apresentados **Os seis degraus do crime; Mariana ou A vivandeira; Antônio José ou O Poeta e a Inquisição; A nova Castro**, do português João Batista Gomes Júnior (1775?-1803), tragédia que narra a história de Inês de Castro (1320-1355), amante de D. Pedro I de Portugal, antes de este assumir o trono. Sobre **Antônio José ou O Poeta e a Inquisição**, Gimenez (2011) destaca que esta

foi a primeira tragédia escrita por um brasileiro, Gonçalves de Magalhães (1811-1882), e com abordagem nacional. Trata-se de um drama romântico em verso, publicado em 1838. João Caetano dos Santos, ao encenar autores nacionais, rompeu com a tradição predominante, totalmente influenciada pela dramaturgia portuguesa.

⁷⁰ Frei Francisco do Monte Alverne (1783-1858), foi um teólogo, pregador passante e professor de filosofia e retórica. Alcançou o posto de Pregador Real em 1816. Foi responsabilizado por Gonçalves de Magalhães como precursor das ideias românticas no Brasil. Cf. DURAN, Maria Renata da Cruz. Frei Francisco do Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo. **Revista Intellectus**, ano 3, v. II, 2004. Disponível em: < <http://migre.me/d6Nwa>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

⁷¹ De acordo com **O Pelotense** de 7 de dezembro de 1854, o nome da peça seria **O Marinheiro de San Tropez**.

Leandro Gimenez desenvolveu sua pesquisa principalmente a partir do periódico rio-grandino **O Rio-Grandense**, o qual circulava na mesma época que **O Pelotense** e, assim como **O Noticiador**, analisado anteriormente neste estudo, apresentava diversas notícias da cidade vizinha.

Na noite da primeira apresentação de João Caetano em Pelotas, foram feitas diversas homenagens, transcritas na íntegra no exemplar de 7 de dezembro de 1854 d'**O Pelotense**. Domingos Manoel de Oliveira Quintanal declamou uma ode a João Caetano, com dedicatória “Ao primeiro actor do mundo; o grande João Caetano dos Santos, em 17 de novembro de 1854”. Em seu conteúdo, o texto poético refere a alguns outros autores e atores do teatro, tais como Molière (1622-1673) e Edmund Kean (1787-1833), demonstrando um bom conhecimento teatral do autor.

Outro poema, intitulado *Saudação*, dedicado “Ao ilustre artista João Caetano por ocasião do seu reaparecimento na scena do RJ em 17/11/1854” não apresenta um autor, mas segundo Leandro Gimenez (2011), este mesmo texto foi publicado n'**O Rio-Grandense** de 16 de setembro, como mais uma produção de Antônio José Domingues; um poema iniciado pelo verso “*Salve estrella do Sul que o acolheste*”, sem indicação de autoria, o poema *Ao Nome do Heroe do Brasil, João Caetano dos Santos*, de Augusta Emília da Silva Fontoura, o *Soneto ao inimitável João Caetano dos Santos*, assinado por H. G. S., e por fim um hino “Ao actor João Caetano dos Santos, por ocasião do seu reaparecimento em scena no Theatro de S. Pedro de Alcantara em 17 de novembro de 1854”, sem autor declarado (O PELOTENSE, 7 de dezembro de 1854).

Dessa maneira, percebe-se que a presença de um ator reconhecido nacionalmente interfere positivamente na cultura local, pois – além da apresentação de suas peças – a figura de João Caetano não só cativou a imaginação poética dos pelotenses, como foi além, pois a população local tinha-o como um ícone da cultura erudita que abrilhantava mais ainda a cultura local e por isso rendiam-lhe homenagens de todas as formas.

No exemplar de 27 de fevereiro de 1855, além de dois poemas transcritos de outros periódicos – *Ayneré*, de Augusto Frederico Colin, e *Laura (n'um album)*, sem indicação de autoria – encontra-se uma lista de obras que estavam à disposição para venda na loja de papel e livros. Além de dicionários, como os “de Moraes, Constancio, Roquette, de três literatos e de Fabula” (O PELOTENSE, 27 fev. 1855), predominam livros das áreas de História e Geografia, tais como **História Universal resumida para uso nas escolas**, de Peter Parley, pseudônimo de Samuel Griswold Goodrich (1793-1860), obra traduzida e publicada pela

Laemmert em 1852; a **Revista Histórica de Portugal, desde a morte de D. João VI até o falecimento do Imperador D. Pedro**, com a observação de tratar-se de um exemplar da segunda edição, mais completa e acrescentada de um suplemento “Até a Restauração da *Carta Constitucional*”. Tal revista, de autoria de José de Oliveira Berardo (1805 - 1862)⁷², foi publicada pela primeira vez em Coimbra, em 1840 e a segunda edição data de 1846. Também, a **História de Napoleão: desde o nascimento até a sua morte** (1846), de Caetano Lopes de Moura.

Sabe-se que o **Dicionário geográfico, histórico, político e literário do Reino de Portugal e seus domínios**, foi publicado em 1850 por Paulo Perestrelo da Câmara (1810-1854). O próprio anúncio explica que tal dicionário “contém descrição de províncias, cidades, vilas, aldeias, população, agricultura, rendimento, despesa, forma de governo, costumes, genealogia de príncipes e princesas, etc.” (O PELOTENSE, 27 fev. 1855); enquanto que do **Mapa geográfico: estatístico e topográfico de Portugal e seus domínios em 1853** não foram localizadas referências.

Destacam-se também dois títulos somente do gênero literário: **Theresa Dunoyer**, de Eugène Sue, publicado originalmente em francês em 1842, e **Comboy de Mentiras**, de José Daniel Rodrigues da Costa, publicado em Lisboa em 1820. Além destes, uma obra de caráter prático aos leitores: o **Mensageiro dos Amantes**, de Damião Casamenteiro, descrito no **Catálogo da Livraria Universal de H. Laemmert & C.**⁷³ (1865, p. 22) como “**Mensageiro dos amantes** ou Carcaz de Flexas Amatorias. Manual Epistolar galante, contendo exemplos praticos em cartas amatorias que podem com vantagem conduzir a effectuar um feliz hymeneu, composto para uso de ambos os sexos”; e uma de cunho religioso, **O Anjo Custódio**, descrito no próprio anúncio como um “manual de orações dos devotos da Terra de Santa Cruz”, direcionado para senhoras (O PELOTENSE, 27 fev. 1855).

De autores ou temáticas nacionais, consta somente **Auditor brasileiro**, obra publicada por Ladislau dos Santos Títara, autor baiano que então residia no Rio Grande do Sul, e a *Nova Lei da – “Guarda Nacional”*, referência à **Lei N. 602 – de 19 de setembro de 1850. Dá nova organização à Guarda Nacional do Império**⁷⁴, que, segundo o próprio título, trata da

⁷² Cf. **Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**, Volume V, pág. 1034. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/berardo.html>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

⁷³ Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=nRY0AQAIAAJ>>. Acesso em: 10 fev. 2013

⁷⁴ Cf. **Collecção das Leis do Imperio do Brasil**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_27.pdf#page=5>. Acesso em: 10 fev. 2013.

organização da Guarda Nacional e determina que esta se mantenha subordinada ao ministro da Justiça e aos presidentes de província.

Aproximadamente um ano antes de Cândido Augusto de Melo regressar a Rio Grande, já havia outro jornal circulando na cidade, o **Noticiador**, de Luís José de Campos, apresentado como uma “folha commercial, literaria e noticiosa” (NOTICIADOR, 25 fev. 1860). Na edição de 25 de fevereiro de 1860, encontram-se referências às festividades do Carnaval, charadas, o anúncio de peças teatrais – o drama **Nobreza d'alma**, a comédia **Pai de uma atriz** e a cena cômica **Os efeitos do vinho novo**.

Em 1855, começa a ser publicado **O Brado do Sul**, impresso na Tipografia Comercial, que teve como editores Carlos de Koseritz, até 1858, e Domingos José de Almeida, o qual também era o proprietário⁷⁵. No cabeçalho dos exemplares de 1861, a frase “Editor responsável: Domingos José d'Almeida” foi substituída por “Redactores: diversos”.

Segundo Juliane Cardozo de Mello (2011, *online*), Koseritz “é conhecido no estado por ser um dos divulgadores de correntes filosóficas em voga na Europa como o determinismo, o evolucionismo e o cientificismo, e é também um dos promulgadores do germanismo”. Na vida cultural de Pelotas e região à época estudada, Koseritz foi uma figura destacada, com suas atividades como escritor, redator, professor e político contribuindo com a construção de um painel do processo formativo do sistema literário pelotense, já que esse escritor, além de ter sido um formador de opinião, também foi um dos primeiros a publicar ficção em imprensas pelotenses.

Em 1858, Carlos de Koseritz publicou o romance **A donzela de Veneza**⁷⁶, que assim como os romances de Caldre e Fião, apresenta diversos problemas estruturais, mas obedece aos padrões do período e ao estilo romântico, buscando entrar em consonância com os romances europeus. Nele, Koseritz apresenta o romance entre a donzela Flora, sobrinha do ditador Daniele Manin, e Alfredo Patucci, um jovem capitão do exército do imperador austríaco.

O início e o encerramento da narrativa são marcados por interações entre o casal, mas o que dá corpo à mesma é a inserção de diversos episódios protagonizados por Daniele Manin. Segundo Koseritz, no prefácio da obra, tais episódios foram colhidos das crônicas, da

⁷⁵ Segundo Mario Osório Magalhães (1993), a perspectiva de Carlos de Koseritz não teria sido bem aceita entre os pelotenses, visto que, em outubro de 1858, após uma série de desentendimentos, Koseritz foi espancado, culminando na transferência da função de editor de **O Brado do Sul** para Domingos José de Almeida.

⁷⁶ A leitura desta obra foi possível devido à gentileza do professor e pesquisador pelotense Luis Borges que disponibilizou uma cópia da mesma ao projeto de pesquisa “Dicionário de autores do Rio Grande no século XIX” para fins de somá-la a dois outros romances do autor – **Um drama no mar** (1862) e **Laura, também um perfil de mulher** (1875) – em volume organizado pelos pesquisadores Artur Emilio Alarcon Vaz e Juliane Cardozo de Mello, a ser publicado pelo Instituto Estadual do Livro.

imprensa da época. O primeiro gira em torno da descoberta de uma cisterna, que mal vigiada pelos guardas venezianos poderia ter facilitado a invasão da cidade pelo exército austríaco. Este evento resultou no sacrifício dos guardas responsáveis, revelando a frieza do ditador. O segundo narra um desentendimento entre Manin e um gondoleiro gerado em meio ao caos instaurado nos subúrbios da cidade e agravado quando tal gondoleiro começou a incitar as massas a rebelarem-se contra o regime. Arelado a este evento, o terceiro descreve o enfrentamento das massas enfurecidas, comandadas pelo gondoleiro, contra o ditador, a guarda e a assembleia republicana – que só foi controlado pela notícia de que Giuseppe Garibaldi teria vencido os franceses e os napolitanos e que um carregamento de alimentos encaminhava-se à Veneza. Por último, uma tentativa dos frades e freiras responsáveis pelo hospital de organizar uma expedição secreta ao acampamento austríaco.

O próprio Carlos de Koseritz no prefácio da obra afirma que seu objetivo não foi o de dar destaque a “enfeites românticos”, mas sim de destacar a figura histórica de Daniele Manin, considerado pelo autor um bravo herói. Ao longo da narrativa, porém, Koseritz não poupa seu protagonista da exposição de sua severidade, do mesmo modo que o revela um homem capaz de retirar o alimento dos miseráveis para dá-lo aos ricos e de entregar à morte sua própria sobrinha em favor da manutenção de sua condição de ditador.

Nesse sentido, vale destacar que embora se trate de um romance frágil do ponto de vista estético, este apresenta uma interessante crítica à hipocrisia presente em seu contexto de produção, ao resgatar fatos recentes da história veneziana que funcionam como uma crítica a condição do Rio Grande do Sul de então, ao retratar uma população ignorante e alienada, uma elite mesquinha e instituições corruptas tais como uma Igreja e uma Assembleia que deveriam servir ao povo e representar seus interesses, mas que acabavam extorquindo-o e aniquilando-o. Koseritz apresenta uma crítica à ingenuidade das massas populares, que pode ser considerada muito atual.

Outra característica que merece destaque em **A donzela de Veneza** é o fato de que o autor induz o leitor à expectativa de um final – mais especificamente, uma morte – romântico e heroico para o casal, o qual havia sido planejado pelos mesmos, e produz uma quebra levando-os a serem separados e mortos de maneira violenta: Alfredo é assassinado e Flora capturada.

Como encerramento, Flora é ornada como uma noiva e enviada ao mar em um bote, embarcando em seguida em um veleiro negro, o “navio incendiário dos venezianos”, que explodiu quando “passava pela esquadra austríaca, levando-lhe a destruição”. A narrativa é

composta de tal forma, que evoca a lembrança da imagem das virgens que, na mitologia grega, eram oferecidas em sacrifício aos deuses ou aos monstros em proteção da coletividade.

O povo comemora e a paz é restabelecida, indicando a continuidade do quadro de ignorância e comodismo da população, que por este dia teve seu divertimento e teria pão. “Amanhã o esperava a fome!” (KOSERITZ, 1859, p. 86).

Este romance foi publicado pela Tipografia Comercial, de propriedade do próprio autor, demonstrando a facilidade do mesmo em divulgar seu pensamento, quer através da educação, da imprensa, e então, da literatura. Além da impressão de jornais, esta tipografia também oferecia seus serviços ao público.

O exemplar de 13 de julho de 1859 d'**O Brado do Sul** contém um anúncio da tipografia oferecendo seus serviços de impressão de “toda e qualquer obra”. O mesmo jornal, na edição conjunta dos dias 28 e 29 de março de 1859, anunciava um grande concerto vocal e instrumental com a chegada de Porto Alegre da Madame Cailly, uma cantora internacional, que se apresentou no Teatro Sete de Abril acompanhado do pianista uruguaio Oscar Pfeiffer (1824-1906).

Outros exemplares preservados deste periódico fornecem informações acerca das atividades realizadas neste teatro pelotense, como as diversas edições do mês de janeiro de 1860, que traziam em suas páginas um anúncio sobre o início das representações da Companhia Dramática dirigida pelo ator Antônio J. Arêas, ao longo do mês de fevereiro do mesmo ano. O anúncio informava ainda, aos interessados, que as assinaturas poderiam ser feitas na casa de Joaquim Rasgado (13, 19, 22 e 23 jan. 1860).

No dia 11 de agosto de 1861, encontrava-se a chamada: “Hoje a noite terá lugar a 1ª receita da assignatura da Companhia de *vaudevilles*” (11 ago. 1861, p. 1). Mais adiante, na coluna *Variedades*, um texto, tratado pelo próprio autor como um “esboço de crítica justa”, tece um comentário acerca do espetáculo teatral que seria apresentado. As duas comédias, **Marido apoquentado** e **Dois Gêmeos**, foram referidas como “elegantes ao estilo e interessantes no enredo e espirituosas no fraseado” (11 ago. 1861, p. 2) e seus atores – Antônio J. Arêas, Rosina Augusta de Souza e outros classificados com principiantes, dentre estes, Brito e José Paulo –, segundo o autor, com muito esforço haviam formado a Companhia de Vaudevilles.

O autor, que se identificou como “O Binóculo”, comenta também o regresso próximo de Monclar e sua esposa Francisca, e a presença de Guimarães e Marques⁷⁷ no universo

⁷⁷ Dalila Müller (2010, p. 318) localizou na região poucos meses mais tarde a Companhia Dramática Nacional, composta por “Horácio, Marques, Nunes, Monclair & C^a”.

teatral pelotense, sobre os quais afirma não serem “genios”, mas não deixarem, “por isso de terem genio para a scena” (11 ago. 1861, p. 2). Ao abordar as dificuldades financeiras pelas quais passam os artistas, o autor menciona o início de uma sociedade entre Arêas e Horácio, que “não recuarão ante sacrificios para dotarem Pelotas de uma Companhia Dramatica quando não se tem deixado vencer pelos prejuizos que tem tido” (11 ago. 1861, p. 2).

No dia 1º de setembro de 1861 (p. 1), uma nota alertava os leitores quanto à “reentrada” dos atores Monclar, Marquês e Guimarães no teatro local. Outro anúncio, na mesma edição, informava tratar-se da primeira representação do drama português **Modesta**, de José Guilherme dos Santos Lima (1828-1880), neste teatro. Seriam representados também a cena cômica **O Sr. José do Capote**, do português Paulo Midosi Júnior (1821-1888) e a comédia **O Dr. Gramma**, todos pela companhia dramática de Arêas (1º set. 1861, p. 4), como ilustra a propaganda que segue, publicada no **Brado do Sul**:



Figura 4: O BRADO DO SUL, 1 set. 1861, p. 4.

Segundo as informações veiculadas pelo **O Brado do Sul**, além do teatro, os pelotenses contavam com os bailes, reuniões e demais atividades realizadas nas Sociedades, tais como a Sociedade Harmonia Pelotense, que, por meio de seu secretário Júlio Victor Peixoto, frequentemente chamava seus sócios a reunirem-se no salão da mesma para algum evento ou anunciava a data da “partida do mes” (20 jul. 1859; 18 dez, 1859; 6 jan. 1860). Também a Sociedade Alemã de Beneficência, que, ao divulgar suas atividades, fazia publicar o mesmo anúncio em português e alemão, favorecendo assim a manutenção de sua matriz identitária linguística:

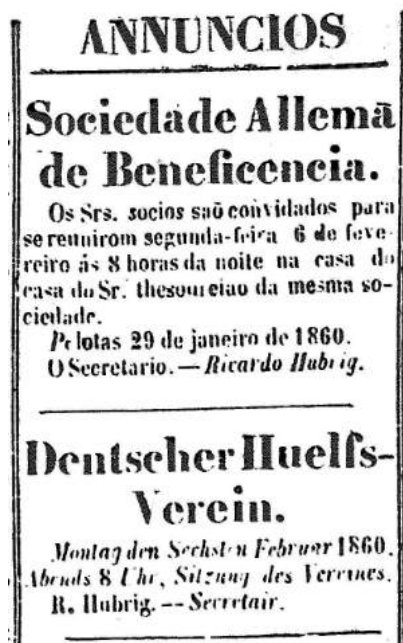


Figura 5: O BRADO DO SUL, 29 jan. 1860.

A Sociedade de Beneficência Brasileira, que iniciou suas atividades no segundo semestre de 1861 e reuniu-se, provisoriamente, no Colégio União (8 ago. 1861), estabelecia como critério, para os interessados em dela participar, que fossem brasileiros.

A preocupação com o idioma demonstrada pelos associados da Sociedade Alemã de Beneficência provavelmente não possa ser considerada representativa dessa parcela dos colonizadores da região de Pelotas, haja visto que não se mostrou expressiva na educação. Entre as disciplinas das escolas existentes era comum que fossem oferecidos o francês e o latim, e, em algumas, o inglês; porém, não foram encontrados casos em que a língua alemã estivesse pautada entre o conteúdo escolar. Em relação ao ensino de línguas separado do ensino formal, apenas um anúncio foi localizado dentre o acervo pesquisado. Na edição do dia 8 de agosto de 1861 (p. 4), uma nota registrava o oferecimento de “Lições de inglez”, pelo professor do Colégio União, João Benz[an].

Além das referências ao Colégio União, n'**O Brado do Sul** foram anunciados outros três: o Colégio São Francisco de Paula, do qual era diretor Carlos de Koseritz, a Casa de Educação Literária, de Antônio de Vasconcelos Vieira Diniz – também tratada por Colégio Santa Cruz – e o Colégio de São Francisco de Paula para meninas, do qual era diretora Ana Ramos Soares.

A partir desses anúncios, sabe-se que o Colégio São Francisco de Paula, em 18 de outubro de 1859, oferecia vagas para ensino primário, secundário e cursos preparatórios para meninos. Porém, de acordo com anúncio de 6 de janeiro de 1860, as aulas particulares de

Koseritz seriam destinadas apenas a alunos externos e de ensino primário e secundário. Este anúncio tornou a ser publicado ao longo do mês de janeiro de 1860 (17, 19, 22 e 23 jan. 1860).

Do mesmo modo, sobre a Casa de Educação Literária, localizada na Rua da Igreja, n. 18, há um anúncio no dia 13 de novembro de 1859, disponibilizando uma série de informações acerca do colégio que estava em processo de instalação, mas pretendia receber pensionistas e externos, inclusive a descrição dos níveis de ensino (primário, secundário e belas-artes). O mesmo anúncio é repetido diversas vezes nos dias 6, 17, 19, 22 e 23 de janeiro de 1860.

Ainda em 1859, a diretora Ana Ramos Soares anuncia que recebeu autorização do Conselho Diretor da Instrução Pública e da Câmara Municipal da cidade para admissão de alunas em seu colégio, estabelecido em um sobrado na Rua Alegre, canto da Rua Sete de Setembro (30 nov. 1859). Voltada ao ensino de meninas, a instituição teve o mesmo nome da de Koseritz: Colégio de São Francisco de Paula. Além destas, não foi encontrada informação que atestasse a permanência ou fechamento das antigas aulas, conhecidas através d'**O Noticiador** de Rio Grande e já comentadas neste estudo.

Vale destacar também, entre as matérias veiculadas pel'**O Brado do Sul**, uma série de correspondências enviadas de Jaguarão, a partir de 1º de janeiro de 1860 e assinadas por “Alibabá”, muitas contendo versos, pequenos textos poéticos ou diálogos. Na edição de 6 de janeiro de 1860, como já foi comentado no capítulo 1, encontra-se uma poesia na qual o eu-lírico dialoga com a “princesa do sul”. Tais correspondências eram extensas, sendo publicadas em diversas partes, quase que diariamente, ao longo do mês de janeiro de 1860. Após algumas edições, saíram da coluna *Variiedades* e passaram a receber um título de sessão, “Crônica Jaguareense” (5 jan. 1860 - 31 jan. 1860).

Outros interessantes textos de opinião foram encontrados n'**O Brado do Sul**. Destaca-se uma redação argumentativa de Camilo Castelo Branco (2 dez. 1859), no qual o romancista reivindica reconhecimento a Almeida Garrett e alguns de autores desconhecidos ou transcritos de outros periódicos, inseridos em uma coluna intitulada “Política Geral”, como o “Estudos para o povo” (17; 19; 22 e 27 jan. 1860), o “Cruzada sagrada” (29 jan. 1860) e o “Colonização” (8 ago. 1861), os quais apresentavam teorizações políticas e sociais e traziam reflexões acerca de questões atuais.

Textos literários também eram inseridos nas páginas d'**O Brado do Sul**. Além das já referidas, presentes nas correspondências de Alibabá, foi possível localizar alguns textos de caráter literário como a poesia, “O' ente feliz em que Deus”, de autor desconhecido, transcrito

do **Echo do Sul**, que segundo informa o periódico, foi recitada por “um jovem talentoso” em um batizado (18 out. 1859), a “*Carta do Visconde de KIKIKIKI* a sua esposa, a viscondessa do mesmo título” (31 jan. 1860) e a poesia “Mulher firme e Leal não ha nem houve!” (1º set. 1861), no qual o eu-lírico reclama o amor de uma mulher que o desprezou, revelando-se uma das primeiras poesias de cunho intimista e temática amorosa encontradas entre o *corpus* analisado neste estudo.

Na edição de 30 de dezembro de 1859, uma nota na coluna *Varietade* anunciava aos leitores que a novela **O pescador de Scarphout**, do novelista inglês George Payne Rainsford James (1799-1860), seria disponibilizada entre as páginas d'**O Brado do Sul**, “traduzido do inglês por uma pessoa desta cidade, que teve a bondade de oferecer-nos este seu trabalho, que muito recommendamos a atenção dos leitores” (30 nov. 1859). A novela, traduzida do inglês por E. F. G., teve sua segunda parte inserida na edição de 13 de janeiro de 1860.

Outras obras que podiam ser acompanhadas através das páginas do jornal eram os folhetins. Em 16 de dezembro de 1859, o romance **A ponte nova** começou a ser publicado em folhetim. A presença deste tipo de literatura pode ser constatada no periódico, ao menos, até agosto de 1861, embora, além das poesias, novelas e folhetins, **O Brado do Sul** também tenha preservado interessantes registros sobre as obras que eram produzidas e vendidas na cidade e região.

Entre os anúncios, na edição conjunta dos dias 28 e 29 de março de 1859, encontram-se a venda dois “dramas originais brasileiros” de Carlos de Koseritz: **Clara**, descrito como um drama trágico rio-grandense, ambientado na província do Rio Grande do Sul em 1829, e **Ignez**, drama histórico, ambientado na Bahia em 1645 (O BRADO DO SUL, 28 e 29 mar. 1859). Em 16 de novembro de 1859, **O pavilhão negro, a Portugal e aos portugueses**, publicado no mesmo ano, na Tipografia do Futuro em Portugal, por José da Silva Mendes Leal (1818-1886) e disponível na casa de Joaquim Ferreira Nunes e, em 8 de agosto de 1861, um anúncio da obra **Memórias de José Garibaldi**, publicada por Alexandre Dumas e traduzido livremente do francês por Bernardo Taveira Junior.

Registra-se também que uma característica percebida no perfil do leitor de Pelotas nas primeiras décadas do século XIX mantem-se neste período, visto que, das obras anunciadas, boa parte ainda seja direcionada à instrução e ao estudo das línguas, tais como os **Mapas da província**, que poderiam ser adquiridos na Rua Sete de Setembro, n. 6 (26 jan. 1860, p. 2), os dicionários e as gramáticas.

Em 18 de outubro de 1859, encontravam-se a venda dois dicionários: o **Dicionário da língua portuguesa**⁷⁸, por Antônio de Moraes e Silva, e o **Novo Dicionário portátil da língua portuguesa** (1858), por M. M. de Antas, ambos a venda na casa de Peixoto e Filho, na rua do Comércio, n. 362.

Entre o final de dezembro de 1859 e janeiro de 1860, encontra-se o anúncio de venda do **Mapa de pronúncia francesa**, de José Vicente Thibaut, referido como membro do instituto católico de Paris e autor da **Nova Gramática Francesa**. Segundo o mesmo anúncio, “este mapa é de grande utilidade para aqueles que estudam a língua francesa, podendo-se com ele e em poucas horas e com a maior facilidade, recapitular e gravar na memória as regras relativas a pronúncia desta língua” (25 dez. 1859; 8 e 15 jan. 1860). O mesmo podia ser encontrado na casa do autor, que era diretor do Colégio São Pedro (Rio Grande) ou em Pelotas, na livraria de Joaquim Ferreira Nunes, na Sete de Setembro.

Segundo Dalila Müller (2010, p. 124), Joaquim Ferreira Nunes (1822-1886) era natural de Portugal, foi casado e “faleceu ‘pobre’ em 17.07.1886, com 64 anos⁷⁹ [...]”. Foi proprietário de uma tipografia, editando o Almanak Pelotense em 1862 e o jornal literário *Álbum Pelotense*, em 1861 e 62”. Na lista de jornais pelotenses do século XIX organizada pelo alferes Tancredo de Mello (1911), consta ainda uma referência ao jornal **O Comércio** (1862/1865), também de sua propriedade, do qual não foram obtidas informações mais precisas.

Sobre Nunes e seu gabinete, Fernando Osório comenta que,

A 1º de junho de 1853 fundou Joaquim Ferreira Nunes um gabinete de leitura que funcionou durante anos. Foi esse um meio eficaz de propaganda de que dispôs Nunes para o seu *Almanaque Pelotense*, que organizou em 1862, além do calendário, com indicador comercial, artístico e industrial da cidade. Espírito empreendedor, era proprietário também da tipografia do *Álbum Pelotense*, de onde saía dito almanaque, editado por Domingos José Silveira Neto (*Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul*, nova edição de 1908) (OSÓRIO, 1997, p. 323).

Diferente do que se compreende como um Gabinete de Leitura da época – uma associação que visa reunir obras e colocá-las à disposição do público ou ao menos dos sujeitos

⁷⁸ Publicado em Lisboa, em 1789, “o Dicionário de Antonio Moraes Silva é a mais influente obra do gênero na história da língua portuguesa. Primeira sistematização moderna do léxico da língua, modelo e exemplo para todos os seguintes, o “Morais” foi sinônimo de dicionário para inúmeras gerações de portugueses e brasileiros”. Cf. SOUSA, Maria Clara Paixão de. “**Diccionario da Língua Portugueza**” Moraes (1789). Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/316>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

⁷⁹ Informações obtidas no “Registro de Óbito de Joaquim Ferreira Nunes. Livro 11 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, mar. 1885 - ago. 1886, p. 95. Pelotas”, acessado por MÜLLER, 2010.

envolvidos com a organização da mesma – o gabinete de Joaquim Ferreira Nunes, ao que tudo indica, tratava-se de uma livraria direcionada à venda de obras.

Um anúncio, inserido diversas vezes n’**O Brado do Sul** ao longo do segundo semestre de 1859, arrolava as obras disponíveis na “Loja de Livros” de Joaquim Ferreira Nunes, que em outros momentos era referida como gabinete de leitura (18 out., 30 nov., 1º dez. 1859; 17 jan. 1860 etc.). Dentre as obras listadas, novamente destacam-se os dicionários e as gramáticas, o que, inferindo que seu proprietário tivesse a preocupação de atender a uma demanda, demonstra o interesse dos leitores da época pelo domínio e o conhecimento das línguas.

Havia dicionários em português, em francês e em francês/português. Também gramáticas inglesa, francesa e portuguesa, além de um *Magnum Lexicon*⁸⁰, o qual se trata de um dicionário latino-português, que começou a ser elaborado pelos jesuítas, mas com a expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal, foi concluído pelos freis franciscanos Manuel de Pina Cabral e José Antônio Ramali.

Entre as demais obras, pode-se perceber seis títulos direcionados à instrução do público infantil, entre estes, um **Tesouro de meninos**⁸¹ e um **Tesouro de meninas**⁸², que, segundo Carlos Antônio Gonçalves Filho,

ajudaram a difundir modelos de comportamento para os/as filhos/as das camadas médias e altas da sociedade brasileira do Império. O conteúdo dessas obras mesclava lições de história, geografia e ciências naturais com lições de ordem moral constituindo um compêndio de conhecimentos gerais para uso nas escolas e na educação doméstica (GONÇALVES FILHO, 2011, p. 200).

Na mesma perspectiva destas obras, organizadas em diálogos entre um adulto (uma aia, para meninas, e um “Pai de famílias”, para os meninos) e crianças, são utilizadas fábulas e biografias de personagens históricos, que, através da análise dos livros encontrados nos inventários do início do século, já se sabe serem familiares aos leitores da época e, igualmente, tinham o objetivo de apontar modelos de conduta a partir da apresentação de papéis sociais bem delimitados (GONÇALVES FILHO, 2011).

⁸⁰ Título abreviado da obra **Magnum lexicon novissimum Latinum et Lusitanum: ad plenissimam scriptorum Latinorum interpretationem accommodatum, ex celeberrimorum eruditissimorumque philologorum locubrationibus depromptum ad normam praecipue magni lexici Latini et Lusitani**, publicada em Lisboa pela Régia Oficina Tipográfica, em 1780, com sucessivas reedições até 1857.

⁸¹ BLANCHARD, Pierre. **Tesouro de Meninos**. Trad. Matheus José da Costa. 6 ed. Lisboa, 1851. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/index.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

⁸² LEPRINCE DE BEAUMONT, Jeanne Marie (1711-1780). **Tesouro de Meninas**. Trad. Joaquim Ignácio Frias. Lisboa, 1846. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/index.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

Outra obra que seguia esta linha é a indicada como *Telemaco em francês*, referências à obra **As aventuras de Telêmaco**, de Fénelon (1651-1715), escrita no final do século XVII com o objetivo de educar o duque de Borgonha, neto de Luís XIV. Segundo Brito (2009, p. 33), “a ideia básica do texto literário de Fénelon vem do quarto livro da Odisseia de Homero: cansado de esperar a volta do pai e preocupado com os perigos que ameaçam sua ilha, Telêmaco decide sair ao encontro de Ulisses”.

Além dessas três, de caráter mais instrutivo e doutrinador, encontrava-se à venda também as **Cartas de ABC**, um dos principais materiais impressos para alfabetização em circulação no país, que serviam de apoio ao trabalho dos professores no ensino da leitura e escrita⁸³, e os **Rudimentos de aritmética**⁸⁴.

Consta também um **Simão de Nantua**, possivelmente o compêndio **História de Simão de Nantua**, de Laurent Pierre de Jussieu (1792-1866), publicado em 1818 e tendo recebido, posteriormente, sucessivas reedições. Segundo Jocilene Lima e Socorro Barbosa (2004, p. 5), “o livro demonstra ser uma verdadeira enciclopédia, pois se refere a variados assuntos, como a condenação dos diferentes vícios e exaltação das virtudes, conselhos concedidos pelo personagem Simão de Nantua”.

Alguns destinados a jovens, como o **Parnaso juvenil**, título abreviado de **Parnaso juvenil, ou Poesias morais: colecionadas, adaptadas e oferecidas à mocidade**, de Antônio Maria Barker, publicado em Portugal em 1836, e a **Biblioteca juvenil**, não identificada e outros literários, como **Os Lusíadas de Camões**, o qual dispensa comentários, embora sua presença entre os listados reafirme a compreensão de que os leitores pelotenses demonstravam interesse pelos clássicos, ao mesmo tempo em que revela a abrangência desta obra. Registra-se também **O expositor português**, de Luís Francisco Midosi, publicada em Londres, em 1831.

Também consta no catálogo de Ferreira Nunes um *Livros de Sortes*, provavelmente semelhante, senão o mesmo, que o publicado por Antônio G. Teixeira e Souza, no Rio de Janeiro no início da década de 1850. Sob o título **Novo livro de Sortes para noites de Santo Antônio, S. João, S. Pedro e Sant'Ana**. A obra, dedicada ao “bello sexo”, continha 42

⁸³ Cf. CORRÊA, Carlos Humberto Alves; SILVA, Lilian Lopes Martin da. Cartas de ABC e cartilhas escolares: alfabetização nas escolas amazonenses (1850-1900). In: V Congresso Brasileiro de História da Educação "O ensino e a pesquisa em História da educação", 2008, Aracaju. **Anais...** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/obras_autor.php?id=397>. Acesso em: 4 fev. 2013.

⁸⁴ Talvez seja a obra **Los rudimentos de la Arithética, ó sean Las principales definiciones, tablas y reglas de esta ciencia. Para uso de las escuelas de niños y niñas**, disponível em: <<http://migre.me/ddxXN>>, de José Oriol y Bernadet, publicado em Barcelona, em 1842, mas sem tradução conhecida para o português.

perguntas e 2.016 respostas, sendo 48 em cada assunto, destas, 24 para homens e 24 para senhoras (A MARMOTA NA CORTE, 30 maio 1851).

Por último, alguns títulos imprecisos, como **Guia de conversação**, e **Grande coleção de romances**, dos quais não foi possível localizar nenhuma referência pela falta de especificação, e algumas obras de cunho religioso, como o **Compêndio de doutrina cristã**, que provavelmente seja a obra do italiano Roberto Belarmino (1542-1621), publicada pela primeira vez em latim, em 1598; o **Catecismo de Montpellier**⁸⁵, certamente a obra de Carlos Joaquim Colbert, bispo de Montpellier, de 1765, no qual este criticava os jesuítas e defendia o poder civil, a dignidade dos bispos e a questão da graça divina (ANDRADE, 1865, p. 367). Foi listado também um **Catecismo histórico**, que talvez possa tratar-se do **Catecismo Histórico, ó compendio de la Historia sagrada y de la doctrina cristiana para la instruccion de los niños, com preguntas y respuestas, y lecciones seguidas para leerlas en las escuelas**⁸⁶, de Claude Fleury, impressa em Madrid, em 1825.

De acordo com os anúncio e referências encontradas, o estabelecimento de Joaquim Ferreira Nunes, além da venda de livros, oferecia também serviço de encadernação (18 out. 1859), vendia “folhinhas” do ano e material de escritório, tais como pedras de louça, livros em branco, livros para copiadores, pastas para escritório, entre outros artigos como rapé (27 nov. 1859).

Os títulos registrados, embora poucos, são capazes de revelar alguns traços da vida cultural pelotense em meados do século XIX, porém, de modo algum indicam a existência de um gabinete de leitura, nos padrões que se estabeleciam nas demais cidades à época.

Dessa forma, acrescentam-se mais informações sobre esse período inicial do sistema literário em Pelotas, que ajudou a cidade de Pelotas a tornar-se a “Princesa do Sul”, com autores canonizados na década seguinte.

⁸⁵ No jornal encontrava-se grafada como "Monthplier".

⁸⁶ Disponível em: <<http://migre.me/ddxT6>>.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

*Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas
continuarão glorificando o caçador.
Provérbio africano⁸⁷*

Por meio desta pesquisa, coleta, sistematização e análise de dados referentes ao período formativo da cultura e da literatura na cidade de Pelotas, pretendia-se compreender a razão pela qual autores como Antônio José Domingues e Mateus Gomes Viana ou tipógrafos como Luís José de Campos e Cândido Augusto de Melo, significativos dentro do processo de constituição da literatura na cidade, ficaram à margem do cânone local e/ou sul-rio-grandense.

Para atender a esse objetivo, partiu-se em busca de dados mais exatos sobre o início da escrita e da leitura em Pelotas, primeiramente, por meio de uma revisão bibliográfica da produção relativa ao período formativo do sistema literário pelotense e, em seguida, a partir da leitura das principais obras que tratam da história da cidade e da história da literatura na cidade, de ensaios, materiais didáticos, obras literárias, produções acadêmicas e periódicos; de pesquisas *online* em *sites*, jornais e revistas virtuais; e da pesquisa em fontes primárias em bibliotecas e outras instituições, na expectativa de estabelecer uma linha temporal com os principais fatos, eventos e personagens que deram base para as primeiras manifestações literárias em Pelotas.

Através da revisão das obras críticas e/ou analíticas acerca do assunto em questão, tais como livros, textos acadêmicos e artigos nos quais se tenha buscado reunir e organizar informações sobre a literatura produzida em Pelotas ou por pelotenses, foi constatado um recorte temporal estipulado a partir do surgimento da imprensa, evidenciando uma estrutura narrativa que demonstra a ascensão desta literatura, o que vai ao encontro da teoria de David Perkins (1999, p. 15), o qual afirma que “os possíveis enredos de histórias narrativas da literatura podem ser reduzidos a três: ascensão, declínio e ascensão e declínio”.

Nesse sentido, foi localizada e estudada uma série de pesquisas, estudos acadêmicos ou não, que buscam mapear a produção literária e cultural na cidade de Pelotas, cada um com seus objetivos e focos específicos, e perceber, na história da literatura de Pelotas, uma série de lacunas, de dados imprecisos ou equivocados que vão sendo perpetuados em novos trabalhos sobre o tema, já que poucos pesquisadores retornam às fontes primárias, dando crédito aos

⁸⁷ Citado por Eduardo Galeano em **O livro dos abraços**. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002.

trabalhos já existentes, os quais, em alguns casos, apresentam pouco rigor acadêmico e, em outros, a impossibilidade contextual de localizar determinadas informações.

As consequências desses procedimentos são refletidas por Artur Emilio Alarcon Vaz em *A importância da divulgação de fontes primárias na internet*, no qual este afirma que,

a busca e recuperação de fontes primárias não devem se restringir apenas ao resgate de textos literários, esquecidos ou perdidos em jornais e outros periódicos de difícil acesso, mas, principalmente, devem se voltar para o estudo do sistema literário da região e/ou época estudada, já que ainda temos uma visão muito restrita de vários pontos da literatura em que há raros dados disponíveis, sendo usual a sua repetição, sem uma constante busca pela fonte primária. Assim, com o retorno à fonte original, algumas ideias amplamente aceitas e divulgadas são analisadas de outra forma, favorecendo um rearranjo do cânone (VAZ, 2005, p. 9).

Buscou-se, portanto, retroceder às décadas anteriores à fundação da imprensa para resgatar os eventos, personagens e conhecer obras que eram lidas ou comercializadas. Deste modo, ao passo que iam sendo mapeadas as fontes e delimitado o *corpus*, foi necessário um aprofundamento teórico, para que fosse possível nomear a condição literária da cidade. Visto que se tornava cada vez mais evidente a ideia de processo e interrelação entre os fatos da vida cultural de Pelotas, a expressão mais apropriada para classificar tal condição pareceu ser a de formação de um sistema literário.

Ao buscar dar conta do conceito de “sistema literário”, utilizando como principal fundamentação teórica os estudos de Itamar Even-Zohar e Antonio Candido, foi possível perceber diversas aproximações entre ambos. Algumas divergências também foram encontradas, em função até mesmo da distância temporal que os separa e do contexto a partir do qual tais estudiosos elaboraram suas teorias.

Diante da observação da produção referente ao século XIX em Pelotas, assim como destas produções mesmas, não foram encontrados indícios de que uma das principais motivações dos prosadores e poetas pelotenses ou radicados nesta cidade nas primeiras décadas do século XIX fosse construir uma identidade local; também não se encontram elementos capazes de suportar a tese de que houvesse temas e imagens comuns entre suas produções, que não fossem também comuns a produção das demais cidades gaúchas ou brasileiras. Do mesmo modo, seria inútil pensar em uma linguagem própria, que as diferenciasse das produções literárias do resto do estado.

Não havendo imprensa, a circulação de obras locais era ocasional, já que os autores pelotenses e/ou residentes em Pelotas dependiam de tipografias em outras cidades, tais como Rio Grande, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Logo, a partir do sistema classificatório de

Antonio Candido, a presente pesquisa trataria de agregar as “manifestações literárias” e não “de literatura propriamente dita” (CANDIDO, 2007, p. 25). Para o crítico, “se desejarmos focalizar os momentos em que se discerne a formação de um sistema, é preferível nos limitarmos aos seus artífices imediatos, mais os que se vão enquadrando como herdeiros nas suas diretrizes, ou simplesmente no seu exemplo” (CANDIDO, 2007, p. 26). Conclui-se, então, nos termos de Candido, que as obras produzidas na cidade de Pelotas ou por pelotenses, no referido período, são manifestações literárias “em graus variáveis de isolamento e articulação”, às quais se agregariam na formação de um sistema literário brasileiro.

Todavia, para o caso em questão, a base teórica que mais se adequou foi a teoria dos “Polissistemas de Cultura”, desenvolvida por Itamar Even-Zohar, na qual este mapeia cada um dos fatores envolvidos com as atividades literárias ou culturais, de forma que expande de maneira significativa o conceito de sistema literário. A partir de tal teoria, pode-se perceber a importância de cada um dos elementos destacados e analisados ao longo deste estudo para a constituição e consolidação de um sistema literário na cidade de Pelotas.

Even-Zohar, ao propor uma análise que extrapola os limites do texto como único elemento capaz de relacionar-se em um sistema, apresenta os fatores que, segundo ele, podem vir a compor o sistema literário, quais sejam, produtores, consumidores, instituição, mercado, repertório e produto. Para localizar cada um destes elementos, isto é, para compreender o conjunto da produção cultural e literária de Pelotas, foi indispensável trilhar os primeiros registros de civilização nessa região.

Nesse sentido, no capítulo inicial foram resgatados registros históricos, anotações de viajantes e pesquisas desenvolvidas no intuito de elucidar a trajetória do desenvolvimento de Pelotas para estabelecer uma base contextual. Tal base permitiu, a partir do terceiro capítulo, apresentar as informações encontradas em inventários de antigos moradores da cidade, nas notícias enviadas a jornais da época, nas primeiras publicações e no início da imprensa, buscando os dados disponíveis sobre a leitura, a educação e a vida cultural desta cidade em seus primeiros anos e, principalmente, analisar e interpretar estes dados à luz da teoria de Even-Zohar.

De acordo com a noção de “polissistema literário”, embora os fatores estejam ligados a um conjunto de atividades de algum modo relacionadas à literatura e estabelecerem entre si condições de interdependência, isso não implica uma hierarquização entre tais fatores. Na perspectiva deste teórico israelense, “el término supone ya un compromiso con el concepto de 'sistema' del funcionalismo (dinámico), esto es, la red de relaciones que pueden hipotetizarse

(proponerse cómo hipótesis) respecto a un conjunto dado de observables ('hechos/'fenómenos') asumidos". Logo, está posta a necessidade de ter em vista um contexto mais amplo que o literário e nestes termos, compreendem-se como literárias todas as atividades intrínsecas ao polissistema literário.

Segundo Even-Zohar (1999, p. 33), "el papel de generador de textos en la suma total de la producción puede de hecho ser bastante pequeno". Diversos outros fatores estão implicados neste processo, já que os produtores estão situados em um contexto histórico e, portanto, vinculados a um discurso de poder e influenciados pelas questões que estão em vigor para legitimar-se.

Observando os dados levantados por meio desta pesquisa, conclui-se que Antônio José Domingues foi o agente mais expressivo do ponto de vista da produção literária no período, desde o início de suas publicações, n'**O Noticiador** em 1832, até os últimos poemas encontrados n'**O Pelotense**, em 1855 e n'**O Brado do Sul**, em 1860, quando falece, visto que era sua a maior parte dos textos poéticos veiculados pel'**O Noticiador** e pelos primeiros jornais pelotenses, assim como eram de sua autoria muitos dos textos recitados publicamente nas festividades cívicas da localidade.

Da mesma forma, como professor, Domingues legou a alguns de seus discípulos – Antônio José Caetano da Silva Filho e L. S. Flores – e às poetisas sobre as quais, segundo Guilhermino Cesar (1971), teria exercido influência – Clarinda da Costa Siqueira, Delfina Benigna da Cunha e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas – seu apreço pela arte escrita, já que além da trajetória mais conhecida das três poetisas, revelam-se os dois jovens através da publicação de alguns textos poéticos n'**O Noticiador**, em 1833.

Segundo o teórico israelense, o consumo direto de textos completos foi e continua sendo periférico. Todos os membros de qualquer comunidade são ao menos consumidores "indiretos" de textos literários. Na qualidade de tais, nós, como membros da comunidade, consumimos simplesmente uma certa quantidade de fragmentos literários, digeridos e transmitidos por diversos agentes culturais e envolvidos no discurso diário. Tendo em vista esta afirmativa, vale destacar entre os principais nomes da produção intelectual pelotense no início do século XVIII, Antônio Luís Soares, autor de **Exposição dos elementos de aritmética** (1848) e Antônio José Gonçalves Chaves, com a publicação de **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil** (1822), que embora seja uma obra de caráter econômico e social carrega em si inúmeras referências a elementos culturais e revela a erudição deste morador da região.

Neste mesmo sentido, destacaram-se a vida e a atuação política de Mateus Gomes Viana, que, em 1834, provavelmente tenha sido o primeiro pelotense a publicar poesia, com várias de suas obras publicadas nos periódicos da época e que ainda está à espera de um trabalho que reúna toda sua produção. Diversos autores ainda vieram a compor o cenário literário pelotense através das páginas dos jornais, porém muitos destes recorreram ao recurso dos pseudônimos para manter suas identidades preservadas, tais como *O inimigo dos restauradores* (O NOTICIADOR, 1833), *Mulato Maceió* (O PELOTENSE, 1852) e *Alibabá* (BRADO DO SUL, 1860).

Esta característica vai ao encontro de outra reflexão de Even-Zohar, que afirma que os produtores não estão restritos à função de produzir, mas estão de tal forma envolvidos no processo produtivo, que interagem com seus possíveis consumidores e, como estes, integram também a instituição literária e o mercado literário. Para o teórico, “no nos encontramos con ‘un productor’ meramente, o con un grupo de ‘productores’ individuales tan solo, sino con grupos, o comunidades sociales, de personas involucradas en la producción, organizadas de diferentes formas” (EVEN-ZOHAR, 1999, p. 10).

Assim, foi possível perceber, embora superficialmente, qual o perfil de leitor, ou nos termos utilizados por Even-Zohar, consumidor do período. Principalmente entre os inventariados, foram identificados interesses e traços de sua inserção social. Da mesma forma, o surgimento de textos poéticos de autores locais publicados em periódicos revela uma intimidade destes leitores com a literatura, já que, excetuando raros casos, a maioria não obedecia a regras rígidas quanto à forma literária, optando por versos livres, de rimas irregulares e demonstrando maior preocupação com o conteúdo, que – em boa parte das vezes – era direcionado ao enaltecimento de figuras públicas.

Transpondo estas questões para o período estudado, poder-se-ia inferir que, ao lançar os olhos sobre as obras de escritores na cidade de Pelotas do início do século XIX, se está analisando também como estes pensavam que podiam escrever literatura, compreendendo que não precisavam mais apenas ler o que era importado da Europa ou trazido do centro do país, à época, o Rio de Janeiro, como é o caso de Carlos de Koseritz, que, após traduzir algumas obras para o português, passou a escrever suas próprias peças dramáticas e novelas.

Even-Zohar, ao falar da instituição literária, afirma que esta “no está unificada. Y, desde luego, no consiste en un edificio en una calle determinada” (EVEN-ZOHAR, 1990, *online*). Segundo o crítico, são as instituições que estabelecem as leis que regem os demais fatores no sistema literário, de modo que, “parte de la cultura oficial, determina también quién y qué productos serán recordados por una comunidad durante un largo período de tiempo”

(EVEN-ZOHAR, 1990, *online*). Nestes termos, podemos pensar na posição ocupada por escritores como Carlos de Koseritz e Antônio José Domingues como privilegiada, visto que podiam desempenhar outros papéis, além dos de produtores.

Neste sentido, é novamente Antônio José Domingues que merece destaque. Segundo informações obtidas n'**O Noticiador** e comentadas ao longo deste estudo, Domingues foi um agitador cultural. Não se restringia à função de dar aulas e escrever, também organizava seus alunos, os quais compuseram a Sociedade Patriótica dos Jovens Brasileiros, responsável por diversas das atividades teatrais e culturais realizadas em Pelotas na época.

Carlos de Koseritz, assim como Antônio José Domingues, assumiu diversas frentes no universo cultural de Pelotas, além de professor e ficcionista, na condição de jornalista, foi também um crítico teatral, literário e social. Porém, vale destacar a liberdade de que dispunha, já que, por um longo período de tempo, foi – além de professor – proprietário da uma escola, podendo assim definir os melhores métodos educacionais (dentro dos padrões estabelecidos pelo Império) e, inclusive, produzir seus próprios materiais didáticos, tal o exemplo do **Resumo da história universal**. Da mesma forma, na condição de tipógrafo, embora dependesse do retorno financeiro advindo dessa atividade, tinha o poder de decidir o que deveria ou não ser publicado.

Ao analisar estas questões, percebeu-se uma situação interessante ao comparar-se as cidades vizinhas de Pelotas e Rio Grande sob alguns aspectos culturais. Embora sejam muito próximas e tenham permanecido objetivamente ligadas até 1835, quando foram elevadas à categoria de cidade, estas duas localidades apresentam características opostas em diversas circunstâncias.

Nos inventários listados por Jorge Araújo e no do “padre doutor”, fontes primárias que pouco haviam sido utilizadas para fornecer dados sobre a cultura existente em Pelotas nas primeiras décadas do século XIX, os livros citados pouco têm de caráter literário ou direcionado ao entretenimento e, pelo contrário, em sua maioria, são obras de cunho instrutivo ou específico de determinadas áreas, como direito, história, agricultura e medicina. Boa parte destes ainda indica a preocupação de seus leitores com a situação sociopolítica do país e com as transformações mundiais. Enquanto isso, nos inventários de moradores da cidade de Rio Grande, embora o número seja pouco expressivo, registra-se a presença de obras de autores clássicos e outras direcionadas ao lazer. Como observa Artur Emilio Alarcon Vaz, ao comentar o acervo do tipógrafo e livreiro Francisco Xavier Ferreira – o qual teve enorme importância para a formação do sistema literário de Rio Grande, pois foi dono de uma tipografia e do primeiro jornal da cidade –, aponta que neste encontram-se obras

como o quase onipresente *História de Gil Blas de Santillane* e a novela francesa *A voz da natureza*. Na poesia, há os autores clássicos Ovídio, Tíbulo e Homero, os brasileiros contemporâneos Santa Rita Durão, Antonio José da Silva e Domingues Borges de Barros, além da epopeia de Gabriel Pereira de Castro (1571-1632). Surgem ainda uma obra intitulada “Poesias de Voltaire” e o livro *Gemidos da tristeza*, do poeta José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832), um texto de crítica teatral e outros três relatos de viagens (VAZ, 2011, p. 7).

A partir dos inventários, foi possível rastrear algumas leituras feitas pelos moradores de Pelotas (à época freguesia e logo vila de São Francisco de Paula) antes do advento da imprensa ou, ao menos, saber a quais obras estes tinham acesso. Do mesmo modo, através dos anúncios e notícias veiculadas pelo **O Noticiador**, foi possível conhecer um leitor, como caracterizou Jorge Araújo, “curioso”, ou seja, com interesse por diversas áreas, desde agricultura até história, e com grande interesse por biografias, característica comum entre os leitores da época. No entanto, poucas obras que pudessem ser consideradas literárias foram encontradas, revelando um leitor muito mais preocupado com os acontecimentos políticos e sociais, do que direcionado à leitura como lazer.

Da mesma forma, as primeiras obras publicadas por Francisco Xavier Ferreira em Rio Grande são de caráter poético⁸⁸, enquanto que, em Pelotas, registram-se dois materiais destinados à instrução dos estudantes: o **Exposição dos elementos de aritmética** (1848), de Antônio Luís Soares, e o **Resumo da história universal** (1856), de Carlos de Koseritz.

Em 1848 e 1849, são impressos, respectivamente, as peças dramáticas **Os jesuítas ou O bastardo d’el Rey**, de José Manoel Rego Viana, na Tipografia de José Maria Perry de Carvalho, e **O castelo de Oppenheim ou O tribunal secreto**, de Manoel José da Silva Bastos, impresso na tipografia de Antônio Bonone Martins Viana, ambos textos de autores locais. Esta característica não foi observada em Pelotas, exceto pela publicação em 1859 dos dramas – cujos exemplares não são conhecidos atualmente – de Carlos de Koseritz, o que não se considera representativo para o contexto, por este autor estar em trânsito entre Pelotas e Rio Grande.

Essas características repercutem na maneira como estes autores posicionam-se diante das questões políticas, visto que estas duas cidades, de modo geral, assumiram diferentes posições acerca da Revolução Farroupilha, já que Rio Grande contou com um número mais

⁸⁸ **Hino que se cantou na noite do dia 24 do corrente pela feliz noticia da Gloriosa Elevação do Sr. dom. Pedro II ao Trono do Brasil** (1831), de Francisco Xavier Ferreira, e **Relação dos festejos, que fizeram os portugueses residentes na vila do Rio Grande do Sul, em demonstração de seu júbilo pelo estabelecimento da paz, e da liberdade, na sua pátria** (1834), que contém ao final poemas de Delfina Benigna da Cunha.

elevado de imperiais, enquanto que em Pelotas houve, com mais expressão, adesão aos farroupilhas.

Desta forma, foi possível recuperar informações referentes aos elementos que deram suporte para a produção dos primeiros escritores em Pelotas, quais sejam, em um primeiro momento, as aulas particulares e, após a década de 1840, algumas escolas, que ofereciam o ensino de primeiras letras e diversas disciplinas úteis ao desenvolvimento intelectual dos alunos. Vale aqui destacar que, em alguns casos, mais do que o conteúdo em si, foi de grande valia para os alunos a convivência e a orientação com personagens como Antônio José Domingues e Carlos de Koseritz.

A existência de uma tipografia e, principalmente, um jornal em Rio Grande, desde o início da década de 1830, certamente foi um fator agregador para o desenvolvimento cultural dos pelotenses, visto que, por meio deste, tinham um acesso à leitura facilitado, em termos financeiros, do que aos livros, e neste podiam encontrar desde notícias das mais variadas esferas e áreas, até literatura – em muitos casos, produzida pelos próprios pelotenses e rio-grandinos.

Ao buscar dados acerca da formação dos primeiros sujeitos a produzir literatura em Pelotas, percebe-se uma forte presença de autodidatas, já que Mateus Gomes Viana teve algumas aulas particulares, mas não existem referências a nenhum estudo direcionado ou especializado por parte do mesmo; Antônio José Domingues estudou farmácia no Rio de Janeiro, mas não levou adiante tal profissão, tornando-se professor e poeta; Carlos de Koseritz passou pela marinha e pelo exército, mas também atuou como professor e tipógrafo.

O mesmo ocorre em autores não literários, tais como Antônio José Gonçalves Chaves, charqueador cuja trajetória escolar não é conhecida, mas que se tratava de um homem muito culto, conhecedor dos clássicos, da história universal, entre outras áreas, além de estar bastante atento às transformações sociopolíticas pelas quais passava o Brasil à época.

A geração seguinte, na qual podem ser incluídos os filhos de Mateus Gomes Viana e Antônio José Gonçalves Chaves, além dos discípulos de Carlos de Koseritz e Antônio José Domingues, teve acesso a uma formação letrada e erudita, financiada pelas charqueadas, em pleno apogeu financeiro de Pelotas. Logo, a cultura de então também pode ser percebida através do envio de pelotenses para a Universidade de Coimbra e, posteriormente, para a Academia de Direito de São Paulo.

Antônio José Gonçalves Chaves Filho teve seu diploma de bacharel em Direito pela Academia de Direito de São Paulo; Francisco Antunes Gomes da Costa (o filho de Viana e futuro barão de Arroio Grande) estava, desde muito jovem, envolvido com atividades

literárias, tendo sido um dos fundadores da revista literária **Araribá**, em 1857, com apenas dezenove anos de idade. Esses jovens, entre tantos outros sustentados pela riqueza advinda das charqueadas, tiveram acesso às principais obras da época, desde as obras clássicas até os romances europeus contemporâneos, o que possibilitou uma aproximação com os romances-folhetins e, conseqüentemente, a inserção destes nos jornais locais, servindo também como estímulo à produção dos poetas e prosadores locais.

Segundo Even-Zohar (1990), cumprem o papel de instituição as editoras, clubes, grupos de escritores, escolas, entre outros. Desse modo, no caso pelotense, percebe-se a força que o teatro exerceu ao longo de todo o período pesquisado. Além do Teatro Sete de Abril, em atividade desde 1831, os pelotense tiveram registrada, pelas páginas d'**O Noticiador**, a iniciativa de organização de um segundo espaço para as representações teatrais, o Teatro Sete de Setembro, ambos gerenciados por sociedades voltadas a manutenção da cultura local.

Outro fator interessante é a ausência de aulas públicas e a significativa oferta de aulas particulares. Já em 1832, **O Noticiador** registra a existência de três colégios – de João Ladislau de Figueiredo Lobo, de Antônio José Domingues e de João Maria Berthet – e duas aulas de primeiras letras – de Manuel Américo da Silva Braga e de José Duarte Silva. Mais de vinte anos depois, encontravam-se em funcionamento os colégios União, São Francisco de Paula, de Carlos de Koseritz, a Casa de Educação Literária, de Antônio de Vasconcelos Vieira Diniz, e São Francisco de Paula para meninas, de Ana Ramos Soares. Vale destacar também o Colégio de Santa Bárbara, de Luís José de Campos, em 1848. Foram estas instituições educacionais que deram aos jovens pelotenses as bases necessárias para que pudessem prestar as provas para as instituições de ensino superior, assim como auxiliaram na capacitação de muitos dos futuros escritores da cidade e da região.

Em algumas ocasiões, ligadas às escolas, estava a venda de livros elaborados pelos próprios professores e solicitados como suporte às aulas, tais como o **Exposição dos elementos de aritmética**, de Antônio Luís Soares, e o **Resumo da História Universal**, de Koseritz. Além das livrarias, também algumas tipografias cumpriam a função de venda de livros. Destas, restaram alguns anúncios nos jornais da época, principalmente nos jornais **O Noticiador**, **O Brado do Sul** e **O Pelotense**.

Como já foi referido anteriormente, em 5 de março de 1876 é instalada oficialmente a Bibliotheca Pública Pelotense, contando com um acervo inicial de 900 obras. Em pouco tempo, seria fundada a primeira sociedade literária de Pelotas, a Sociedade Literária Culto às Letras, seguida de diversas outras sociedades e clubes literários, da realização de saraus, de aulas públicas e outros tantos eventos, fatos e personagens que elevaram a cidade de Pelotas

ao seu apogeu cultural, marcado pela inclusão de autores locais – tais como Múcio Teixeira (1857-1926), Bernardo Taveira Junior (1836-1892), Carlos de Koseritz e Alberto Coelho da Cunha (1858-1939) – na agremiação do Partenon Literário, fundado em 1868, espaço no qual ganharam projeção e contribuíram para a formação do sistema literário sul-rio-grandense.

Com este estudo, buscou-se, além da organização e análise de vários dados dispersos em várias fontes consultadas, primárias ou secundárias, também resgatar fatos e atores que foram relegados ao esquecimento pela maioria das pesquisas acerca da história da formação da literatura em Pelotas. Nestes termos, vários dos objetivos iniciais foram alcançados, divulgando novos dados sobre a inexatidão da origem do termo “Princesa do Sul”, sobre os primeiros livros lidos por moradores de Pelotas na primeira metade do século XIX, através dos inventários consultados, sobre os primeiros livros e romances publicados em tipografias pelotenses ou mesmo o primeiro pelotense a publicar poesias, assim como várias informações retiradas de periódicos de difícil acesso, como **O Noticiador** e **O Brado do Sul**.

No entanto, esses avanços são momentâneos, pois outros caminhos se abrem para novas pesquisas, como organizar a obra poética de Mateus Gomes Viana, analisar a prosa romanesca desses primeiros autores pelotenses, resgatar os dramas desaparecidos de Carlos de Koseritz e outras tantas pesquisas que ainda podem ser realizadas com esse período e *corpus*.

Referências

A VENTAROLA, Pelotas, 3 fev. 1889 e 3 mar. 1889.

ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil colonial? In: 24^o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande/MS. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2001, CD-ROM. Disponível em: <<http://migre.me/ddT44>>. Acesso em: 5. nov. 2012.

ABREU, Márcia. **Os caminhos do livro**. Campinas: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.

ABREU, Márcia et al.. **Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX**. 2002 Disponível em <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>>. Acesso em 22 dez. 2012.

AMARAL, André Luiz. O caderno cibernético de José Saramago: peças soltas de uma autobiografia. **Revista Crioula**, nov. 2010, n. 8. Disponível em: <<http://migre.me/ddT5r>>. Acesso em: 3 out. 2012.

ANCESTRY.com. Disponível em: <<http://www.ancestry.com/>>.

ANDRADE, António Alberto de. **Vernei e a cultura de seu tempo**. Coimbra: Oficinas da Imprensa de Coimbra, 1965. (Acta Universitatis Conimbrigensis)

ANUÁRIO da Academia Politécnica do Porto. Ano letivo de 1877-1878. Porto: Tipografia Central, 1878. Disponível em: <<http://migre.me/ddT6X>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Ilhéus: Editus, 1999.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780 – 1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BANDEIRA, Gisele Pereira. O comércio rio-grandino de livros em 1855. In: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Periódicos Literários Brasileiros, 2010, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: EdFURG, 2008, CD-ROM.

BARRENTO, João. O regresso de Clio? Situação e aporias da história literária. In: _____. **História literária: problemas e perspectivas**. Lisboa: Apaginastantas, 1986, p. 9-31.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIBLIOTECA Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/>>.

BORGES, Luis. **Breviário da prosa romanesca em Pelotas: subsídio para uma história literária - Século XIX. Síntese crítica e histórica para uso escolar**. v. 1. Pelotas: IJSLN: JC Alfarrábios, 2007.

BRITO, Tarcilla Couto de. As aventuras de Telêmaco: história crítica e releituras. **Revista Criação & Crítica**, n. 3, p. 33-45, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/ddTcE>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BUSH, Alfred L. Note and Notable. **Princeton University Library Chronicle**. v. 63 n. 3, Spring 2002, p. 5??-611?. Disponível em: <<http://migre.me/ddTaf>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

BRASIL. Senado Federal. Portal Senadores. **Biografia**: José Saturnino da Costa Pereira. Disponível em: <<http://migre.me/ddTaZ>>. Acesso em: 2 set. 2011.

CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos**. 2. ed. Salvador: FCJA, 1989.

CANAVEIRA, Manuel Filipe. Uma educação “à la Garrett”. **Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas**. n. 4, jan. - mar. 1999. Disponível em: <<http://migre.me/ddTeC>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CASTANHA, André Paulo; BITTAR, Marisa. Os professores e seu papel na sociedade imperial. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2009, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: FE/UNICAMP; HISTEDBR, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/ddTgl>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. 3. ed. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. 4. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

COGOY, Carlos. Hora de corrigir teses, artigos e livros escolares. **Diário da Manhã**, Pelotas, 29 nov. 2011. Cultura, p. 12.

CORPUS Lexicográfico do Português. Disponível em: <<http://clp.dlc.ua.pt/inicio.aspx>>.

CORREIO MERCANTIL, Pelotas, 23 fev. 1882.

COSTA, José Daniel Rodrigues da. **Câmara optica, onde as vistas às avessas mostram o mundo às direitas**. Oficina de J. F. M. de Campos: Lisboa: 1824. Disponível em: <<http://t.co/WUdmHSz8>>. Acesso em 10 out. 2012.

COSTA, Renata Soares. **A elite em formação e movimento: o exercício do poder por José Feliciano Fernandes Pinheiro na Alfândega de Porto Alegre (c.1800-c.1830)**. 2011. 57 f.

Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSSON, Rildo (Org.). **Literatura, jornal e cultura: autores pelotenses (1851-1889)**. 2.^a fase. Pelotas: inédito, 2001/2003. CD-ROM.

COUTINHO, José Caetano da Silva. Diário de viagem “Pelotas 1815”. Porto Alegre, Correio do Povo, Caderno de sábado, 8 jul. 1972 apud MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas**: toda a prosa. Primeiro volume (1809-1871). Pelotas: Armazém Literário, 2000.

CUNHA, Jaqueline Rosa da. **A formação do sistema literário de Pelotas**: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **A época colonial**: administração, economia e sociedade. Tomo I, v. 2., 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira)

DAVID, Sérgio Nazar. Introdução. In: GARRETT, Almeida. **Cartas de amor à Viscondessa da Luz**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1957.

DURANT, Will. **Nossa herança clássica**. 3. ed. Trad. Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro: Record, 1995. (História da civilização; v. 2)

EVEN-ZOHAR, Itamar. **El “Sistema Literário”**. 1990 Disponível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-sistema_literario.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2012.

FAMILYSEARCH. Disponível em: <<https://familysearch.org/>>.

FONSECA, Sônia Maria. Aulas régias. Glossário. **História, Sociedade e Educação no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Educação - UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/ddThp>> Acesso em: 5 nov. 2012.

FONSECA, Sônia Maria. Marquês de Pombal / Sebastião José de Carvalho e Melo. Glossário. **História, Sociedade e Educação no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Educação - UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/ddToC>> Acesso em: 5 nov. 2012.

FONTOURA, Antônio Vicente da. Carta à esposa datada de 1844 apud MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas**: toda a prosa. Primeiro volume (1809-1871). Pelotas: Armazém Literário, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século 19. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, v. 1, n.1, n.2, out. 2004. Disponível em: <http://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol1n1n2/04.%20Sergio_Franco.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2011.

GARCIA, Sheila Fernandez. **O homem maldito, de Carlos Eugênio Fontana**: o início do romance sul-rio-grandense. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras - História da Literatura). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

GENI. Disponível em: <<http://www.geni.com/genealogy-resources>>.

GIMENEZ, Leandro Kerr. A vinda do maior ator do Império ao extremo sul brasileiro. **Mafuá**, Florianópolis, ano 9, n. 15, março 2011.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**. 2. ed. Porto Alegre; Passo Fundo: EDUFRGS; EDIUPF, 1999.

GONÇALVES, Renata Braz. **Livros e leitura na cidade de Pelotas-RS no final do século XIX**: um estudo através dos jornais pelotenses (1875-1900). 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. Livrinhos que eram verdadeiros tesouros: leituras para crianças no Brasil Imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p. 200-216, jun. 2011. Disponível em: <<http://migre.me/ddTpy>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GUIMARÃES, Lauro. Apresentação. In: CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias econômico-políticas**: sobre a administração pública do Brasil. 3. ed. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

HARRIS, Wendell V. La canonicidad. In: SULLÁ, Enric (Org.). **El canon literário**. Madrid: Arco, 1998, p. 37-60.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil**: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 146.

KOSERITZ, Carlos de. **A donzela de Veneza**: romance contemporaneo. Pelotas: Tipografia Comercial, 1859.

KURY, Mário da Gama. Introdução. In: POLÍBIO, **Histórias**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

LEAL, Djaci Pereira. **Voltaire**: ensaio sobre os costumes - A história como elementos educativo para a tolerância. 132 f. Dissertação de (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2008.

LEE, Sidney. **Principles of biography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1911. Disponível em: <<http://migre.me/bbK1Y>>. Acesso em 3 nov. 2011.

LEÓN, Zênia. **Pelotas**: casarões contam sua história. 5v. Pelotas: D. M. Hofstatter, 1993-2005.

LEÓN, Zênia de. **Pelotas**: sua História e sua gente: para 1º e 2º graus. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 1996.

LEÓN, Zênia de. Discurso de abertura da 39ª Feira do Livro de Pelotas. 2011. In: **Viva o Charque**. Disponível em: <www.vivaocharque.com.br/interativo/artigo16.htm>. Acesso em: 28 out. 2011.

LIMA, Jocilene Pereira; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Uma História da Leitura: a virtude e a moral em História de Simão de Nantua. In: II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; PPGCOM-UFF, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Jocilene_P_Lima.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

LONER, Beatriz Ana. Imprensa. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p. 144-148.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. O outro lado da “Princesa do Sul”: a administração pública na mira da imprensa ilustrada pelotense do século XIX. **MÉTIS: história & cultura**, v. 5, n. 9, p. 163-185, jan./jun. 2006.

LOPES, Luiz Simões. Prefácio à segunda edição. In: OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. 3. ed. Organização e notas de Mario Osório Magalhães. Pelotas: Armazém Literário, 1997.

LOPES, Marcos Antônio. **Voltaire político: espelhos para príncipes de um novo tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**: Publicação auxiliar para a comemoração projetada pela Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas, 1912.

LUCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951 apud MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas: toda a prosa**. Primeiro volume (1809-1871). Pelotas: Armazém Literário, 2000, p. 10.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel; Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas: toda prosa**. 1º volume (1809-1871). Pelotas: Armazém Literário, 2000.

MAGALHÃES, Mario Osório. **História e tradições da cidade de Pelotas**. 4 ed. Pelotas: Armazém Literário, 2002.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas Princesa**. Pelotas: Livraria Mundial, 2012a.

MAGALHÃES, Mario Osório. Carnaval de 2012. **Diário Popular**, Pelotas, 12 jan. 2012b, Opinião. Disponível em: <<http://migre.me/ddTq8>>. Acesso em: 22 fev. 2012

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ Unesp, 2003.

MAIA, A.; MATHIAS, J. L.. Duas palavras. In: AQUINO, Thomas José de; SOUSA, Manuel de Faria e. **A vida de Camões**. 2 ed. Porto: Imprensa comercial, 1880. In: Internet Archive. Disponível em: <<http://migre.me/bbErV>>. Acesso em: 11 out. 2012.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; IEL, 1978.

MARTINS, Rui Lopes. José Daniel Rodrigues da Costa. 29 dez. 2009 In: **Tertúlia Bibliófila**. Disponível em: <<http://migre.me/ddTqD>>. Acesso em: 10 out. 2012.

MELLO, Juliane Cardozo de. Koseritz e a tradução da novela *Um credor de Maria de Edgeworth*. In: Colóquio de Estudos Literários: cenários do debate em crítica, história e teoria literárias, 2011, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: FURG, no prelo.

MICHELON, Francisca Ferreira. A cidade como cenário do moderno: representações do progresso nas ruas de Pelotas (1913-1930). **Biblos**, Rio Grande, n. 16, p. 125-143, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/417/101>>. Acesso em: 19 set. 2012.

MITOBLOGOS. **Genealogia**. Disponível em: <<http://mitoblogos.blogspot.com.br/>>.

MONQUELAT, A. F.; FONSECA, G. R.. **Coletânea e notas bibliográficas de poetas pelotenses**. Pelotas: Edição do autor, 1985.

MONQUELAT, A. F.. A origem do cognome Princesa do Sul. **Diário Popular**, Pelotas, 2 e 3 fev. 2000. Cultura, p. 11.

MONQUELAT, A. F.. **Notas à margem da história da escravidão**. Pelotas: Ed. UFPel, 2009.

MONQUELAT, A. F.. **Senhores da carne**: charqueadores, saladeristas y esclavistas. Pelotas: Ed. UFPel, 2010.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. **O desbravamento do Sul e a ocupação castelhana**. Pelotas: Ed. UFPel, 2010a.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. **O processo de urbanização de Pelotas e a Fazenda do Arroio Moreira**. Pelotas: Ed. UFPel, 2010b.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V.. **Desfazendo mitos**: notas à História do Continente de São Pedro. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MONQUELAT, A. F.; PINTO, G. **Pelotas no tempo dos chafarizes**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MONQUELAT, A. F.; PINTO, G. **Colégio de Santa Bárbara**. 2013. (Inédito)

MORAIS, Francisco. Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. LXII (1940), p. 137-335.

MOREIRA, Ângelo Pires. **Pelotas na Tarca do Tempo**. 3v. Pelotas: Edição do autor, 1988-1990.

MÜLLER, Dalila. **Feliz a população que tantas diversões e comodidade goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)**. 2010. 338 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. **Nossa cidade era assim**. 3 v. Pelotas: Livraria Mundial, 1989-1999.

O NOTICIADOR: jornal político, literário e mercantil. Rio Grande: Tipografia de Francisco Xavier Ferreira, 1832-1835. In: O NOTICIADOR. Porto Alegre: IHGRS, 2007. (Coleção Recuperação e Memória da Imprensa no Rio Grande do Sul, v. 1). 1 CD-ROM.

O SPECTADOR BRASILEIRO: jornal político, literário e comercial. Rio de Janeiro, n. 22, 23 jan. 1827,

OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**, 3. ed., revista. Pelotas: Armazém Literário, 1997. (Coleção Cidade de Pelotas, dois volumes)

PAIXÃO, Maria de Fátima. Participação portuguesa na construção da Nova Química no Século XVIII, 2004. In: **Ciência em Portugal: personagens e episódios**. Centro Virtual Instituto Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e55.html>>. Acesso em: 13 de out. 2011.

PARMAGNANI, Jacob José. **Padre Doutor Pedro Pereira Fernandes de Mesquita**. Porto Alegre: Gráfica La Salle Canoas, 2002.

PERKINS, David. História da literatura e narração. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999. (Série Traduções)

PETER, Glenda Dimuro. Influência francesa no patrimônio cultural e construção da identidade brasileira: o caso de Pelotas. **Revista Arquitextos**, Ano 8, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/222>>. Acesso em: 12 out. 2011.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento; IEL, 1980. (Coleção Documentos, v. 18)

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. (Coleção Jesuítas no Sul do Brasil, v. 3 e 4)

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão**: inventários: o escravo deixado como herança. Coord. Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: CORAG, 2010. (Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul, v. 2). Disponível em: <<http://migre.me/ddTtm>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. v. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. v. 1. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros)

SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura. In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). **Histórias de literatura**. As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976. (Biblioteca Histórica Brasileira)

SILVA, Antônio Soares da. Pelotas. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1959. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34.

SILVA, Arthur Victoria. História do Capão do Leão. **Genealogia do Padre Doutor**. 7 mar. 2006. Disponível em: <http://capadoleao.blogspot.com/2006_03_07_archive.html>. Acesso em: 22 set. 2010.

SILVA, Hebe Cristina da Silva. **Prelúdio do romance brasileiro**: Teixeira e Sousa e as primeiras narrativas ficcionais. 2009. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária), Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://migre.me/ddTui>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

SILVA, Inocêncio Francisco da., **Dicionário bibliográfico português**. v. 4 Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, p. 304-305. Disponível em: <<http://migre.me/ddTv9>>. Acesso em 22 dez. 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **Plutarco historiador**: análise das biografias espartanas. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOARES, Antônio Luiz. **Exposição dos elementos de aritmética**. Pelotas: Tipografia Imparcial, 1848.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TYNIANOV, Y. Da evolução literária. In: EIKHENBAUM, B. **Teoria da literatura**. Formalistas Russos. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 105-118.

VAZ, Artur Emilio Alarcon. Portugal no sul do Brasil: intertextos da “Canção do exílio”. **Revista Letras**, Curitiba, n. 59, p. 225-237, jan./jun. 2003. Editora UFPR. Disponível em: <<http://migre.me/ddTw4>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

VAZ, Artur Emilio Alarcon. A importância da divulgação de fontes primárias na internet. In: _____; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda Ferreira. **Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais**. Belo Horizonte: FALE-UFMG; Rio Grande: FURG, 2005.

VAZ, Artur Emilio Alarcon. **A lírica dos imigrantes portugueses no Brasil meridional: (1832 - 1932)**. 2006. 490 f. 2 v. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://migre.me/ddTx5>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

VAZ, Artur Emilio Alarcon. Nos rastros do *Perfil do leitor colonial: os inventários do extremo sul brasileiro*. In: I Encuentro internacional del conocimiento: diálogos en nuestra América / I Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la Integración en el Conosur, 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas: IFSul, 2011. 1 CD-ROM.

VERDELHO, Telmo dos santos. O Calepino em Portugal e a lexicográfica de Amaro Reboredo. **Revista Portuguesa de Filologia**, v. XXIII, 1999-2000, p. 125-149.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores**. Porto Alegre: A Nação; IEL, 1974.

VIDAL, Francisco Antônio Soto. Os barões do charque. 10 abr. 2009. In: **Pelotas, Capital Cultural**. Disponível em: <<http://migre.me/ddTxH>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

XAVIER, Paulo. Um cearense iniciador de nossas charqueadas?. **Correio do Povo**. 11 dez. 1971. Caderno de Sábado, p. 6.

ANEXOS

Anexo 1: POESIAS DE ANTÔNIO JOSÉ CAETANO DA SILVA FILHO

“SONETO”⁸⁹

Ó, Dia admirado, ingente Dia!
Prazer melífluo da brasília gente:
Eu te saúdo, ó Dia aurifulgente,
Completo destrutor da sorte ímpia.

Vós gregos, romanos, vind'à porfia
Um império admirar, inda nascente;
Que poderoso já vive, e independente,
Calcando aos áureos pés a tirania.

É herói da Pátria, é filho brasileiro,
Eviterno Nume do patriotismo,
Quem o p'rigo não teme sobranceiro

Eia pois, rio-grandenses: o despotismo
Jamais ao sábio povo hospitaleiro
O gozo tirará do brilhantismo.

--

*Existindo brasileiros
Não existe tirania*

Hipofetas embusteiros,
Mensajeiros do servil,
Sofrerão destroços mil
Existindo Brasileiros:
Estes filhos verdadeiros
Da brasília monarquia,
Conhecem que deste Dia
O feito será eterno;
Pois já no seio materno
Não existe tirania.

--

Deputados patriotas,
Horrores da tirania;
Hão de firmes defender
De maio o terceiro dia.

Dos brasileiros a glória,
Os sábios legisladores,

⁸⁹ O NOTICIADOR, 20 maio 1833, p. 570 e 571. Peça de poesia composta “em louvor do dia 3 de Maio”, enviada para publicação por “Hum Rio-Grandense”.

À bem da Pátria desprezam
A tão vis Restauradores.

Enquanto o Brasil tiver
Livre Guarda Nacional
Serão os feitos brilhantes
Da Assembleia geral.

Para terror d'esses vis
O Brasil desprez'o mal:
Pra vencer a tirania
Tem a Guarda Nacional.

Os Gregos tão poderosos,
Assombro do Orb'inteiro,
Venham hoje admirar
O Congresso Brasileiro.

Enquanto for o Brasil
A terra de Santa Cruz,
Serão os planos frustrados
De tão vis Caramurus.

“SONETO”,⁹⁰

Viegas imortal, que à eternidade
Passaste tão veloz, tão de repente
Ficar-nos-á de ti perpetuamente
Lembrança eterna, vívida saudade:

Mártir da brasileira liberdade
Morrendo triunfaste, alma inocente;
Teu nome durará resplandecente
Enquanto houver na terra humanidade.

Lamenta, ó Pátria minha, almo Brasil,
O novo Badaró tão denodado,
Tão digno de memória, e benções mil:

Já não vive, caiu atraído;
Mas saiba o bando escravo, a corja vil,
Que crime tão atroz será vingado.

⁹⁰ O NOTICIADOR, 17 out. 1833, p. 724. “Tributo de gratidão e de saudade [...] à memória do seu finado Professor, o Senhor Padre Bernardo José Viegas.”

Anexo 2: POESIAS DE MATEUS GOMES VIANA

“ELOGIO RECITADO NO TEATRO – SETE DE ABRIL – NO FAUSTÍSSIMO DIA
2 DE SETEMBRO DE 1834”⁹¹

Não pretendo cantar d'heróis valentes
O furor marcial que em vasto campo
O sangue faz verter da humanidade;
Não decantam jamais meus rudes versos
Esses feitos de horror, que o mundo espantam
De um déspota assentado em férreo trono
Ditando leis cruéis, vexando os homens;
O assunto majestoso, que me ocupa
É grato, é festival aos brasileiros.
Salve dia imortal aurifulgente!
Salve aurora brilhante, e majestosa!
Salve ó dia feliz, natal augusto
Do jovem Pedro, ilustre americano,
Q'inda na terna idade da inocência
Duma heroica Nação, chefe se aclama.
Este trono, que outrora sustentavam
Mercenárias legiões de vis escravos,
Defendido por dignos patriotas
Em base mais segura hoje repousa.
Exultai, cidadãos, neste áureo dia,
Famoso, e grato à gente brasileira;
Revestidos daquela dignidade,
Que exalta, que enobrece o homem livre;
Saudai com hinos de prazer jucundo
E de caro penhor da unidade,
Que o futuro destina a Pátria nossa:
E se acaso dos antros da perfídia
Novamente tentarem vis escravos,
Sobre o trono de abril famoso a Pátria
O trono levantar da tirania,
Mostrai, patrícios meus, ao mundo inteiro,
Que o País onde impera a liberdade,
Com ações de valor constante, e firme
Repeliram os ataques dos tiranos,
Seus foros sustentando a todo o custo;
Há de sempre cantar altos triunfos
À honra, à Pátria, à lei e à liberdade.

⁹¹ O NOTICIADOR, 15 dez. 1834, p. 2.

“HINO AO MESMO DIA”⁹²

Como livres respiramos
No gozo da liberdade,
É doce cantar louvores
À brasilíia heroicidade.

Viva a Nação soberana
Esmalte do novo mundo
Que decanta o natalício
Do jovem Pedro Segundo.

No País da liberdade
Nascer não pode um tirano,
Num Rei cidadão teremos
Um perfeito americano.

Viva etc.

Exultai, caros patrícios
Neste dia aurifulgente,
Saudai com novo fervor
Ao Brasil independente.

Viva etc.

“Ao Illm. e Exm. Snr. Coronel Comandante das Armas,
BENTO MANOEL RIBEIRO, e aos bravos de seu comando”⁹³

Se outrora combatendo imiga gente,
Lá nos terríveis campos de Mavorte,
Afrontando o poder da crua morte,
De loiros imortais cingiste a frente;

Hoje a testa de heróis do continente,
Impávido, constante, e sempre forte
Rompendo d'anarquia a vil corte
Nova glória te espera aurifulgente.

Não defendes cruenta tirania;
Firmas da Pátria a doce liberdade
inspirada por sã filosofia;

Não seguindo a feroz iniquidade,
Que ostentam as falanges d'anarquia,
Fulgura sempre a tua heroicidade.

⁹² O NOTICIADOR, 15 dez. 1834, p. 2. Referindo-se, como o anterior, ao dia 2 de setembro de 1834.

⁹³ O LIBERAL RIO-GRANDENSE, 26 maio 1836 apud MONQUELAT; FONSECA, 1985, p. 25.

Anexo 3: POESIAS DE L. S. FLORES E “O INIMIGO DOS RESTAURADORES”

“SONETO”⁹⁴

Morreste em fim, Viegas denodado,
Co'a turba hostil impávido lutando,
Esse partido pérfido, execrando,
Que ver quer o Brasil agrilhado:

Tu da honra, e valor sempre escudado,
Foste a morte, e perigos afrontando,
E contra o despotismo trovejando,
Deixaste um nome ilustre, um nome honrado,

Meu coração aflito, e lutuoso
Abismado na dor acerba, ingente,
Estala de pesar, geme saudoso!

Ó, justiça! Ó, vingança! Ó, mundo! Ó, gente!
Na terra jaz o exímio, o generoso,
O sábio mestre, o cidadão clemente.

“QUADRAS”⁹⁵

Descansa, alma gentil, na eternidade,
Lá no foco imortal da luz extreme;
Enquanto acerba e lúgubre saudade
Inconsolável te pranteia e geme.

O túmulo, Belmiro, em vão te esconde;
Teus alunos de ti jamais s'esquecem,
Amaram-te na vida, até na urna.
Altas provas de amor aqui te oferecem.

Seja-te leve a terra do sepulcro;
Dê-te Deus de clemência a paz superna:
Ardente gratidão, que te votamos,
Fará tua memória em nós eterna.

Da mais negra traição o ímpio corte
Nos braços te lançou da morte crua;
Mas não pode a traição, não pode a morte,
Apagar, denegrir a glória tua.

⁹⁴ L. S. Flores. In: O NOTICIADOR, 17 out. 1833, p. 724. “Tributo de gratidão e de saudade [...] à memória do seu finado Professor, o Senhor Padre Bernardo José Viegas.”

⁹⁵ *O Inimigo dos Restauradores*. In: O NOTICIADOR, 27 nov. 1833, p. 772. “Pelo infausto falecimento de seu Professor.”

**Anexo 4: POESIAS INÉDITAS DE ANTÔNIO JOSÉ DOMINGUES
N'O NOTICIADOR**

“ELOGIO”⁹⁶

Foi hoje, cidadãos, foi neste dia,
Sempre imortal nos fastos brasileiros,
Em que a Pátria indignada, atenta ao brado
Da lei calcada aos pés da tirania,
Vingou com glória o jus imprescritível:
Foi hoje, cidadãos, que a férreo cetro
Sucedeu da inocência o cetro d'ouro.

Neste dia o Brasil regenerado,
Puro de sangue, audaz, e generoso,
A página exarou resplandecente,
Que na história dos povos libertados
Fulgura sem rival eternamente.

Vencido então o torpe despotismo,
Aos antros infernais baixando em raiva,
Dos abismos evoca as fúrias todas,
Que da Pátria turbando os áureos dias,
Cubram de horror o solo da ventura.

Eis nuvens de Protheus, e de sicários,
Em borbotões o Tártaro vomita,
Em nome da celeste liberdade,
Da filha imaculada da virtude,
A licença, arrastando as negras vestes,
Armada de punhais, e de sofismas,
Sempre do vício, e crime inseparável,

Soltando a rouca voz em pragas fértil,
Contra o Nume da lei troveja irada:
Por entre a confusão, o estrago, a morte
Anela colocar em férreo trono
Em lugar de um tirano, a cem tiranos:
Anela, mas em vão; a forte destra,
Que fizera cair a prepotência,
Há de sempre esmagar-lhe o colo infame.
O monstro centifauce da Anarquia,
Cedendo finalmente a sã virtude,
Dos esforços dos bons será despojo.

Livra sempre o Brasil, ó providência,

⁹⁶ In: O NOTICIADOR, 24 abr. 1832, p. 126-127. Pelo dia 7 de abril.

Das horríssonas serpes da discórdia:
Sendo a Lei o farol dos brasileiros,
Há de a Pátria subir a seus destinos;
E, das grandes Nações rival brilhante,
Gozando os altos dons da Liberdade,
Será justa, feliz, e respeitável.

“SONETO”⁹⁷

Enquanto dominar a liberdade
Nos fidos corações dos brasileiros,
Há de sempre brilhar entre luzeiros
Deste dia imortal a imensidade:

Já não pode roubar-lhe a claridade
A turba vil d’infames embusteiros;
Porque os filhos da Pátria verdadeiros
Hão de a Pátria salvar em toda a idade.

Dia sete de abril votado à glória,
Em que vasto Brasil regenerado
Subiu sem mancha ao templo da memória!!!

Nos séculos por vir serás lembrado;
Mereces mais que as páginas da História:
O teu nome nos céus será gravado.

“SONETO”⁹⁸

Infando crime em hórrido transporte,
Contra o Nume da lei marchando irado,
Pertende submergir a Nau do Estado.
Num mar de confusão, de pranto, e morte:

Eis á Pátria dardeja o ímpio corte;
Nisto um grupo d’heróis, rompendo ousado,
Num momento da Pátria tem vingado
As leis, a honra, a fama, a ilustre sorte.

D’imensa glória os bravos se cobriram;
Aparecem, trovejam; de repente
Tétricos monstros a seus pés caíram.

Exultai, cidadãos, perpetuamente;

⁹⁷ In: O NOTICIADOR, 24 abr. 1832, p. 126-127. Pelo dia 7 de abril.

⁹⁸ In: O NOTICIADOR, 8 jun. 1832, p. 182. “Por ocasião da vitória, que a Guarda Nacional, e Municipal Permanente obtiveram sobre os rebeldes do partido Caramuruano”.

A voz da lei⁹⁹ falanges s'aguerriram,
Que hão de a Pátria salvar eternamente.

“ODE”¹⁰⁰

Labor omnia vincit
Virgílio

Enquanto o facho, que a discórdia acende,
Do ódio, da vingança as fúrias solta;
E da rábida Erínia turbulenta
 Agita a horrível sanha;

Varões amigos da razão, da glória
Da Pátria aos votos com prazer ofertam
Ouro, e fadigas, que do Céu te chamem,
 Indústria, a nossos lares.¹⁰¹

Indústria; ó Nume, que as nações aditas,
Eu te saúdo, ó Astro benfazejo,
Ora em nosso horizonte despontando,
 Depois d'imensa noite.

Apenas de teu carro aurifulgente
Expedes aos mortais a luz brilhante;
Exulta a Natureza, e maravilhas
 Inúmeras assomam.

Se teu grêmio sacodes fecundante,
As Artes, as ciências se difundem;
Desce aos abismos a ignorância feia
 Com ela a torpe ignávia;

Se o Gênio inspiras, que não pode o Gênio?
As montanhas abala, e mil tesouros,
Vedados pelo Céu à turba ignara,
 Benéfico desparze:

⁹⁹ (Nota original) As falanges sagradas, a cuja bravura, e fidelidade devemos a paz interna tal, qual a desfrutamos, acabam de prestar serviços, que ficam acima de todo o elogio. Quem tiver refletido com profunda madureza, ou tido a desgraça de assistir aos horrores de uma revolução anárquica, é quem melhor pode apreciar os males, de que os nossos heroicos defensores nos tem livrado. Um destes bravos, tendo regado de sangue o solo da Pátria, acaba de descer ao túmulo. A glória entregou seu nome à imortalidade: e os louros, que ganhou, triunfando dos patricidas, tem de chegar imarcescíveis através da noite dos séculos a mais remota posteridade – *Dulce, et decorum est pro Patria mori.*

¹⁰⁰ In: O NOTICIADOR, 4 abr. 1833, p. 525 e 526. À Indústria.

¹⁰¹ (Nota original) A imparcialidade não pode deixar de tributar louvores aos cidadãos generosos, que fizeram raiar em nossa Província a luz da Indústria. Já devemos a esses Srs. Um periódico eminentemente útil; e quanto lhes poderemos dever, se o zelo, a atividade, e a constância derem realidade, e solidez, a uma Instituição por todos os títulos respeitável!

Onde a planta imprimiu, prodígios fervem;
 Das sombras dos arcanos sempre ovante,
 À sua voz os áridos desertos
 Jardins se tornarão belos:

O Céu, a Terra, o Mar à voz do Gênio
 Desencerram seus dons, um Mundo novo
 Presenta aos olhos, que o portento assombra,
 A cena inexprimível!

Eu te saúdo, ó Astro benfazejo;
 Tu dás aos Povos o calor, e a vida;
 Teu fúlgido clarão espanca as trevas
 Da mísera cegueira:

Apareces gentil, e as rotas vestes
 Converte em gala a tímida pobreza;
 Como em ondas de vida corre o ouro
 Nas veias da indignência!!!

Apareces gentil, e logo os ermos,
 Onde o fulvo Leão ruges irado,
 Louros presentes da fecunda Ceres
 Transmudados ostentam.

A teu mágico influxo as ondas cedem;
 Num momento Cidades se levantam;
 O braço vencedor, que tu diriges,
 Dos óbices triunfa.

Teu vivífico fogo Éden tem feito
 D'escalvados rochedos espantosos;
 Medonhas solidões, que visitaste,
 Delícias são dos homens.

Que é feito das Nações, que te deixaram
 Necrológico censo indica apenas
 Nos quadros imortais da douta Clio
 Seu nome outrora ilustre.

Onde Flora reinou, luzio Pomona,
 Grasnar s'escuta o solitário corvo;
 Uivo troante d'esfaimado tigre
 Assusta o passageiro.

Onde foram, ó Grécia, os teus encantos?
 Teus jardins, Babilônia, e tu, soberba,
 Tu, magnífica Tebas, quem te ha feito
 Horror do viajante?

Das ruínas, os ecos me respondem:
 “O bárbaro chegou, fugiu a Indústria;
 Cruel estupidez, a mão das sombras
 Gavou-nos o sepulcro”.¹⁰²

Longe, longe de nós tão negro fado!...
 Vem, grata Indústria, o cetro d'um tirano
 Jamais repelira o teu adejo,
 O voo teu sublime:

A Liberdade, as Leis teu Nome invocam;
 Sempre a sombra das Leis, da Liberdade,
 Da urna da abundância aos homens prestas
 Dos bens a imensidade.

As Brasília's praias te suspiram,
 Inda virgens florestas te reclamam;
 Do gênio, do talento a voz te chamar
 Ao solo Brasileiro.¹⁰³

A dulcíssima Paz do Céu mandada
 O teu sólio segure em base eterna;
 Divina Indústria, os séculos te vejam
 Na Pátria prosperando.

“ELOGIO RECITADO NO DIA SETE DE ABRIL NO TEATRINHO DESTE NOME NA
 VILA DE S. FRANCISCO DE PAULA”¹⁰⁴

Nas asas do prazer de novo assoma
 De Abril o sete sempre memorando,
 Sempre imortal nos fastos Brasileiros:
 Um momento, que os céus a Pátria deram,
 Converte um férreo cetro em cetro d'ouro.
 O Diadema reluz na Fronte Excelsa
 Na Fronte da Inocência; o Caro Infante
 Serena da procela o vulto horrível:
 A Discórdia bramiu, jurou vingar-se;
 O Véu do esquecimento a mil perfídias
 Generoso o Brasil em vão lançara:
 Infanda ingratidão, de crimes fértil,
 Concita da traição as fúrias todas,

¹⁰²(Nota Original) O fuste, o capital de uma coluna; os despojos de chefes d'obra dos Fídias, dos Praxiteles servem para usos os mais grosseiros de um Árabe, ou de um Turco, dono estúpido, miserável senhor dos portentos do gênio. A miséria no seio da grandeza é de um horror insuportável.

¹⁰³ (Nota original) Vários têm sido os Naturalistas, que hão levantado uma parte do véu, que encobre os incalculáveis tesouros do nosso abençoado país: entre eles os nomes de Saint-Hilaire, e de Friedrich Sellow não são os menos ilustres. Este último achou prematura morte nesta mesma terra, que tinha de entretecer-lhe um dos florões de sua coroa. Ninguém o conheceu que o não chorasse: ambos os Mundos devem a sua memória um monumento da mais viva gratidão.

¹⁰⁴ In: O NOTICIADOR, 6 maio. 1833, p. 555.

E num Solo á Ventura destinado
 Os tartáreos furores acumula.
 Mas em vão os ingratos se conspiram;
 Do seio d'atrás nuvens, que formaram,
 Há de o raio partir, que os maus fulmine.
 Deste Dia imortal a luz imensa
 Há de enfim dissipar infaustas sombras,
 Q'inda em torno das Leis, as Leis empecem,
 Amigos da Razão, ó Brasileiros,
 Este Dia, sem par, salvando a Pátria,
 Promete aos Cidadãos, que o jus respeitam,
 O ósculo da paz, o doce abraço,
 Emblema d'união, e de Ventura.
 O Deus, que das Nações preside aos fados,
 Afaste as comoções da Pátria nossa;
 Da Pátria, que voando a seus destinos,
 Nas asas imortais da Liberdade,
 Há de sempre calcando o Despotismo,
 Nas algemas da Lei prender o Inferno.

“ELOGIO RECITADO NO TEATRINHO SETE DE ABRIL DA VILA DE SÃO
 FRANCISCO DE PAULA, NO FAUSTÍSSIMO DIA 3 DE MAIO”¹⁰⁵

Justum, et tenacem propositivirum
 Non civium ardor prava jubentium,
 Non vultus instantis tyranni
 Mente qualis solida...
 Horácio, Lib.III, Ode III

Eis assoma outra vez, refalge imenso
 Entre os Dias da Pátria o fausto Dia,
 Em que sábios Varões, Varões prudentes,
 Escolha do Brasil, e glória sua,
 Seus Augustos trabalhos renovado,
 Da celeste Esperança encantadora
 Nos probos corações os dons difundem.
 Olho em torno de mim: que vejo oh Pátria!!!
 Aqui da Inveja o silvo horrissonante
 Contra o mérito as fúrias excedendo,
 Inúmeros baldões vomita irada.
 A túrgida Ambição além troveja,
 E surda a comoções, aos vis, ao pranto,
 Hipócrita falaz, Proteu nefando
 Os prestígios redobra, ilude incautos.
 Sob o manto adorável da virtude
 Encobre de furor tartáreos votos.

Té mesmo a vil, a sórdida Avareza,

¹⁰⁵ In: O NOTICIADOR, 13 maio. 1833, p. 563 e 564.

Essa filha da noite, nos rochedos
 Negras unhas grifanhas afiando.
 No teu solo, Brasil, medita empresas.
 Que será de teus filhos; se a virtude
 De Aristides, Catões¹⁰⁶ os não salvarem.
 Das voragens, que o crime lhes prepara?
 Escolha do Brasil, Legisladores,
 Ponde os olhos num Povo, que afligido
 Tudo espera de vós: desapareça
 Do Salão destinado à sacra Têmis
 O mesquinho capricho, a infausta sanha,
 As argúcias, o ódio, o vão sofisma,
 Sepulcro do dever, e seu flagelo.
 Eis a Pátria ante vós, que vós presenta
 Com semblante indignado, e tristebundo,
 Mas sempre venerável, majestoso,
 As laceradas vestes salpicadas
 Das lágrimas, do sangue de seus filhos.¹⁰⁷
 Escutai, como brada altissonante:
 Mandatários fiéis, em quem repousa
 A honra, a Liberdade, a glória minha,
 Dignidade, valor, audaz firmeza
 Estes pulsos dos ferros libertarão:
 O triunfo da Lei foi meu triunfo.
 Inda os ecos retumbam da vitória.
 Qu'estas palmas me deu imarcescíveis.
 Desvairada porção d'ingratos filhos
 Turba feroz d'imundos parasitas
 Cobertos de ignomínia em vão pretendem
 Em cadeias cerviz agrilhoar-me:
 Inda tenho um Leão em cada filho
 Desses dignos de mim. Legisladores,
 A discórdia não dorme, noite e dia,
 Arranca, esparze da vipérea trança
 Novas serpes aos seus; é tempo, é tempo
 De lançar sobre as fronte celeradas
 O raio vingador, que as Leis acendem:
 À fingida clemência, à impunidade¹⁰⁸
 Devo os males que sofro: o bem da Pátria
 Seja sempre entre vós o bem Supremo,
 Eliminaí de um solo abençoado
 A aluvião dos crimes, que me assaltam.

¹⁰⁶ (Nota original) Não os pseudos Catões. Nada mais comum entre nós do que as antífrases: mais de uma vez a ilustre sombra do Herói de Útica tem sido indignamente ultrajada. O contraste do ótimo com o péssimo faz aparecer a imoralidade em toda a sua torpitude.

¹⁰⁷ (Nota original) Oxalá que isto fora somente uma ficção poética! Os ecos ainda estão repetindo os últimos gemidos das vítimas da fação liberticida. Detestamos, porém vinganças arbitrárias, por isso mesmo que esperamos tudo da vingança legal.

¹⁰⁸ (Nota original) A impunidade!!! Ah a impunidade!! Não se podem dar muitos passos sem deparar com um túmulo, e nele com este epitáfio “Aqui jaz uma vítima do criminoso sono de uma Autoridade” Ai do País, onde a espada da Lei não acode aos brados da Justiça! Quando veremos o Cidadão pacífico ao abrigo dos punhais?

Imudáveis cultores da virtude,
 Sempre longe o pavor, a ignávia longe:
 Fazei reinar a Lei; o vício trema;
 A razão, a Justiça, a Liberdade
 Em vossos corações o império firmem.
 Seguindo da Virtude os estandartes,
 Achareis em vós mesmos a ventura;
 E a par dos Cúrcios, Régulos, e Cedros,
 De uma vida sem mancha a paz eterna,
 E da Pátria salvar, a imensa glória.

“TODO O BRASIL TE SAÚDA...”¹⁰⁹

Todo o Brasil te saúda,
 Três de Maio, Augusto Dia;
 Tu nos trazes a virtude
 Sobre as asas d'alegria.

Hoje, ó Lei, no teu recinto
 A Pátria depõe temores;
 Tudo espera da virtude
 De seus bons Legisladores.

Lá dos céus, ó Providência,
 Manda o Gênio da União;
 Só neste Gênio repousa
 A grandeza da Nação.

Salve, ó Dia Três de Maio,
 Esperança da Nação;
 Es a glória da presente,
 E futura geração.

Cultivando a sã virtude,
 Os nossos Legisladores,
 Serão das Leis, e do Trono
 Os melhores defensores.

Facções, cobri-vos de luto:
 Perversos, estremecei:
 Os nossos Representantes
 Vão dar triunfos à Lei.

¹⁰⁹ In: O NOTICIADOR, 20 maio. 1833, p. 570-571. Peça de poesia composta “em louvor do dia 3 de Maio”, enviada para publicação por “Hum Rio-Grandense”.

“ELOGIO RECITADO NO TEATRINHO DA SOCIEDADE PATRIÓTICA DOS JOVENS
BRASILEIROS, NO DIA 9 DE SETEMBRO, EM SÃO FRANCISCO DE PAULA”¹¹⁰

Salve, Dia gentil, sem par brilhante!
 Em que d'indigno jugo o Colo Augusto
 A Pátria ergueu, com glória imarcescível;
 Esse Grito Imortal, que no Ipiranga
 Trovejando, vingara o Pátrio brio,
 Será sempre terror das potestades,
 Que dos Povos o jus menos presando,
 Em vez de justas leis lhes dão caprichos;
 Esse grito imortal d'Independência,
 Que soltaste, Brasil, neste áureo Dia,
 Arrancando-te o véu caliginoso,
 Que as sombras de três séculos teceram,
 Te dei num só momento as Leis, a vida.
 A vida das Nações, que a teus destinos
 O voo te franquia imensurável.
 Nobre Grito imortal d'Independência,
 Que subindo nas asas da Justiça,
 E fendendo dos céus a imensidade.
 Dos céus trouxeste o fogo Semp'eterno,
 Que acende os corações dos Brasileiros.
 Divina chama! Fogo inextinguível!
 Que a despeito das trevas, que negrejam
 No Brasília horizonte, a luz esparzes,
 Do tartáreo vapor eterno açoute:
 O calor, que difundes, que m'escalda
 Te circunda de Heróis, oh Pátria minha!
 Verdadeiros Heróis as Leis submissos
 Cultores da Razão e da Justiça,
 Só em seu berço natal Independente,
 Plantarão Liberdade e não licença;
 Inimigos d'infame hipocrisia,
 Qu'inda tenta de novo escravizar-nos;
 Generosos, Clementes; mas terríveis
 Quando a tuba fatal lhe der o alarme;
 Que tendo o olho aberto, e pronto o raio
 Contra vis mercenários invasores,
 Hão de sempre alcançar Vitória ou Morte.
 Eu te saúdo ainda, Independência!
 Mãe de prodígios, que aos mortais assombra,
 Es dádiva dos céus, nos céus retumbam
 Fogosos hinos, que te oferta a glória.
 O Árbitro Supremo dos Impérios
 Nossos votos escute, Ó Brasileiros:
 Sobre a rocha imutável da Justiça,
 Perpétuo esmalte o choro das virtudes

¹¹⁰ In: O NOTICIADOR, 16 set. 1833, p. 690. Pelo dia 7 de setembro.

Desse infante gentil o trono excelso,
 Q'em nossos corações a base assenta.
 A ventura, o Saber, a Paz, a Indústria
 Co'a Divina União reinando a um tempo,
 Felicite, ilumine a Pátria nossa,
 Enquanto o fulvo Sol o espaço imenso
 For centro d'Universo, e luz do Mundo.

“ELOGIO RECITADO NO DIA DOS FAUSTÍSSIMOS ANOS DE S. M. I. e C. O Sr. D.
 PEDRO II, NO TEATRO = SETE DE ABRIL =”¹¹¹

Que cena de prazer! de majestade!
 Fulgura, Cidadãos, na Pátria nossa!
 Em gratas nuvens, de fumante incenso,
 Hinos subindo ao Árbitro dos Cetros,
 Ressoando nos céus milhões de Vivas;
 O bronze repetido os sons festivos;
 Da Sprança o gênio, o gênio d'Alegria,
 Dos transportes de Amor soltando o fogo;
 Os prazeres, o riso, as graças belas,
 Em coro festival; as doudas Musas
 Encantando os mortais co'a lira d'ouro;
 A discórdia desfeita em ígneo pranto,
 Rouca de raiva as serpes remordendo;
 Tudo, tudo nos diz, que o fausto Dia
 Gratíssimo natal do caro Infante,
 Delícias do Brasil, PEDRO SEGUNDO,
 Traz hoje à Pátria da Ventura o quadro.
 Salve aluno gentil da Liberdade!
 Desse Trono de Amor, e d'Inocência
 Firmado em corações, observa ó Jovem,
 Como um Povo fiel, por Teu se aclama;
 Como a grande Família Brasileira
 Já te chama na Infância o Pai da Pátria,
 Centro, e força do Império, e glória sua!
 Quando a terrível, pálida doença
 Quis teus dias cortar, cobrir de luto
 A milhões de Patrícios, que te adoram,
 O mundo os viu à face dos Altares
 Noite, e dia fazer ardentes preces,
 De amargura verter sincero pranto:
 O mundo os viu à face dos Altares
 render graças ao Céu ao ver-te salvo.
 – O mundo verá sempre os Brasileiros,
 Teu Solo sustentar, as Leis, e a Pátria
 Com denodo, e valor. – Embora o crime
 Com tartáreo furor, intente irado

¹¹¹ In: O NOTICIADOR, 8 jan. 1834, p. 812.

Derribar-te do Trono; o Céu t'escuda,
Tens do Povo no Amor milhões de bravos;
Nele sempre acharás, contigo à frente,
Os dons da Liberdade, os da Justiça,
Impávida constância, e finalmente,
Honra, glória, firmeza, e dignidade.

Anexo 4: PRIMEIRA REFERÊNCIA AO TERMO "PRINCESA DO SUL"

PELOTAS.
N. 231.
ANNO II.

BRADO DO SUL.

SEXTA-FEIRA
6 DE JANEIRO
1860.

Assignaturas.

Por um anno..... 18\$000
Por seis mezes..... 10\$000
Por tres mezes..... 5\$000

PARA FÓRA DA CIDADE:
Por um anno..... 20\$000

EDITOR RESPONSÁVEL:
DOMINGOS JOSÉ D'ALMEIDA.

Subscree-se no escriptorio d'esta typographia, á rua do Commercio

Publicações.

Os annuncios pagados 40 rs. por linha, sendo assignante, e 80 rs. não sendo.

Communicados, a pedidos e correspondencias, pelo que se ajustar.

PARTE OFFICIAL.

EXTRACTO

do relatório apresentado á assembléa provincial desta provincia na 2ª sessão da 8ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão.

(Continuação do n. 230).

Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Anno compromissal de 1853 a 1859.

BALANÇO DO ACTIVO.

Bens de raiz; 160 braças de terrenos por 20 de fundo, reservadas para algum dia se fazer um bom hospital com logradouros, parte comprado e parte doado..... 7:043\$920

131 braças dito, por 20 de fundo, doadas e legadas, que so devem vender..... 4:641\$760

Os predios feitos em 18 braças de terreno da rua de S. Jeronymo cauto da rua de Santa Barbara, tendo 20 braças de frente para esta rua, incluso o sobrado e armazem, capella e coistorio, &c..... 64:379\$962

Um campo na Feitoria, aviluação..... 5:000\$000

Cemiterio, o que so tem despendido..... 14:346\$360

Alfaias da capella: 1 par de brinco de brilhantes, legados por D. Anna Pictor de Carvalho, pratas, &c..... 884\$140

Carros fúnebres, e bens moveis..... 2:865\$662

Devedores: duvidosos os pagamentos..... 3:720\$166

Caixa; dinheiro existente em 20 de junho de 1859..... 6305\$730

103:513\$000

PASSIVO.

Credores por emprestimo que fizeram:

José Antonio Moreira	2.000\$000	Cá quanto a mim vinha pedir lhe en-
Antonio José da Sil-	575\$000	— que chamo versas de meu estro
Manoel Joaquim Re-	468\$000	animado. Ora, venham elles.
João Rodrigues Sa-	400\$000	— Isto é seu? pois que d'vida, fil-
raiva.....	400\$000	hos a dias, e que tal respeito a to-la,
Manoel Alves Vianna	300\$000	refiro-me a musa, é unica produção ou
João Vinhas.....	300\$000	tem esperança de repeticao?
Vicente Lopes dos	320\$000	Inda perguntas, remetto esta aos
Santos.....	218\$000	leitores do <i>Brado</i> , e no vapor seguiu-
Tolledo & Netto.....	200\$000	te conte-se que com a minha flautea-
Eliseu Antunes Ma-	200\$000	da causio: Va lá, e entao o Redactor
ciel.....	200\$000	resposta me que aguarde aqui.
Joaquim Rasgado..	200\$000	Q' é bella manha fagueira e risounha
Antonio Joaquim da	200\$000	Offereces, oh tu princesa do sul
Rocha Pinto	200\$000	Tuas bellas campinas, teu todo m'en-
	5:251\$000	(cantam)
	98:232\$000	E' gentil o teu ceo, é gentil seu azul!
	103:513\$000	Os bellas trinados de teus passarinhos
	103:513\$000	Me lephram saudades que quizera
	103:513\$000	Recordam-me protestos d'amor inno-
	103:513\$000	cente
	103:513\$000	D'amor que minha alma não pôde
	103:513\$000	(descreer)
	103:513\$000	Recorda-me cá vida completa d'en-
	103:513\$000	(cantos)
	103:513\$000	Ao lado d'aquelles, que me deram o
	103:513\$000	[ser]
	103:513\$000	Recordam-me a patria os proprios
	103:513\$000	(amigos)
	103:513\$000	Se bem que sinceros jamais pude ter!!
	103:513\$000	(Continúa.)

INTERIOR.

Correspondencia particu-
lar de Brado do Sul.

Jaguaraõ 1 de janeiro de 1860.

(Continuação do n. 230).

No dia 29 tentou assassinar com crecimento numero de facadas uma praça do 12 a sua Eufenia, a victima foi conduzida sem sentidos para o hospital e sobre o final resultado estou a ver navios — o que é certo porén é que provavelmente o Rapasito não se livrará da tremenda dôse que o espera, visto que para isso o nosso energico Tamaritudo não se desentida. Cá para nós será bom que seja punido como mereço esse malavola soldado, que segundo diz o Vendilhao Romero não é a primeira vez, que faz das suas Porém com licença, balem a porta va mos vêr quem é. Por aqui Sr. Poeta das Lunuarias, para não dizer patada, mais letra menos letra, logo que se o te-la é o que se quer. Que ventos o trouxeram por aqui? O que ha do nove? Tudo velho, Pacotilhena.

nil-o da sustentação da sentença arbitralia, estúpida e inconsequente que o nosso Banda ou Tuntá proferio contra os respeitaveis e honrados commerciantes Balbé e Mattos, porém o que quer — dispreso é a maior vingança que se tira de miseraveis e estúpidos.

Assimio o cargo de juiz de direito o honrado e muito digno cidadão proprietario e capitalista Hilario Amaro da Silveira, é prova a el'q', attenta a imbecillidade desse bello ornamento da jaguarão, cessem tantos absurdos, o andalhas sentenças proferidas por esse sem numero de juizas venas que intendem dever calcar as leis aos pés seus dictames. Vai ser submettido por tanto a esse são juizo, o resolver essa porça sentença de Bunda e C^{ma}. Teremos occasio de pntentear uma vez mais uma dessas decepções dignas de decantar-se em verso, e verso o essa occasio estou certo o meu poeta Thiberio, Luli, e seu rancho não me deixarão ficar mal.

Um morador da rua do Palma meio argitico pedo-me para rogar a Ilustrissima e monlar collocar alguns ampeços visto que o proprio José Coeca, tem ultimamente sido victima de ortissimas e repetidas topadas — por isso para satisfazel-o vá lá.

O Corréa disse-me hontem, que o negocio delle vai as milmarvilhas o que o Romeiro avdo rapina que so arranjo que poder — ora cá para nós este Corréa, é boa firma — que linguinha peor que um papagaio, estou quasi recomendando-o ao Besta Bagnat.

Por fallar em Besta Bagnat disse-me o Tineco que esse Bucelato dissera q' basta de chamar a responsabilidade por Vme. haver dado publicidade a carta que sob o anonimo e em linguagem digna desse poltro pato morto Vme. recebeu!

Algo mude-lhe o demador do potros, e depois veremose elle dará pela redêa, ulhe é mais duro do que au pensava e não haverá remedio se não espreal-o! Fogo nella, que ia ta bulle.

(Continúa.)

Correspondencia.

Sr. Redactor. —

Rogando-lhe o favor de estampar em uma das columnas de seu preciaavel jornal a conta da receita e despesa feita com a modesta e muito atendida festa de Santo Antonio da Boa Vista exhibida no 1º do corrente ante e